

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL**

LUCIANA LINHARES DE ANDRADE

**EFEITOS DE LUGAR NOS ESPAÇOS DAS CLASSES POPULARES: UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE DESIGUALDADE ECONÔMICA E DESIGUALDADE
URBANA EM PORTO ALEGRE**

PORTO ALEGRE

2019

LUCIANA LINHARES DE ANDRADE

**EFEITOS DE LUGAR NOS ESPAÇOS DAS CLASSES POPULARES: UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE DESIGUALDADE ECONÔMICA E DESIGUALDADE
URBANA EM PORTO ALEGRE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Linha de pesquisa: Cidade, Cultura e Política.

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

PORTO ALEGRE
2019

CIP - Catalogação na Publicação

de Andrade, Luciana Linhares
EFEITOS DE LUGAR NOS ESPAÇOS DAS CLASSES POPULARES:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE DESIGUALDADE ECONÔMICA E
DESIGUALDADE URBANA EM PORTO ALEGRE / Luciana
Linhares de Andrade. -- 2019.
146 f.
Orientador: Eber Pires Marzulo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Efeitos de lugar. 2. Desigualdade urbana. 3.
Porto Alegre. I. Marzulo, Eber Pires, orient. II.
Título.

LUCIANA LINHARES DE ANDRADE

**EFEITOS DE LUGAR NOS ESPAÇOS DAS CLASSES POPULARES: UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE DESIGUALDADE ECONÔMICA E DESIGUALDADE
URBANA EM PORTO ALEGRE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de maio de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Lívia Teresinha Salomão Piccinini
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

Dr. Tarson Núñez
FEE

*Aos meus avós Ema de Andrade e Iry Linhares,
e aos meus sobrinhos Leonel e Benício Batista.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (PROPUR/UFRGS), que oportunizaram o desenvolvimento deste estudo, e pela concessão da bolsa durante o período de realização deste.

Aos e às professoras que acompanharam minha formação nesses dois anos. Destaco um agradecimento ao meu orientador Prof. Dr. Eber Pires Marzulo pelo acompanhamento dedicado, confiança e inspiração. À Prof. Dra. Livia Piccinini e ao Prof. Dr. Eduardo Fillipi pelas contribuições na etapa de qualificação.

Aos pesquisadores do GPIT (Grupo de Pesquisa Identidade e Território/CNPq) pelo companheirismo, experiências e aprendizado. Em especial à Juliana Pádua e Dany Silbermann, colegas de pesquisa.

Muito obrigada aos moradores da vila Jardim Cascata e vila Glorinha por receberem tão bem a mim e à equipe da pesquisa “Como anda a favela no Brasil?”. É impossível mensurar o quanto aprendi com vocês.

Além desses que tiveram participação direta no aspecto acadêmico/profissional nesses dois anos e meio de mestrado, gostaria de agradecer aos colegas, amigos, amores e familiares. O aprofundamento dessas relações proporcionou o apoio e o afeto necessário para que eu me mantivesse na caminhada. Cito alguns: Alexandre Stein, Ana Clara Andrade, André Lumertz, Bárbara Hypólito, Camila Domingues, Dany Silbermann, Diego Moccelin, Eber Marzulo, Edilene Lira, Fernanda Diehl, Francisco de Ré, Francisco Andrade, Jordana Andrade, Juliana Pádua, Juliana Roman, Karen Kussler, Liana Linhares, Manoela Conte, Marcos Andrade, Marina Linhares, Michele Linhares, Moacir Andrade, Ricardo Linhares, Roberta Tabajara e Tuanny Borba.

RESUMO

A estrutura social brasileira se destaca no cenário mundial pela elevada desigualdade. Essa estrutura manifesta-se em várias dimensões, sobretudo na econômica, frequentemente tratada como proxy da estrutura social. A identificação de uma indissociabilidade entre os diversos aspectos da desigualdade social, tem ampliado as análises multidimensionais da estrutura social nas últimas décadas. No presente trabalho são investigadas as relações entre a desigualdade econômica e desigualdade urbana, a partir da concepção do espaço-físico como campo, no sentido bourdieusiano do termo. Para a investigação da relação dos aspectos econômicos e urbanos da desigualdade, toma-se a perspectiva da base da estrutura social, as classes populares, pois entende-se que a limitação de capitais experimentada por essas intensifica os efeitos de lugar, ou seja, os modos com que a localização espacial condiciona a apropriação e multiplicação dos capitais. Foi realizado um estudo de caso em duas escalas, a escala cidade, que teve como lócus Porto Alegre/RS; e a escala localidade, que teve como lócus a comunidade Cascata-Glorinha, localizada na região pericentral da cidade e composta pelo loteamento Jardim Cascata e pela vila Glorinha, ambos territórios das classes populares. Como técnicas de pesquisa, foi efetuada a análise de dados secundários de ambos os loci e empreendeu-se trabalho de campo composto de entrevistas e observação participante na localidade Cascata-Glorinha. Constatou-se que a cidade de Porto Alegre se constituiu historicamente como território estratificado e desigual e essa configuração moldou uma situação de isolamento social das classes populares. Observou-se uma concentração no arco pericentral de aglomerados subnormais que coincide com vilas consolidadas da cidade, habitadas, sobretudo, pela população preta e parda da cidade. A tradução desse isolamento social prolongado constitui aspecto territorial ao enraizamento social das classes populares e, ao mesmo tempo, mostra-se como barreira para integração desses agentes à cidade formal. Foi verificado um avanço positivo da estrutura urbana no espaço das classes populares de Porto Alegre. A aproximação realizada no trabalho de campo evidenciou que essa redução da desigualdade de serviços básicos através do atendimento das demandas da população por melhorias no espaço-físico através, sobretudo, do Orçamento Participativo, surtiu efeito de legitimação da atuação coletiva. A estratégia comunitária fortalecida mostrou-se um eficiente meio de multiplicar os benefícios dos ganhos econômicos desses agentes habitantes da localidade através de práticas informais e comunitárias. No entanto, a escala diminuta dessa melhorias urbanas não evidenciaram os efeitos na redução das desigualdades urbanas e econômicas.

Palavras-chave: Efeitos de lugar, desigualdade urbana, Porto Alegre.

ABSTRACT

The Brazilian social structure stands out on the world scenario for its high inequality. This structure manifests itself in various dimensions, especially the economic one, often treated as a proxy for social structure. The identification of an inseparability between the various aspects of social inequality has broadened multidimensional analysis of social structure in recent decades. The present work investigates the relationship between economic inequality and urban inequality, based on the conception of physical space as a field, in the Bourdiesian sense of the term. In order to investigate the relationship of economic and urban aspects of inequality, we take the perspective of the base of the social structure, the lower income class, since it is understood that the capital constraint experienced by these intensifies the effects of place, that is, the ways in which spatial location conditions the appropriation and multiplication of capitals. A case was carried out in two scales: the city scale, which had as its locus Porto Alegre / RS; and the locality scale, which had as its locus the community Cascata-Glorinha, located in the pericentral region of the city and composed by the Jardim Cascata allotment and Glorinha slum, both lower income class territories. Secondary data analysis of both loci was carried out and fieldwork composed of interviews and participant observation in Cascata-Glorinha locality was undertaken as research techniques. The city of Porto Alegre was historically constituted as a stratified and unequal territory and this configuration shaped a popular classes isolation. There was a concentration in the pericentral arch of subnormal clusters that coincides with consolidated city slums, inhabited mainly by the black and brown population. The translation of this prolonged social isolation constitutes a territorial aspect to the social embeddedness of the popular classes and, at the same time, works as a barrier to the integration of these agents into the formal city. There was a positive advance of the urban structure in the space of the popular classes of Porto Alegre. It was observed in the fieldwork research that this reduction in the inequality of basic services were demands of the population specially through the Participatory Budget validating the collective action. The strengthened community strategy has proven to be an efficient means of multiplying the benefits of the economic gains of these locals through informal and community practices. However, the small scale of these urban improvements did not show results in reducing urban and economic inequalities.

Keywords: Place effect, Urban Inequality, Porto Alegre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura com-fusa das cidades latino-americanas	61
Figura 2 – Cascata-Glorinha localizada no mapa de Porto Alegre e na malha urbana	70
Figura 3 – Regiões do OP de Porto Alegre	74
Figura 4 – População de Porto Alegre (2010) com divisão das regiões do OP	76
Figura 5 – Distribuição da população de Porto Alegre segundo a cor (2010)	79
Figura 6 – IDHM (2000) dos bairros da cidade de Porto Alegre (RS).....	83
Figura 7 – Cartograma de Porto Alegre segundo a tipificação de renda em 2010.....	86
Figura 8 – Aglomerados Subnormais – mudanças de 2000 para 2010	90
Figura 9 – Setores Censitários que se sobrepõem à localidade Cascata- Glorinha.....	92
Figura 10 – Representação da rede de informantes construída	104
Figura 11 – Localidade Cascata-Glorinha com referências dos pontos citados no capítulo .	106
Figura 12 – Trajetos das linhas de ônibus 274.1 (esquerda) e 274 (direita).....	111
Figura 13 – Pontos de referência em mapa planificado e mapa em corte	113
Figura 14 – Face de quadra (acima) e rua asfaltada em arredores formais de Cascata-Glorinha (abaixo).....	114
Figura 15 – Face de quadra (esquerda) e acesso ao pátio (direita) em loteamento Jardim Cascata.....	115
Figura 17 – Indicação das áreas destinadas para área comum em foto de satélite atual	117
Figura 18 – Vista de um pátio (esquerda) e entrada de acesso (direita) na vila Glorinha.....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2 – Faixas de renda do responsável por domicílio na vila Glorinha (AGSN) nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	96
Gráfico 3 – Faixas de renda do responsável por domicílio no loteamento Jardim Cascata (normal) nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipificação dos setores censitários conforme a renda.....	69
Quadro 2 – Tipificação dos setores censitários conforme a renda.....	69
Quadro 3 – Regiões do OP e bairros de Porto Alegre.....	75
Quadro 4 – Código dos setores censitários que se sobrepõem à localidade Cascata – Glorinha	92
Quadro 5 – Característica dos entrevistados: grupo de idade, gênero e nível de aproximação	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Posicionamento no <i>ranking</i> internacional e Gini brasileiro ao longo do tempo....	22
Tabela 2 – Distribuição da renda nacional pelos estratos da população.....	53
Tabela 3 – Distribuição da população e relação renda apropriada / população por categorias de classe (Brasil – 1992, 2002, 2011).....	57
Tabela 4 – População urbana e de aglomerados subnormais (AGSN) (milhares) e proporção da população de AGSN	62
Tabela 5 – Razão renda média (a/b) de chefes de domicílios de favela (a) e bairro (b), segundo escolaridade e cor.....	64
Tabela 6 – Distribuição da população de Porto Alegre nas regiões do OP em 1991, 2000 e 2010	77
Tabela 7 – IDHM de Porto Alegre/RS e Brasil	80
Tabela 8 – IDHM capitais dos estados do Brasil.....	81
Tabela 11 – Renda média do responsável por domicílio dos setores censitários de Porto Alegre e percentual por estratos selecionados da renda para 1991, 2000 e 2010.....	85
Tabela 12 – Informações de população dos aglomerados subnormais de Porto Alegre	88
Tabela 13 – Condições de moradia dos setores censitários normais e aglomerados subnormais de Porto Alegre.....	88
Tabela 14 – População Cascata-Glorinha em 2000 e 2010 e variação.....	93
Tabela 15 – Classificação da população de Porto Alegre e da localidade Cascata/Glorinha por cor ou raça autodeclarada em 2010.	94
Tabela 16 – Média de anos de estudos do responsável por domicílio, Média etária do setor e Renda média do responsável por domicílio (valores reais de 2018) em 2000 e 2010 para a localidade Cascata-Glorinha.....	95
Tabela 18 - Condições de moradia dos setores censitários da vila Glorinha (AGSN) nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	97
Tabela 19 – Condições de moradia dos setores censitários do loteamento Jardim Cascata nos anos de 2000 e 2010	98

LISTA DE SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BCB	Banco Central do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
AGSN	Aglomerado Subnormal
APP	Área de Proteção Permanente
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEASA	Central de Abastecimento
DEMHAB	Departamento Municipal de Habitação
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PGM	Procuradoria Geral do Município
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
P0	Taxa de pobreza absoluta
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra a domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade de poder e compra
OMC	Organização Mundial do Comércio

ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RS	Rio Grande do Sul
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
WID	World Income and Wealth Database

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 BREVE PERCURSO DA DESIGUALDADE NA SOCIEDADE DE MERCADO	29
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE A PARTIR DO IGUALITARISMO E LIBERALISMO	29
1.2 ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS DA DESIGUALDADE	41
2 A ESTRUTURA DOS CAMPOS ECONÔMICO E FÍSICO-ESPACIAL NO BRASIL	50
2.1 PANORAMA DA ESTRUTURA ECONÔMICA NO BRASIL	50
2.2 DIMENSÃO FÍSICO-ESPACIAL	58
2.3 EFEITOS DE LUGAR	63
3 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE	67
3.1 UM ESTUDO DE CASO EM DUAS ESCALAS	67
3.2 ESPAÇO SEGREGADO E CIDADANIA PARTICIPATIVA	72
3.3 ESCALA URBANA EM DADOS	73
3.4 ESCALA LOCAL EM DADOS	91
3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM PORTO ALEGRE	98
4 COTIDIANO DE UMA VILA	103
4.1 OBSERVAÇÕES DESDE O TRABALHO DE CAMPO	103
4.2 RELATO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
APÊNDICE A – DEMANDAS DA CASCATA-GLORINHA NO OP (1990 – 2010)	144

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a relação entre desigualdade de econômica e desigualdade urbana, a partir da investigação de transformações ocorridas nas dinâmicas sociais e geográficas dos espaço das classes populares em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. O pressuposto levantado no início do desenvolvimento dessa dissertação é a de que a alta desigualdade econômica tem influência direta na criação de espaços urbanos desiguais; e como hipótese tem-se que a configuração urbana segregada e irregularmente provida de infraestrutura, que configura a desigualdade urbana, é um entrave para a redução da desigualdade econômica.

A desigualdade como um problema social é uma colocação em construção e plena de controvérsias, que opõe grupos de tendências divergentes – porém não totalmente opostas – na sociedade atual, debate travado sobretudo entre liberais e igualitárias. O liberalismo, o igualitarismo e a relação de oposição e complementariedade que essas duas doutrinas políticas exercem, pautaram o desenrolar das regras sociais até os moldes atuais. Esse jogo de forças possibilitou que houvesse um direcionamento para uma economia de livre mercado fundamentada na teoria liberal – que, na prática, apresenta tendências concentradoras (PIKETTY, 2014) – e para uma ética social cada vez menos tolerante às desigualdades sociais (BOBBIO, 1996). Do ponto de vista econômico, há, atualmente, o predomínio do neoliberalismo (ou liberalismo neoclássico). Este é uma vertente liberal aplicada à economia que passou a ser o paradigma econômico já nos anos 70 e que se caracteriza por utilizar de preceitos do liberalismo na economia. A visão neoliberal da igualdade está calcada na igualdade formal entre os indivíduos ou igualdade perante a lei, sendo essa igualdade a premissa para que haja uma competição justa, desses indivíduos tidos como igualmente livres, no mercado de competição por bens escassos. Hayek, economista austríaco e um dos principais teóricos da vertente neoclássica, explicita a posição neoliberal em relação à igualdade: “Enquanto a igualdade de direitos sob um governo com limitado é possível e é condição essencial para a liberdade individual, a reivindicação por uma posição de igualdade material só pode ser alcançada através de um governo com poderes totalitários”¹ (HAYEK, 1998, p. 83, tradução da autora).

¹ [Tradução livre] “While an equality of rights under a limited government is possible and an essential condition of individual freedom, a claim for equality of material position can be met only by a government with totalitarian powers.” (HAYEK, 1998, p. 83).

Observa-se que, além de uma oposição à igualdade na distribuição dos bens num regime não totalitário, como é o caso da democracia, há um posicionamento expresso pelo autor sobre o papel do Estado que reverbera por toda a teoria neoclássica, que é o de garantidor das liberdades individuais, enquanto contido em outros aspectos, ou seja, não interventor. Apesar da influência dessa vertente de pensamento na política dos Estados desde seu estabelecimento como predominante nos anos 1970, isso não ocorre plenamente na materialidade, pois, forças exercidas por outros princípios, além da doutrina libreal, influenciam a política e a economia da sociedade ocidental contemporânea, tal como ocorrera com o Estado de bem-estar social e na sua convivência com o socialismo soviético. Há evidências de que, concomitante aos preceitos neoliberais, existe uma recorrente busca ao igualitarismo na sociedade ocidental. Um exemplo disso seria o pacto de redução das desigualdades sociais evidenciado em diversos documentos, como nas cartas das instituições supranacionais e nas constituições nacionais. No Brasil, a redução das desigualdades sociais e regionais é um dentre os quatro objetivos da República, expressos no Artigo 3º da Constituição vigente: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988).

O conflito entre valores políticos socializantes (tal como a igualdade) e economia liberal pautam os principais debates desde o final do século XVIII. O acirramento desse conflito é analisado no livro “O Capital no Século XXI” do matemático e economista francês Piketty (2014). A obra tornou-se *best-seller*, algo inusitado para um livro de economia, ao realizar uma denúncia sobre a tendência concentradora do capital no século XX, conforme constatado por aquele autor a partir da análise de dados sobre a economia de aproximadamente 20 países ao longo de três séculos. Em linhas gerais, Piketty identifica a tendência do retorno do capital r (entende-se capital como o estoque de ativos em posse de particulares que podem ser negociado no mercado) em crescer de forma mais acelerada do que o retorno total g nas economias nacionais industrializadas no decorrer do século XX. Ou seja, identifica a concentração de renda no capital, não obstante a implementação de políticas distributivas do Estado de Bem-Estar Social do período pós-segunda guerra (PIKETTY, 2014). O quadro de uma sociedade desigual do ponto de vista econômico é aquele em que a maioria da população se apropria de uma porção pequena dos recursos gerados, enquanto uma minoria se apropria de uma parcela muito grande dos recursos gerados. Essa é a configuração que a sociedade tem adotado com resignação durante o século XX. As tendências para o século corrente não são evidentes. No entanto, com o que se experiencia até o momento, e

considerando que, mesmo com os 30 anos de política expansionista do pós-guerra, houve concentração de recursos no século XX, espera-se um possível agravamento das desigualdades econômica.

A identificação de $r > g$, constatado na análise de dados da obra recém citada, é chamado por aquele autor de “contradição central do capitalismo” (PIKETTY, 2014, p. 571), uma ampliação dos mecanismos que alimentam a alta desigualdade e a baixa mobilidade social. Piketty (2015), entretanto, defende que há como agir através de políticas públicas distributivas quando há o interesse da sociedade na manutenção, ou na redução, da desigualdade econômica. Como exemplos de medidas distributivas sugeridas pelo autor, estão: (1) a organização de um sistema progressivo de tributação sobre a riqueza e a renda como uma medida corretiva dessa contradição, e; (2) a disposição de dados sobre a renda e a riqueza dos países de forma democrática e transparente, para que haja um maior controle social sobre a distribuição das mesmas. O interesse pela mensuração da desigualdade decorrente da publicação do “O Capital no Século XXI” e do apelo do autor por maior transparência nos dados repercutiu no Brasil, gerando, inclusive, uma pressão para a abertura dos dados das declarações de imposto de renda pela Receita Federal brasileira no ano de 2015. Esse foi um evento inédito foi tratado nos meios de comunicação especializados como um “presente à democracia” (ORAIR; GOBETTI, 2015).

A desigualdade econômica é geralmente aferida através da distribuição dos rendimentos ou renda, considerada como o fluxo de recursos econômicos que os indivíduos ou famílias recebem regularmente como fruto do seu trabalho, investimentos ou transferências auferidas de instâncias externas. A relevância da desigualdade de renda é central para compreensão das desigualdades sociais, visto a centralidade que os recursos monetários apresentam para a qualidade de vida na atual sociedade de mercado ao ponto de haver um entendimento de que a renda responde a outros tipos de desigualdades sociais e, portanto, pode servir como *proxy* de outras dimensões do bem-estar (KESSLER, 2014).

Reconhece-se a importância da renda como um aspecto importante na observância da desigualdade, contudo, estudos que defendem a inclusão de outras dimensões na aferição da desigualdade são cada vez mais frequentes. Uma importante contribuição nesse sentido tem sido o trabalho desenvolvido por Sen (2000) sobre a multidimensionalidade do bem-estar (KESSLER, 2014). O argumento de Sen (2000) é desenvolvido de forma compatível com o aparato da teoria neoclássica, e inclui a desigualdade como “tolhedora” da liberdade, o valor máximo da doutrina liberal. Sen considera que a distribuição de fatores para além da renda

influenciam nas capacidades e nas habilidades dos indivíduos na realização da renda que eles têm disponível. Para aquele autor, uma distribuição de bens e serviços básicos mais ou menos igualitária, a ponto de atender as necessidades básicas de cada um, torna-se imprescindível para que os indivíduos possam competir de forma justa no mercado. A identificação das desigualdades como limitadoras das liberdades individuais é amplamente reconhecida por organismos internacionais, como a ONU, e na academia, como se observa na premiação de Sen com o Prêmio Nobel de Economia em 1998. A análise multidimensional da desigualdade proposta por Sen, a partir do seu efeito sobre a liberdade, autonomia e realização dos indivíduos, reflete a coexistência das ideias igualitárias e liberais na atualidade.

Essa identificação de falhas na forma de organização socioeconômica da sociedade contemporânea e a sugestão de soluções a partir do poder público como regulador e provedor, apresentados por Piketty e Sen, são chamadas de terceira via², pois afasta-se tanto da visão do liberalismo econômico estrito quanto da visão estruturalista da hierarquia social das teorias igualitárias.

A crítica à abordagem da terceira via é realizada pelos dois lados que a circundam, e ressalta-se aqui aquela feita por autores que aderem ao estruturalismo, pois compartilham do mesmo objetivo normativo: a redução das desigualdades. Esses, criticam o posicionamento da terceira via por acreditarem que nessa abordagem são ignoradas as estruturas de poder e da reprodução da ordem social, o que, de fato, não está presente nos trabalhos daqueles autores quando apresentam suas propostas para uma melhor distribuição de recursos, serviços e direitos.

Uma crítica aos que propõem o caminho intermediário, ou seja, a associação entre uma economia capitalista e um Estado presente na redução das desigualdades, é feita por Harvey (2014) ao comentar o trabalho de Piketty (2014). Para Harvey (2014), as medidas apresentadas pelo economista no campo da tributação e da transparência para maior controle social são, em suas palavras, “ingênuas, se não utópicas”. Explana ainda que Piketty ignora a associação existente entre poder econômico e poder político ao defender atitudes que vão contra a acumulação e que dificilmente ocorrerão de forma endógena ao sistema que lucra com as desigualdades (HARVEY, 2014). Essa crítica fundada na corrente marxista de

² “A ‘terceira via’ refere-se a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo.” (GIDDENS, 2001, p. 75).

interpretação histórica é prioritariamente estruturalista, e subjuga os interesses individuais, racionais ou não, além de fatores culturais e simbólicos à força do capital.

Adota-se nesse trabalho o reconhecimento de outras forças que agem sincronicamente às forças econômicas, engessando ou acelerando o seu funcionamento; assim como as forças econômicas engessam ou aceleram os movimentos sociais e culturais que circunscrevem as ações individuais. Uma forma de atuação dessas forças é de forma inercial, conservadora da estrutura, o que indica um enraizamento histórico. As estruturas existentes e já estabelecidas, por exemplo, podem ser ferramentas de resistência às inovações econômicas ou sociais, por exemplo, que vêm num sentido de aumentar as desigualdades. Esse fato é apresentado por Polanyi (2000), ao narrar o surgimento do capitalismo no século XVIII e compará-lo à figura de um “Moinho Satânico”. O autor observou o movimento inercial praticado pelas elites tradicionais no avanço da liberalização do mercado de trabalho e das terras, chamando a atenção para a importância desse tipo de resistência para o bem-estar da população inglesa da época.

O ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança; mas enquanto essa última frequentemente não depende da nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós. (POLANYI, 2000, p. 55).

O ditar do ritmo da mudança que depende de fatores sociais e culturais enraizados, referido por Polanyi, mostra a capacidade de ação sobre a sociedade de outros fatores além da “máquina econômica”. Há um reconhecimento das hierarquias econômicas como um dos campos que operam em um espaço social mais amplo, e que atua de forma conjunta com outras questões, de natureza material ou simbólica, e de maneiras distintas em locais e épocas diferentes (BOURDIEU, 2010).

A partir dessa colocação, o presente trabalho tem como pressuposto que a estrutura econômica de uma população deve ser analisada associada a outras variáveis. Esse estudo foca na questão territorial e no efeito de histerese no espaço social que entrava a fluidez da reprodução econômica. Para Bourdieu (2008), não há neutralidade do espaço no que diz respeito às relações sociais, pois o espaço habitado é não só uma reificação do espaço social, mas a materialização do espaço social no espaço habitado retorna certa inércia para as relações sociais. Corroborando com esse ponto de vista, Greenstein, Smolka e Sabatini (2000, p. 2) dizem que “[a] desigualdade espacial é tanto reflexo de uma estrutura social existente como um mecanismo que reforça essa estrutura”, num sentido de cristalização das relações

sociais. Uma vez identificado que o espaço habitado tem essa capacidade inercial sobre a estrutura social, identifica-se a necessidade do estudo das desigualdades espaciais, juntamente com a desigualdade econômica.

As maneiras como o espaço influencia nas capacidades e nas habilidades daqueles que o habitam são apresentadas por Kaztman (2011), através da apresentação dos efeitos do isolamento social gerado pela segregação espacial dos pobres nas cidades, conforme observado nas dimensões trabalho, educação e moradia. Aquele autor chama a atenção para o espaço como fator importante no desenvolvimento dos capitais individuais e coletivos. Kaztman apresenta um amplo leque de questões em que a falta de convivência entre classes gera para a população mais pobre, desde a falta da representatividade política para suas demandas, até a falta de referências de pessoas bem-sucedidas em trabalhos formais para crianças e adolescentes. Na mesma linha, Ribeiro (2005) e Motta (2017) apresentam o “efeito vizinhança”, como benefícios e prejuízos que acometem principalmente aqueles pertencentes às classes populares por sua localização num espaço homogêneo socialmente. Os resultados encontrados por um desses estudos foram chamados de custo-favela e custo-distância, ou seja, foi identificado um ônus para as pessoas habitantes de favelas quando comparadas a pares idênticos, segundo alguns critérios, mas que habitavam áreas formais da cidade ou mais próximas do centro da cidade (MOTTA, 2017). A lista se estende. A segregação espacial por estratos econômicos anda junto com a inequidade da disposição de serviços públicos tais como transporte, saúde e educação; e, assim, relacionam-se com o descaso da administração das cidades com algumas localidades, justamente as que seriam as mais necessitadas.

A maneira como as pessoas e grupos estão dispostos no território urbano repercute na estrutura social. A relação entre a posição social e a localização está associada à influência do topo da estrutura social na administração pública das cidades e no mercado imobiliário, pois o posicionamento da população no espaço é uma ferramenta de poder. Villaça (2001) diz que há uma estreita relação entre a localização na cidade e a possibilidade de apropriação de vantagens econômicas disponíveis, quase que em um determinismo espacial contrário ao determinismo econômico. Ribeiro (2002) afirma que a localização reforça as posições sociais ao analisar os processos de segregação, acumulação e poder na metrópole do Rio de Janeiro, chamando-a de causação circular das desigualdades de renda e espacial. Ele apresenta o processo em que os estratos superiores da sociedade, possuidores de capital financeiro e imobiliário, também têm o capital político, de forma a garantir que inclusive os retornos dos impostos e de outras políticas públicas os beneficiem.

A produção hierarquizada da cidade – ou seja, sua distribuição entre as diferentes camadas da população reforçando a estrutura social – é relacionada à sociedade desigual em termos econômicos, através da criação de espaços segregados para os diferentes estratos de renda da população. Esse processo, no seu extremo, dá origem a complexos habitacionais como as favelas, espaços em que habitam os pobres de forma alheia à organização formal da cidade. Tal como define Marzulo (2005), a favela é a configuração urbano-arquitetônica que funciona como polo para as classes populares e que, do ponto de vista relacional aos outros espaços da cidade, encontra-se numa posição inferior em termos de condições de urbanização, presença do setor público – no que diz respeito à manutenção e segurança – e moradia. Esses espaços são caracterizados como lócus de maior precariedade e informalidade, tanto em relação à propriedade como pelos modos de viver e ganhar a vida.

Apesar da problemática que as desigualdades territoriais suscitam, mais especificamente as urbanas, não há se vê um direcionamento para uma cidade mais igualitária. Ter espaços com usos mistos e ocupados por pessoas de características socioeconômicas variadas seria uma qualidade das cidades que possibilitaria uma maior distribuição dos recursos urbanos entre os estratos econômicos da população, ideia esta que tem sido amplamente defendida no meio intelectual há décadas³. Pessoas, instituições e governos que possuem esse posicionamento compõem uma das forças que incidem sobre as cidades. De outro lado, há forças que atuam para a construção de cidades setorializadas com o objetivo de serem economicamente eficientes. Neste ponto de vista, a desigualdade territorial é muitas vezes vista de forma positiva, pois está relacionada a uma especialização produtiva do espaço, mesmo que, do ponto de vista social, seja sinônimo de injustiças e instabilidades (KIM, 2008). Com a ascensão de valores neoliberais, como a diminuição do Estado através da restrição fiscal e liberalização da economia, a partir dos anos 70, houve um aumento da competição por recursos financeiros no ambiente urbano, o que gerou a priorização do que se acreditava ser a produção de uma cidade mais eficiente em recursos, em detrimento do planejamento para uma cidade mais igualitária (MATTOS, 2015).

Sobre as consequências da reverberação dos valores neoliberais nas cidades, Davis (2006), em seu livro “Planeta Favela”, apresenta o fenômeno da favelização do mundo iniciada no final dos anos 70 e que continuou nas décadas de 80 e 90. O autor chama a

³ Exemplo de uma luta no campo intelectual e na atuação comunitária por uma cidade menos segregada foi a jornalista americana Jane Jacobs, que apresentou suas crenças no livro *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas*, publicado pela primeira vez em 1964).

atenção para o rápido crescimento populacional das cidades do chamado mundo subdesenvolvido – parte da Ásia, África e América Latina. Esse crescimento acelerado dos núcleos urbanos pode ter sido uma decorrência da rápida industrialização em alguns casos pontuais, como o caso da China, mas de forma nenhuma foi a causa generalizada do aumento populacional das cidades como um todo. Na maioria dos casos, o rápido crescimento populacional das cidades observado nas décadas de 80 e 90 ocorreu através de mudanças nas políticas dos países que cederam à pressão de organismos internacionais concessionários de crédito (FMI e OMC) e suas exigências por um ajuste econômico radical de cunho neoliberal, pois esses países estavam com problemas relacionados às suas dívidas externas, comprometendo a capacidade destes em arcar com as dívidas com os credores. O resultado dos ajustes econômicos realizados nesses países subdesenvolvidos foi a desarticulação geral tanto do espaço rural, pela expansão da agroindústria, como do espaço urbano, por uma redução do Estado e dos serviços públicos prestados à população decorrente de privatizações e de políticas contracionistas (DAVIS, 2006). Muitos dos países onde essas políticas foram implantadas estavam vivenciando, na década de 80, um período de governos não democráticos, um detalhe que possibilitou o grau de violência das políticas impostas pelos ajustes.

Ao mesmo tempo, o rápido crescimento urbano no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável da produção em massa de favelas. Assim, boa parte do mundo urbano corre de volta para a época de Dickens⁴ (DAVIS, 2006, p. 196).

As favelas latino-americanas foram constituídas em um momento histórico anterior ao ajuste neoliberal e já haviam se beneficiado dos respingos da urbanização, destacando-se daquelas da África e da Ásia, por apresentarem melhores condições de serviços básicos como água e luz elétrica e urbanização. Contudo, em relação às outras partes das cidades em que se localizam, as favelas latino-americanas ainda constituem um quadro de precariedade (DAVIS, 2006). Somam-se à situação de precariedade de serviços básicos e infraestrutura a insegurança da propriedade e a situação ambiental, por essas estarem frequentemente em áreas de risco de deslizamentos ou de enchentes, compondo, assim, a problemática das favelas latino-americanas

⁴ Charles Dickens, escritor inglês que tem como pano de fundo de muitos dos seus romances as cidades industriais inglesas do século XIX e toda a precariedade da condição de vida de seus operários.

O aumento em número e densidade das favelas e as condições não favoráveis da conjuntura econômica, como a desindustrialização e a desvalorização do salário mínimo, favorecem a informalidade de modos de vida, moradia e trabalho. Isso resulta no desenvolvimento paralelo de uma subcultura estigmatizada das classes populares, a cultura de subsistência informal urbana. Essa cultura de subsistência informal urbana que é a estratégia encontrada pelos habitantes de favelas pode afastar ainda mais estes agentes da integração aos circuitos formais, mesmo em épocas de conjuntura mais favorável.

Considerando a profundidade da questão da renda e da sua desigualdade e a expressão desse quadro na formação territorial urbana, entende-se a importância de compreender a relação entre desigualdade urbana e desigualdade de econômica. Apesar de terem suas dinâmicas próprias, essas se retroalimentam.

A distribuição de renda no Brasil é reconhecida mundialmente pela sua concentração, como é apresentado na Tabela 1, construída a partir de dados do Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (RDH - PNUD) de divulgação anual. O Brasil apresenta um posicionamento muito ruim nesse *ranking*, oscilando entre o 12º e 4º maior índice de Gini, sendo que quanto mais alto o indicador, mais desigual é a distribuição representada.

Tabela 1 – Posicionamento no *ranking* internacional e Gini brasileiro ao longo do tempo

Período*	Posição	GINI
1986-1990	4º	0,604
1991-1995	12º	0,591
1996-2000	7º	0,585
2001-2005	9º	0,564
2006-2012	9º	0,527

Fonte: Elaboração da autora com base em Banco Mundial (2013).

* Os anos foram agrupados para abranger um número maior de países, pois nem todos apresentam o dado anualmente. Para países com mais de um índice por período consideramos aquele que se refere ao ano mais recente.

O Brasil não é um caso isolado. O continente latino-americano tem papel de destaque no mapa da desigualdade, o que denuncia as raízes históricas desse cenário. A desigualdade continua representando um problema estrutural na região, apesar dessa ter desfrutado de um ambiente econômico favorável para a distribuição de renda na primeira década dos anos 2000 com algum efeito sobre o Gini. No *Regional Human Development Report for Latin America and Caribbean* de 2010, o PNUD destacou três características da desigualdade na região, que apresenta-se alta, persistente e reprodutível, num contexto de baixa mobilidade

socioeconômica, denunciando a complexidade da situação latinoamericana. Em um volume mais recente do RDH, vê-se que para os dezoito países da América Latina que possuem informações no relatório⁵, sete se encontram entre os quinze países mais desiguais do mundo (PNUD, 2016).

O Brasil é um caso citado em documentos sobre a desigualdade por que, além de ser o 9º país com a pior distribuição de renda do mundo (PNUD, 2016), está entre as dez economias nacionais mais ricas em termos de PIB absoluto, ocupando a nona posição (FMI, 2017). A população brasileira é grande, fazendo com que o país ocupe a posição de quinta nação mais populosa. A razão entre esses dois últimos dados, PIB e população, classifica o Brasil como um país de renda média-alta, segundo o critério de renda per capita do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2018). À primeira vista, a classificação de renda como média-alta pode ser percebida como positiva, todavia, não reflete a realidade da maioria dos brasileiros, pois a alta concentração de renda faz com que em torno de 80% da população tenha renda inferior à renda média nacional⁶.

Nas últimas décadas, a evolução da desigualdade de renda brasileira passou por mudanças que refletiram positivamente nos indicadores oficiais. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de Gini brasileiro passou de 0,612 em 1990 para 0,592 em 2000 e, na década subsequente, reduziu para 0,527, representando uma melhora significativa na distribuição da renda declarada pelos brasileiros. Tal melhora distributiva decorreu tanto da estabilização da economia nos anos 90 (ROCHA, 2000), como do resultado de políticas públicas direcionadas à melhoria de renda da população mais pobre nos anos 2000 (MEDEIROS, 2015; OSORIO; SOARES; DE SOUZA, 2011; ROCHA, 2012). Por mais que o IBGE tenha aferido melhorias na distribuição de renda, tais mudanças não alteraram significativamente a situação desigual da renda do Brasil, como foi mostrado na Tabela 1 (p. 22).

A configuração urbana brasileira vai ao encontro da estrutura econômica largamente desigual, conforme identificado por Kowarick (1979), antes mesmo da ascensão neoliberal dos anos 70, denunciando o caráter estrutural da questão. O autor chama de espoliação urbana a forma com que a população pobre é excluída dos espaços urbanos e negligenciada pela

⁵ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

⁶ Renda per capita estabelecida pelo banco mundial (aproximadamente PPP US\$ 9 mil por ano ou R\$ 2.370 por mês)

administração pública no que diz respeito a políticas de moradia e urbanização. Essa forma de lidar com a questão urbana da população pobre representaria uma segunda camada de exploração, sendo a primeira aquela que ocorre no nível do trabalho (KOWARICK, 1979).

Uma das formas de negligência com a questão da moradia dos pobres urbanos no Brasil têm sido as restrições nas possibilidades de financiamento da casa própria para as faixas mais baixas de renda resultando em condições de moradia muito precárias e em irregularidade habitacional. Contrastando com a situação da população urbana pobre, tem-se que o mercado imobiliário para as classes médias e altas no Brasil tem sido muito dependente dos recursos públicos em toda história do país (FIX, 2015). A urbanização também foi historicamente restrita a áreas de classe alta e média, fato que passou a mudar nos anos 1980 com a redemocratização do país e a atuação de movimentos sociais, que obtiveram importantes vitórias no campo institucional. Nesses episódios, o jogo de forças no campo da política urbana pendeu para o lado igualitário, contrastando com o ambiente econômico que passava por um momento de abertura comercial, estrangulamento fiscal e instabilidade econômica. Na prática, a maneira com que foi possível articular as ações de cunho distributivo nas cidades sob um cenário econômico restritivo foi a partir de políticas setoriais em vez de diretrizes políticas mais gerais (FIX, 2015).

Um caso de política setorial de relevância no âmbito da inovação da gestão urbana foi o Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre. O OP foi fruto da redemocratização e do avanço da participação popular que implementada no final dos anos 80, como uma modalidade de gestão da cidade com a participação direta da população, desde a elaboração até a execução do orçamento municipal (FEDOZZI, 2009).

Como comentado anteriormente, no ano de 1989, quando foi implantado o OP, os contextos mundial e nacional aparentemente não inspiravam esse tipo de gestão, pois se presenciava um período de recessão, hiperinflação e de privatizações. Entretanto, como explica Maricato (2008), a redemocratização que coincide com esse período inspirou diversos movimentos sociais, acadêmicos e de organizações não governamentais a se envolverem diretamente na luta pela reforma urbana. Esses movimentos culminaram na aprovação do Estatuto da Cidade (2001), na criação do Ministério das Cidades (2003) e do Conselho das Cidades (2005), entre outros objetivos que tomaram mais de uma década para se concretizar. No caso de Porto Alegre, a presença de um governo municipal de vertente socializante, sua

proposta de Administração Popular⁷ e a articulação com organismos internacionais foram fatores chaves para a realização do OP no contexto econômico recessivo da década de 90.

A expressão do protagonismo do poder popular em Porto Alegre em 1989 era caracterizada como anti-hegemônica (sendo as políticas hegemônicas nesse período aquelas pró-mercado ou que beneficiavam o setor exportador, neoliberal), amplificando ainda mais sua relevância como modelo de gestão popular (MARZULO; MARX, 2013). Esse posicionamento foi, no entanto, muito oportuno e aconteceu em consequência da combinação de um governo municipal de tendências igualitaristas com um período de enfraquecimento dos Estados Nacionais e ascensão das relações locais-globais. As necessidades de todas as cidades nesse momento eram tanto de relacionar-se internacionalmente para se inserirem na nova ordem global – como Porto Alegre o fez através da formação da Associação Internacional Cidades e Governos Locais Unidos e organização do Fórum Social Mundial –, como de atender às demandas da população local – o que foi solucionado através justamente da criação do OP. Segundo Marzulo e Marx (2013), esse período de forte articulação local-global em Porto Alegre vigorou até meados da crise financeira de 2008, já arrefecendo desde 2003 quando o Estado brasileiro retomou o protagonismo com políticas que visavam o desenvolvimento de um mercado interno através do combate à miséria e à pobreza em nível nacional.

Se no período anterior, entre as últimas duas décadas do século XX e parte da primeira década do XXI, houve um predomínio de políticas igualitárias apenas em âmbito local – enfatizando o desenvolvimento endógeno, o desenvolvimento local ou sistemas locais de produção e a participação direta da população nas decisões de âmbito local –, na segunda metade da primeira década do século XXI a tendência vem marcada pela expansão de mecanismos de democracia direta e participativa dentro do governo central [...] (MARZULO; MARX, 2013, p. 61-62).

O OP como mecanismo de participação popular que vigora a mais de 25 anos teve como consequência melhorias nas condições urbanas das localidades mais pobres da cidade principalmente no que diz respeito à distribuição dos serviços básicos (CABANNES, 2014).

Por ter sido lócus dessa experiência democrática socializante, escolhe-se Porto Alegre para se realizar a investigação sobre as relações de desigualdade econômica e espacial. O corte temporal realizado vai de 1990 a 2010, pois esse apresenta uma diversidade interessante para análise. De 1989 a 2004 houve um intenso processo de melhorias urbanas das áreas mais precárias da cidade, o que reduziu um aspecto da desigualdade urbana ligada a qualidade do

⁷ Administração popular foi o *slogan* utilizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) durante 1989 a 2004.

espaço físico. Do ponto de vista da economia, nesse mesmo período o país estava sob medidas de liberalização de mercados, privatizações e redução do gasto público e estabilização inflacionária. O que possibilitou os investimentos do OP nesse período recessivo foi a mobilização de fundos locais através do manejo do orçamento municipal e fundos internacionais acionados pela municipalidade. No momento seguinte, a partir de 2004, observou-se uma mudança no perfil do investimento para um caráter predominantemente nacional a partir de instituições públicas (MARZULO; MARX, 2013). Essa mudança das fontes de recursos do OP ocorrera devido à troca de posicionamento do governo nacional após as eleições de 2003, em que houve centralização política no governo nacional, enfraquecendo, de certa forma, os governos locais. Além do caráter centralizador do governo nacional, a década de 2000 foi um período de políticas de melhoria de renda da população pobre, com a valorização real do salário mínimo e programas de transferência de renda combinados com a expansão do Produto Interno Bruto, diferindo economicamente do período anterior, a década de 90.

Essa interação de políticas de urbanização com participação popular que passa por momentos distintos da política nacional, combinado com mudança das políticas de renda da população pobre, torna Porto Alegre, no período de 1990 a 2010, um lócus propício para a pesquisa que envolve a investigação do caráter econômico e urbano dos pobres das cidades brasileiras.

A dissertação está subdividida em seis capítulos a contar da introdução. No capítulo 2, “Breve percurso da desigualdade na sociedade de mercado”, abordam-se os fundamentos teóricos e filosóficos da desigualdade a partir da evolução desse conceito dentro das tradições liberais e igualitárias. Nele, chega-se a um posicionamento que mescla as duas visões antagônicas, apoiando-se em Bobbio (1996) e trazendo versões contemporâneas de teorias descendentes da tradição liberal com viés igualitário, tendo como expoente o trabalho de Sen (1998, 2001). Identifica-se nessas abordagens a centralidade no indivíduo e ausência de uma compreensão hierarquizada da sociedade, como é típico da teoria liberal. Por isso, procura-se complementá-la com a abordagem de espaço social bourdieusiana (BOURDIEU, 1986, 2002, 2010). Na segunda parte desse capítulo, apresenta-se o espaço físico como um reflexo da estrutura social, distorcido pelo seu efeito inercial e, portanto, como importante campo de ação onde as lutas por mudanças na estrutura social se realizam. A abordagem aqui tomada se constrói a partir de Bourdieu (2008), Bidou-Zacharisen (1997), Marzulo (2007, 2005) e Kaztman (2011).

O capítulo 3, “A estrutura dos campos econômicos e físico-espacial no Brasil”, traz os desdobramentos das relações econômicas na configuração e gestão das cidades, e os efeitos que o espaço causa às relações sociais e econômicas, a fim de definir a estrutura dos campos econômico e físico-espacial que compreendem a realidade das cidades brasileiras. Primeiramente, é apresentado um breve panorama da desigualdade de renda no Brasil segundo Rocha (2000; 2012; 2014), complementado com os dados e a análise do *World Income and Wealth Database* (WID) (Morgan, 2017) e da desigualdade econômica a partir da produção, segundo a categorização neomarxista (SANTOS, 2002b). Também são apresentados elementos do desenvolvimento urbano em países da periferia do capitalismo, conforme traz Mattos (2016). Especificamente para o contexto brasileiro, trata-se o processo de financeirização das cidades que, de forma particular, tem sido expandido desde os anos 2000 e que possui o Estado como ator fundamental, segundo Fix (2017; 2015). Além das forças econômicas, a participação social no planejamento das cidades é explanada pela perspectiva de resistência às forças econômicas características do neoliberalismo de Estado (MARICATO, 2008, 2013). Também são apresentados os desdobramentos na esfera econômica das questões espaciais no Brasil, como o efeito-vizinhança (RIBEIRO, 2005, 2002) e efeitos de lugar (BOURDIEU, 2008); a economia da proximidade (ABRAMO, 2002) e o enraizamento (GRANOVETTER, 1985).

No capítulo 4, “Desigualdades socioespaciais na cidade de Porto Alegre”, apresenta-se o método da pesquisa empírica dessa dissertação: um estudo de caso em duas escalas, explorado através de análise de dados estatísticos e de trabalho de campo etnográfico. Parte-se da definição do estudo de caso (BECKER, 1999), a explicação das técnicas utilizadas e da justificativa para a definição dos loci, que são: a cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, no período que compreende as décadas de 1990 e 2010, para a escala cidade; e o loteamento Jardim Cascata e vila Glorinha, tratadas também conjuntamente de Cascata-Glorinha, localizadas em morro da área pericentral de Porto Alegre, para a escala localidade. Na continuação do capítulo, identifica-se a estrutura urbana de Porto Alegre com foco no espaço das classes populares da cidade, além de caracterizar a localidade e situá-la na estrutura da cidade. Faz-se isso a partir de dados estatísticos oficiais, tendo como fonte, sobretudo, os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O capítulo 5, “Cotidiano de uma vila”, traz os modos de fazer a etnografia urbana (BOSI, 2009; VELHO, 1986; BECKER, 1999) e a apresentação do trabalho de campo realizado no loteamento Jardim Cascata e vila Glorinha, com os dados e análises produzidos a

partir deste. Identifica-se, a partir do relato de moradores e frequentadores entrevistados, os efeitos da urbanização e das melhorias de renda em suas condições de vida e na sua integração com a cidade formal.

Por fim, são apresentadas as considerações finais desse estudo. A hipótese lançada no início do trabalho é retomada, partindo do desenvolvimento teórico do espaço urbano como campo físico-espacial e lançando as principais conclusões a partir do estudo de caso. Da etapa de análise de dados, a estrutura urbana de Porto Alegre, com ênfase no espaço das classes populares foi apresentada e, de forma análoga, foi apresentado um diagnóstico da localidade Cascata-Glorinha. A situação da estrutura da urbana e o posicionamento da localidade como um espaço de classe popular localizado no arco pericentral urbano explicitou a situação de alta desigualdade urbana de Porto Alegre. A estabilidade dessa situação extrema nos anos da análise também chamou a atenção. Como principais conclusões da pesquisa etnográfica, identificou-se um persistente isolamento social das classes populares, expresso nas relações pessoais, no trabalho, na educação e no espaço-físico, devido ao local de moradia e do uso do espaço urbano do cotidiano. Observou-se as estratégias utilizadas pelos entrevistados que podem estar mais ou menos enraizadas no território, mas indicando que, quanto mais enraizado, maiores são as chances dos agentes em ultrapassar as adversidades. Observou-se, também, que as melhorias urbanas apresentaram impacto positivo na vida dos agentes, mas impacto reduzido na estrutura de renda da cidade.

1 BREVE PERCURSO DA DESIGUALDADE NA SOCIEDADE DE MERCADO

No presente capítulo são apresentados os fundamentos teóricos e filosóficos da desigualdade a partir do aprofundamento do conceito de igualdade e suas diferentes abordagens, como: igualdades naturais, de meios, de direitos, de oportunidades e de fins. Explora-se a convivência – tanto de forma conflituosa, como complementar – desses diferentes conceitos de igualdade decorrente da influência de duas doutrinas políticas: o liberalismo e o igualitarismo (BOBBIO, 1996). Na sequência, algumas visões da desigualdade nas teorias de justiça da tradição liberal são apresentadas. Em especial, a vertente rawlsiana (RAWLS, 2003), que trata desigualdade de renda e riqueza ao falar de igualdade equitativa de oportunidades; e a abordagem das capacitações que é, na sua essência, um *approach* multidimensional (SEN, 2001; 1997). Não obstante, essa apresentação é feita de forma crítica ao foco na agência individual que esses autores apresentam ao se colocarem como alheios às questões da estrutura social ao tratar das desigualdades. Procura-se realizar uma abordagem que considere as questões estruturais amplas juntamente à agência individual e, para tanto, adota-se a análise de espaço social (BOURDIEU, 2010, 2002). Foca-se no espaço-físico como fator relevante na composição das desigualdades, não apenas como força inercial às mudanças em outras dimensões, mas também como meio de ação para redução da desigualdade. Assim, propõe-se uma análise relacional ao interpretar a questão territorial como um campo, no sentido de Bourdieu (2010; 2008; 2002; 1986), que compõe o espaço social, o campo físico-espacial.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE A PARTIR DO IGUALITARISMO E LIBERALISMO

A desigualdade é um conceito que expressa uma relação. É a qualificação de uma distribuição que pode ser mais ou menos desigual. Bobbio (1996) caracteriza o inverso desse conceito, a igualdade, como descritivamente indeterminada (uma vez que ao falar de igualdade se necessita definir entre “quem” e “em que categoria” essa relação existe), e axiologicamente neutra (uma vez que não há consenso desta ser algo desejado ou não). Justamente pela igualdade ser tão indefinida, a qualificação que cada teoria ética e política apresenta desta compõe um fator importante de diferenciação entre essas teorias. A forma de dividir as teorias de acordo com a ideia que se tem de desigualdade está, principalmente, na oposição entre as desigualdades de meios e as desigualdades de fins (SEN, 2001).

Ressalta-se aqui o conflito e a convivência entre duas doutrinas políticas que pautaram o debate sobre desigualdade que se tem contemporaneamente: o liberalismo e o igualitarismo. Resumidamente, as ramificações liberais focam nas desigualdades de meios, principalmente os meios formais, como igualdade perante a lei e de direitos; e as ramificações igualitárias (como o socialismo e o anarquismo) defendem normativamente a igualdade de fins, tal como a igualdade de acesso aos bens e a igualdade política.

As doutrinas políticas têm a igualdade como um valor apropriado, tanto no sentido de apreendido, como de adequado, pois a igualdade, como um termo descritivamente indeterminado e axiologicamente neutro, pode aderir-se de diferentes atributos em cada um dos ramos teóricos. Com fim de ilustração, se poderia afirmar que, em uma sociedade estamental hipotética, há igualdade entre os sujeitos pertencentes a uma casta em relação ao uso da terra; todos os servos, por exemplo, não possuem terras, mas podem trabalhar nelas desde que paguem impostos aos proprietários. Esse exemplo de igualdade entre os membros de uma mesma casta se afasta do imaginário contemporâneo do conceito de igualdade (por mais difícil que seja a definição deste imaginário). Não basta a existência de igualdade entre uma parcela segregada da população para configurar o que se entende por igualdade. Tem-se, portanto, que a igualdade entre todos é uma premissa importante na concepção da igualdade como se têm na contemporaneidade. A afirmação de que todos os homens nascem iguais, o que é conhecido como igualdade natural, é uma máxima política que perpassa o pensamento ocidental (desde a Grécia antiga, com o estoicismo), e passa a compor regra jurídica com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, como declarado em seu artigo primeiro (BOBBIO, 1996). Essa resposta ao “entre quem” vale-se a igualdade, a todos, é uma definição básica da ética nas sociedades democráticas contemporâneas.

O grau de aceitação das desigualdades sociais, não é consensualmente determinado, pois muda conforme a predominância das doutrinas políticas igualitárias ou libertárias na praxe de cada época. O Estado que evoluiu da Revolução Francesa, evento que tornou a igualdade entre os homens perante a lei algo instituído formalmente, foi o Estado Liberal – modelo de Estado fundado na liberdade individual cujo papel do Estado seria o de garantir tais liberdades individuais (BOBBIO, 1996). A igualdade clamada por essa doutrina é a igualdade formal: o conceito de que todos os homens devem ser igualmente livres, pois a liberdade é o valor mais relevante. Isto, de fato, se traduz por todos serem iguais perante a lei considerando, por exemplo, que, dado uma lei pré-estabelecida, todos são julgados em pé de igualdade conforme a mesma. A igualdade perante a lei seria a qualidade de atribuir a

propriedade jurídica para todos, rompendo, pelo menos formalmente, com sociedades estamentais e de castas. Ainda assim, a igualdade perante a lei não é uma igualdade inteiramente qualificada, pois a lei nem sempre possui um caráter igualitarista ou minimamente neutro, podendo nela haver distinções entre as pessoas, favorecendo grupos privilegiados ou não, e essas convenções mudam com o espírito da época.

O pensamento político e econômico ocidental desenvolveu-se a partir da doutrina liberal e suas adaptações suscitadas da convivência do liberalismo com o igualitarismo ao longo do tempo (BOBBIO, 1996). As mudanças dentro da doutrina liberal, e a sua ramificação em vertentes, fizeram com que o conceito de igualdade tomasse diferentes formas, mais distantes ou mais próximas da “igualdade de tudo entre todos”, como é estabelecido na doutrina igualitária. A igualdade como conceito formado na doutrina liberal assume diversas feições que transitam desde a igualdade natural (todos os homens nascem iguais), para a igualdade formal (igualdade perante a lei) até a igualdade equitativa de oportunidades presente na teoria de justiça de Rawls (2003), na qual há uma associação da liberdade a um certo grau mínimo de igualdade de fins.

A diferenciação entre variações liberais do conceito de igualdade e do mesmo termo desenvolvido pelas vertentes igualitaristas decorre da divergência entre os entes beneficiários de cada uma dessas doutrinas. Enquanto o liberalismo apresenta o indivíduo como beneficiário primordial, quem ocupa esse papel no igualitarismo é a sociedade, onde as pessoas são partes derivadas. No igualitarismo o foco está na igualdade entre as pessoas-parte da sociedade e, diferentemente do liberalismo, a liberdade não é o valor mais importante, tampouco aquele em que todos os outros são subordinados. A igualdade é, portanto, tida como a norma e é desejada a partir de um juízo de valor, não naturalizada (BOBBIO, 1996). A igualdade seria, de acordo com o socialismo científico e a interpretação materialista da história alcançada a partir da socialização dos meios de produção, pois é através da distribuição econômica igualitária que as pessoas alcançariam direitos iguais.

Os preceitos igualitaristas e liberais, sempre em relação uns com os outros, estiveram presentes na história dos Estados ocidentais e influenciaram a formação das democracias, aparecendo lado a lado e, frequentemente, em conflito. A crítica do igualitarismo (mais especificamente da sua vertente socialista) ao liberalismo está fundada no fato de que ter liberdade, principalmente a de empresa econômica como valor superior à igualdade, leva à acumulação que, por sua vez, tende a ser fonte de grandes desigualdades. A crítica contrária, do liberalismo ao igualitarismo, está fundada no fato de que a busca incessante pela igualdade

pode anular as liberdades individuais que, por sua vez, seriam fonte da diversidade e de iniciativas inovadoras que geram o progresso social. O confronto ou a síntese das vertentes liberais e igualitárias é um dos motores da realidade política e econômica do mundo ocidental, com um predomínio da influência do liberalismo que responde à crítica ou pressão do igualitarismo (BOBBIO, 1996).

A democracia decorrente do Estado Liberal é caracterizada pela proteção de direitos e liberdades individuais e pela defesa da igualdade de oportunidades. Esta última é uma premissa de justiça que vem da concepção econômica de que na sociedade há bens escassos e que as pessoas devem competir (através do mercado) por esses bens, portanto, todos devem ter a oportunidade de acessar esse mercado. A igualdade de oportunidades seria, então, o antecedente necessário para que cada indivíduo possa acessar a instância em que é realizada a distribuição, logo, não há nessa concepção a inclusão de igualdades de fins (como a de renda, por exemplo) em que sua distribuição seria então definida pelas relações de mercado.

De forma crítica à igualdade de oportunidades de cunho liberal, Bobbio (1996) relaciona o mercado a um jogo, e a igualdade de oportunidades ao fato de todos os jogadores iniciarem esse jogo em situação parecida. “[N]ão há nada de particularmente progressista ou reacionário no fato de que os jogadores de canastra ou de pôquer comecem o jogo com o mesmo número de cartas [...]” (BOBBIO, 1996, p. 31). Aquele autor critica dois pontos da doutrina liberal: o entendimento do mercado como instância distributiva que, tal como um jogo, proporciona chances equânimes a seus participantes e a igualdade de ponto de partida como a representação de um grande avanço que, inclusive, não é consensual entre as vertentes liberais.

Há, nas vertentes liberais abordagens mais universalista das oportunidades, ao ponto de abranger algumas condições materiais, ou seja, uma certa igualdade de fins, como é trazido por Rawls (2003).

A igualdade equitativa de oportunidades significa aqui liberdade liberal. Para alcançar seus objetivos, é preciso impor certas exigências à estrutura básica além daquelas do sistema de liberdade natural. [...] A sociedade também tem de estabelecer, entre outras coisas, oportunidades iguais de educação para todos independente da renda familiar (RAWLS, 2003, p. 62).

De todo o modo, há uma padronização na literatura a respeito das interpretações sobre a igualdade de oportunidades, onde se reforça que essa é buscada de maneira restritiva, de modo que não haja interferência na diversidade, abrangendo mais a esfera formal do que a material (SEN, 2006, p. 07). Isso ocorre porque o liberalismo e suas vertentes defendem a

liberdade pessoal e civil como o valor mais importante e a visão da pessoa como indivíduo único. Desse modo, as diferenças individuais são celebradas, pois seria a riqueza possibilitada pela diversidade que promoveria o progresso social.

As formas com que essas doutrinas políticas se refletiram na história das democracias no século XX foram diversas. Uma delas diz respeito a maneira com que os Estados interferiram na liberdade econômica de indivíduos e grupos. Da segunda metade dos anos 1940 em diante, imperou em alguns países desenvolvidos o Estado de bem-estar social, ou social-democracias, em que os Estados eram tidos como agentes na economia de mercado. Ou seja, o gasto público era um fator importante para a geração de emprego e “aquecimento” da economia, e a regulamentação dos mercados era tida como necessária, pois havia a concepção de que esses não seriam instâncias imparciais de distribuição. Essa compreensão crítica do funcionamento dos mercados é personificada em Keynes, economista que passou a acumular adeptos num momento em que a capacidade dos mercados como agentes distributivos eficientes foi questionada devido à ocorrência de crises financeiras que trouxeram grandes mazelas sociais, em especial a Grande Depressão de 1929.

No contexto em que [Keynes] vivia, a primeira metade do século XX, predominavam na elite intelectual e econômica inglesa as ideias liberais, apesar das guerras e mesmo após a crise de 1929. [...] De fato, seu pensamento difundir-se-á mais do que qualquer outro após a Segunda Guerra. A partir dessa, iniciou-se um período de forte crescimento sustentado, com interveniência estatal e relativa distribuição de renda: a “era keynesiana” ou “de ouro” consagrou a influência de seu pensamento, contrariando seus críticos cujo esforço consistia em restringi-lo a um teórico da crise ou intérprete da Grande Depressão (FONSECA, 2010, p. 427-428).

A coexistência da sociedade de mercado, com os países comunistas no período da Guerra Fria, também é tida como fator de balizamento do Estado de bem-estar e do seu viés socializante. Apesar da justificativa estritamente econômica, através do modelo de crescimento orientado pela demanda, as democracias socializantes tinham o pleno-emprego entre os seus objetivos, ou seja, a garantia igualitária de acesso à renda, e a garantia do direito à vida digna através da prestação de serviços básicos como saúde, alimentação, segurança, infraestrutura.

A referida “era de ouro” em que vigorou o Estado de bem-estar social teve seu “desmoronamento” nos anos 70 e seu fim declarado nos anos 80. O modelo que o sucedeu foi aquele marcado pela liberalização dos mercados e pela redução do papel do Estado, simbolicamente caracterizados pelas políticas de Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, na Grã-Bretanha, e de sua influência global. Entre as causas possíveis dessa virada estão as

sucessivas crises do petróleo, na década de 1970; os efeitos do enfraquecimento do comunismo e das ameaças que esse representara às economias capitalistas; as crises de dívidas em muitos Estados (principalmente o então terceiro mundo e os países socialistas); o avanço do sistema financeiro global e as inovações industriais de alto impacto no sistema produtivo (HOBSBAWM, 1997).

A economia global não desabou, mesmo momentaneamente [...] no fim do Breve Século XX, os países do mundo capitalista desenvolvido se achavam, tomados como um todo, mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970, e a economia global da qual ainda formavam o elemento central estava imensamente mais dinâmica. Por outro lado, a situação em regiões particulares do globo era consideravelmente menos cor-de-rosa. Na África, na Ásia ocidental e na América Latina cessou o crescimento do PIB per capita. [...] Ninguém duvidou seriamente de que, para essas partes do mundo, a década de 1980 foi de severa depressão. (HOBSBAWM, 1997, p. 313-314).

Um marco importante dessa nova etapa política e econômica para os países na periferia do capitalismo foi o Consenso de Washington: “Uma lista de dez reformas políticas específicas [...], amplamente consensuais em Washington⁸, desejadas para praticamente todos os países da América Latina a partir de 1989”⁹ (WILLIAMSON, 2004, p. 1, traduzido pela autora). As mudanças exigidas pelo Consenso de Washington eram em direção a um maior controle das contas públicas, redução do tamanho do Estado e liberalização dos mercados. Muitos estudos foram dedicados à crítica dessas reformas tidas como soluções ideais para os problemas desses países na época, e, hoje, é lugar comum dizer que os programas de ajuste surgidos a partir do Consenso de Washington tiveram um impacto desastroso para as políticas sociais e para os níveis de pobreza em muitos desses países (LOPES, 2011).

A partir dos problemas surgidos com essa mudança na política econômica nos anos 80 e 90, o mundo deparou-se com uma situação de pobreza e miséria antes desconhecidas e que agora eram postas em evidência. Um fator que ajudou a evidenciar a situação da pobreza e miséria mundial foi a crescente integração dos países promovida pela globalização, o que impactou positivamente o número de estudos sobre o assunto (DEATON, 2017).

A abordagem da pobreza, nas ciências econômicas, tem tido relação direta com sua mensuração e com a definição objetiva de incidência e intensidade do fenômeno, ou seja, sobre quem é ou não é pobre, e o quão pobre são os sujeitos. A maioria dos estudos trata da

⁸ Washington aqui significa Washington D.C., capital administrativa dos Estados Unidos da América em que se localiza tanto o congresso desse país quanto seu banco central (Federal Reserve). A cidade acomoda um *think tank* de política econômica mundial.

⁹ [Tradução livre] A list of ten specific policy reforms, [...] widely agreed in Washington to be desirable in just about all the countries of Latin America, as of 1989 (WILLIAMSON, 2004, p. 1).

pobreza como privação de renda, isto é, a pobreza monetária. A renda é definida como a quantidade de recursos monetários que um indivíduo, ou núcleo familiar, recebe como remuneração do seu trabalho, salários, rendimento sobre capital ou propriedade, como juros, lucros ou aluguéis e por transferências provenientes de entes externos. Uma forma comum e dentre as mais simples de medir pobreza é através da definição de uma linha de pobreza monetária. Essa é uma medida de pobreza unidimensional que utiliza a renda em um nível pré-definido como balizador do fenômeno, ou seja, aqueles que possuem renda abaixo de tal linha são classificados como pobres, e, conseqüentemente, aqueles que possuem renda acima dessa linha não são pobres. A definição do valor da linha de pobreza é feita por organismos internacionais, como o Banco Mundial¹⁰, e pelos estados nacionais. O Brasil não possui, de forma oficial, uma linha de pobreza ou metodologia para o estabelecimento desta medida, mas estabelece critérios para objetivos específicos, como para o programa Brasil Sem Miséria¹¹. Logo, é visto que a definição da metodologia de linha de pobreza não é consensual e varia entre as instituições. O ponto que todos concordam é o de que “a linha de pobreza precisa ser razoável e aceitável tanto para o público quanto para os formuladores de políticas” (DEATON, 2017, p. 173).

A fim de refinar a análise da pobreza, outros modos de mensuração foram desenvolvidos, incluindo índices sensíveis à distribuição de renda, ao trazer a questão da desigualdade como importante variável no estudo das vulnerabilidades sociais para uma melhor aplicabilidade dos dados no desenho de políticas públicas (SEN, 2001). A desigualdade tem se tornado muito presente na discussão da pobreza, pelo fato de que esta última tem apresentado um novo padrão no que diz respeito a sua distribuição pelo globo. Na década de 90, a pobreza se concentrava nos países de baixa renda, segundo a denominação do Banco Mundial baseada em PIB per capita e, após 20 anos, a maioria dos pobres passou a estar localizada em países de renda média.

A maioria dos pobres não vive mais em países de renda baixa. 72% dos pobres do mundo vivem em países de renda média, e a maioria deles em países estáveis. Mesmo que os países de renda média tenham uma renda média (em PPC) maior que 1,25 dólares, esses continuam sendo o lar de milhões de pobres por causa de desigualdades e tendências demográficas. Essa é uma mudança dramática de apenas

¹⁰ O Banco mundial tem adotado, desde 2018, o valor de US\$ 1,90 por dia para a linha de pobreza extrema e US\$ 3,20 e US\$ 5,50, dependendo da renda média do país, para a linha da pobreza.

¹¹ Foi estabelecido para o programa Brasil Sem Miséria o valor de R\$ 85,00 mensais per capita para a extrema pobreza e R\$ 170,00 mensais per capita para a pobreza.

duas décadas atrás quando 93% dos pobres viviam em países de renda baixa¹² (SUMNER, 2011, p. 1, traduzido pela autora).

Nesse momento, o problema da pobreza passou a estar mais relacionado com a concentração dos recursos do que com a insuficiência absoluta destes. A utilização do PIB per capita como indicador de bem-estar passou a ser veementemente questionada devido a crescentes desigualdades internas. Um exemplo desse movimento de refutação da renda média como indicador de bem-estar culminou com a criação do RDH pelo PNUD em 1990, um relatório periódico de acompanhamento do desenvolvimento humano nos países dedicado a mostrar aspectos do desenvolvimento humano além da renda média.

A mensagem central desse Relatório de Desenvolvimento Humano é que enquanto o crescimento do PIB for absolutamente necessário para alcançar objetivos humanos essenciais, é importante estudar como esse crescimento se traduz – ou falha em traduzir-se em desenvolvimento humano¹³ (PNUD, 1990, p. 3, traduzido pela autora).

As agências internacionais utilizaram de sua voz de neutralidade institucional para sugerir outras formas de avaliar o bem-estar da população. Apresentaram-se estudos que ampliaram a medida de pobreza para outras dimensões além da monetária, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo economista Ul Haq com o apoio do PNUD e inaugurado no RDH de 1990 (HAQ, 2003). O IDH combina em seu valor as dimensões educação (através da expectativa de anos de estudo dos jovens e o número médio de anos de estudo dos adultos) e de saúde (através da expectativa de vida), além da já amplamente utilizada renda per capita. A ONU apresenta o IDH de diversos países, desde o primeiro RDH. Nos primeiros relatórios a questão da desigualdade já estava presente, mas a disponibilidade de dados sobre distribuição de renda não possibilitou análises aprofundadas sobre o tema, como é afirmado no próprio relatório: “Mesmo o coeficiente de GINI, provavelmente a medida mais usada de desigualdade de renda, é disponível para menos que

¹² [Tradução livre] Most of the world’s poor no longer live in low-income countries (LICs). Seventy-two percent of the world’s poor live in middle-income countries (MICs), and most of them in stable, non-fragile countries.1 Even though MICs now have an average income per person (in PPP) greater than US\$1.25, they are still home to millions of poor people because of inequality and demographic trends. This is a dramatic change from just two decades ago when 93 percent of poor people lived in low-income countries (SUMNER, 2011, p. 1).

¹³ [Tradução livre] The central message of this Human Development Report is that while growth in national production (GDP) is absolutely necessary to meet all essential human objectives, what is important is to study how this growth translates - or fails to translate into human development in various societies (PNUD, 1996, p.3).

um quarto dos 130 países com IDH¹⁴” (PNUD, 1990, p. 12, traduzido pela autora). Mas com o avanço dos anos, a questão da desigualdade tomou espaço nesse meio de divulgação do desenvolvimento humano mundial, como fica claro na afirmativa presente no RDH de 1996: “Desenvolvimento que perpetua as desigualdades não é sustentável, e nem digno de ser sustentado¹⁵” (PNUD, 1996, p. 04, traduzido pela autora). Tal declaração refere-se ao crescimento concentrador de renda que alguns países experimentaram já no início da década de 90, e vem acompanhada pela constatação de que “existem vencedores e perdedores entre os países. Desigualdade de renda está evidentemente em ascensão em muitos países que abriram suas economias¹⁶” (PNUD, 1996, p. 59, traduzido pela autora), indicando a associação do quadro de desigualdade com a adesão às políticas econômicas próprias do Consenso de Washington por parte desse programa da ONU.

A crescente preocupação com a questão da pobreza nas últimas décadas fez aumentar o interesse pelo tema da desigualdade. Há a compreensão de que um maior entendimento das situações de desigualdades pode lançar luz ao problema da pobreza e isso ocorre por dois fatores: (1) a avaliação de pobreza entre países não é trivial; a comparação das diferentes cestas de consumo e a conversão de moedas, além do caráter normativo das definições de linhas de pobreza, torna a homogeneização das pessoas em situação de pobreza nos diversos países muito complexa; a avaliação da desigualdade pode facilitar essa mensuração por relativizar as variáveis de pobreza de cada país, e; (2) a identificação do número de pessoas em situação de pobreza pouco diz sobre a sua natureza estrutural – a análise do ponto de vista da desigualdade ressalta o caráter relativo da situação de pobreza nos diversos contextos, além de denunciar a característica estrutural de um problema que tem a pobreza como subproduto, identificando a desigualdade como condicionante da imobilidade social dos pobres (KESSLER, 2014).

O Gini como indicador de desigualdade de renda elaborado em 1905 e o mais amplamente utilizado até os dias de hoje, também passou a ser um importante indicador do RDH, tanto *per se*, como para ponderar outros indicadores, como o próprio IDH. A questão da igualdade tornou-se pauta constante. Segundo Kessler (2014), tratar de igualdade (ou das

¹⁴ [Tradução livre] Even the Gini coefficient, probably the most widely used measure of income inequality, is currently available for fewer than a quarter of the 130 countries in the Human Development Indicators (PNUD, 1996, p.12).

¹⁵ [Tradução livre] Development that perpetuates today's inequalities is neither sustainable nor worth sustaining (PNUD, 1996, p. 04).

¹⁶ [Tradução livre] There are also winners and losers within countries. Income inequality is clearly on the rise in many countries that have opened their economies (PNUD, 1996, p. 59).

desigualdades) deve ser o ponto focal de estudos atuais, “pois está no espírito desses tempos”¹⁷ (KESSLER, 2014, p. 14, traduzido pela autora).

A redução da desigualdade tem sido profusamente apresentada tanto na base das políticas quanto nas demandas de diferentes grupos sociais; a tal ponto que a igualdade e a desigualdade têm se tornado uma lente a partir da qual parte da sociedade e também o próprio governo utilizam para julgar este ciclo. Mas a metáfora da lente não deve causar confusão: não é um ponto de vista claro e unívoco, mas a própria definição de que tipo de igualdade e desigualdade, em que esferas e em respeito a quando também está sujeito a diferentes posições.¹⁸ (KESSLER, 2014, p. 11, traduzido pela autora).

Houve tempos em que imperou nas ciências econômicas a ideia de que a existência de desigualdades econômicas (renda e riqueza) era necessária para que houvesse crescimento econômico, hipótese sustentada por Kuznets nos anos 1950 e que suscitou muitos adeptos. A desigualdade de renda era vista como um incentivo ao esforço produtivo e, a partir das premissas neoclássicas de mercados perfeitos e racionalidade dos indivíduos, esse crescimento chegaria a todos, inclusive aos pobres (KERSTENETZKY, 2000). Evidentemente, o processo de crescimento econômico (medido pela variação do PIB) dos países não se mostrou desconcentrador de renda, e esse tipo de hipótese baseada na perfeição dos mercados tem sido prolixamente revisada nas últimas décadas. Assim, outro cânone tem sido construído sobre a relação crescimento e desigualdade econômica: a alta desigualdade de renda representa utilização ineficiente dos recursos, logo, é um entrave à geração de riquezas (KERSTENETZKY, 2002). Outras evidências dos problemas que a desigualdade econômica traz ultrapassam as questões de crescimento do produto, dentre essas estão a persistência da pobreza intergeracional, a limitação da coesão social e a distorção da democracia (KERSTENETZKY, 2002).

Além da empiria sustentar a importância da redução das desigualdades econômicas para que haja mais crescimento econômico, menos miséria e mais coesão social, o fato desses efeitos positivos da redução da desigualdade agirem como fatores limitantes das liberdades individuais tem sido reconhecido em vertentes da tradição teórica da ética liberal. Nesse

¹⁷ [Tradução livre] ¿Por qué elegir igualdad y desigualdad como punto de mira del período? En primer término, como se dijo, porque está en el espíritu de estos tiempos (KESSLER, 2014, p. 14).

¹⁸ [Tradução livre] La reducción de la desigualdad ha sido profusamente presentada tanto en la fundamentación de políticas como en las reivindicaciones de distintos grupos sociales; al punto que igualdad y desigualdad han ido convirtiéndose en una lente de la que parte de la sociedad y también el propio gobierno se valen a la hora de juzgar este ciclo. Pero la metáfora de la lente no debe llamar a confusiones: no se trata de un punto de mira unívoco y diáfano, sino que la definición misma de qué tipo de igualdad y desigualdad, en qué esferas y respecto a cuándo también está sujeta a posiciones diversas (KESSLER, 2014, p. 11).

sentido, como já citado anteriormente, está a teoria de justiça de Rawls (2003), que considera que a ideia de justiça vai além do apreço à liberdade individual ao relacioná-la com princípios de igualdade, inclusive econômica, através da defesa de uma igualdade substantiva de oportunidades. Para esse autor, existem bens primários que são necessários para que os indivíduos possam ser livres para fazerem escolhas em uma sociedade democrática. “São, portanto, aquilo de que pessoas livres e iguais (conforme especificado pela concepção política) precisam como cidadãos” (RAWLS, 2003, p. 85). As liberdades formais devem ser as mais igualitárias possíveis; as oportunidades e poderes devem ser aproximadamente iguais para incluir políticas reparatórias de outras desigualdades; e a renda e a riqueza devem ter distribuição máxima entre todos e com desigualdades justificadas apenas quando essas gerem benefícios dos menos favorecidos, tal como é declarado no segundo princípio de justiça postulado por Rawls, o princípio de diferença.

As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condição de igualdade equitativa de oportunidades; e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (o princípio de diferença) (RAWLS, 2003, p. 59-60).

A relevância da dimensão econômica colocada por Rawls, como quando é exigida uma distribuição de renda e riqueza bem ordenada, ou seja, que siga o princípio de diferença, é em decorrência da polivalência desses fatores na sociedade de mercado atual. Segundo o autor, a renda e a riqueza são “necessários para atingir uma ampla gama de objetivos, sejam eles quais forem” (RAWLS, 2003, p. 83).

De forma crítica e complementar ao conceito de justiça de Rawls, que possui no seu cerne uma distribuição de renda e riqueza igualitária e, se não, justificada pelo benefício dos menos favorecidos, a abordagem das capacitações, teoria de justiça cunhada por Sen (2001), ressalta a necessidade de considerar as diferenças culturais e físicas de grupos e indivíduos numa espécie de “discriminação positiva” (KERSTENETZKY, 2000, p. 120). Para Sen (2001), o cânone de que todos os homens são iguais serve apenas para que se justifique o *laissez-faire* e uma falsa liberdade de escolhas que propicia a manutenção do *status quo*. Deve-se reconhecer as desigualdades entre pessoas e grupos e compreender que cada indivíduo possui necessidades diferentes a serem atendidas, aproximando-se do mote típico

das vertentes igualitaristas “a cada qual, segundo suas necessidades”¹⁹. Assim, “o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente das nossas rendas, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nós quem somos” (SEN, 2001, p. 60).

Para Sen (2001), as desigualdades individuais moldam as capacidades e habilidades dos indivíduos de *ser* e *fazer* e determinam a sua autonomia, pois mesmo quando os indivíduos gozam de igualdade formal, ou seja, que seus direitos sejam garantidos, tenham acesso às mesmas oportunidades e esteja disponível a esses uma renda mínima, há outras dimensões que alteram sua possibilidade de escolha em exercer liberdades substantivas. Sen questiona a autonomia da dimensão econômica na análise da pobreza; para o autor, outras variáveis são fundamentais juntamente com a renda e a riqueza. A análise multidimensional da pobreza e da desigualdade é o meio de avaliar o conjunto de capacitações dos indivíduos e o que possibilitará a conversão dos meios (renda e riqueza) em fins (bem-estar). Quando instrumentalizada, a abordagem multidimensional perpassa diversas questões como saúde, habilidades físicas e intelectuais, nível de educação, condições de moradia, liberdade política e de expressão. Essas unidades de análise são as mais diversas e sua relevância pode ser identificada transversalmente com a renda.

Destarte, expoentes da tradição liberal têm incorporado conceitos de igualdade substantivas como premissa para garantia das liberdades individuais, como visto em Rawls, com sua teoria de justiça, e Sen, com a abordagem das capacitações. A abordagem das capacitações e seu instrumental para o estudo do bem-estar multidimensional pode ainda não ser considerado *mainstream*, mas a sua influência já é visível na esfera acadêmica e na de políticas públicas no que diz respeito à avaliação e à conceptualização do bem-estar e da desigualdade para além da renda (ROBEYNS, 2006).

Contudo, as vertentes liberais que incorporam igualdades substantivas não são isentas de críticas. A teoria de Sen, por exemplo, tem sido questionada sobre a minimização da importância da questão econômica e da identificação de desigualdades estruturais.

A abordagem das capacitações vai além do foco na utilidade ou nos recursos e procura capturar outros aspectos da vida como bem-estar; mas, paradoxalmente, essa abordagem pode ser utilizada para minimizar a importância do fator econômico e, portanto, não consegue lidar com desigualdades estruturais [...] O foco de Sen em

¹⁹ A frase encontra-se presente no texto de Karl Marx “Crítica ao Programa de Gotha” de 1875, quando esse a cita como palavra de ordem: “[...] e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.”

autoajuda, autoconfiança e agência pode ser uma pista para a sua popularidade crescente ²⁰ (BOWMAN, 2010, p. 5, traduzido pela autora).

Essa crítica de Bowman (2010) relaciona a abordagem das capacitações ao seu caráter de extensão do discurso dominante da teoria econômica do bem-estar, a vertente utilitarista do liberalismo, que é focada na agência individual.

1.2 ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS DA DESIGUALDADE

A questão territorial aparece substancialmente na perspectiva da mensuração na análise da desigualdade na abordagem feita pelo senso comum econômico. Comparam-se diferentes territórios (países, estados, cidades) em relação à desigualdade da renda daqueles que habitam a área circunscrita pelas fronteiras destes territórios, como é o caso, por exemplo, da comparação dos índices de Gini entre diferentes países realizada pelo PNUD regularmente. Outra forma de considerar os territórios na análise da desigualdade é enxergá-los como blocos homogêneos e compará-los entre si, ou seja, a desigualdade da renda média ou total da população entre diversos territórios, como se faz ao comparar a renda média dos bairros de uma cidade, por exemplo. Essas abordagens da desigualdade de renda que consideram o território possuem sua relevância na mensuração do quadro de desigualdade e, apesar de não possuir um valor explicativo que partem do território, podem servir como gatilhos para a investigação das questões territoriais que influenciam o nível e a distribuição de renda da população.

Na abordagem estruturalista, o território é frequentemente tratado como subordinado ao campo econômico e, apesar de haver afirmativas de reconhecimento de que outras dimensões também pesam sobre a formação territorial, dificilmente os estudos tratam de qualquer dimensão além da econômica. No que diz respeito às cidades, essas se formam a partir da concentração geográfica de um produto social excedente e, além de acumularem as riquezas e servirem de berço das inovações produtivas, são o lugar das “contradições acumuladas” (HARVEY, 1980, p. 174). As cidades são “as crias do mercado”, conforme as apresenta Polanyi (2000, p. 82), e as desigualdades entre os territórios e seus habitantes

²⁰ [Tradução livre] “The capabilities approach goes beyond a focus on utility or resources and seeks to capture other aspects of life such as wellbeing; but, paradoxically, this approach can be used to minimise the importance of the economic, and therefore fail to address structural inequalities. [...] Sen’s focus on self-help, self-reliance and agency may be a clue to his growing popularity.” (BOWMAN, 2010, p. 05).

chamam a atenção pela sua proximidade física e contrastes visíveis. Essas contradições estão relacionadas com um processo de diferenciação espacial por características da sua população, pela distribuição de bens e serviços públicos e privados, e pelas distâncias relativas na interação entre os agentes e suas estratégias de sobrevivência nesse ambiente competitivo. A alta mercantilização existente no ambiente urbano restringe, apesar de não impedir totalmente, outras formas de subsistência para além dos mecanismos de mercado que, por sua vez, é acessado através da renda. O domínio sobre o território urbano é fator importante para a apropriação da renda, e a desigualdade de acesso a esse território se correlaciona com as desigualdades socioeconômicas.

O funcionamento do mercado de solo e moradia possui características peculiares em relação aos outros mercados de bens. Destaca-se a imobilidade do seu produto (terra e construções) a dependência direta da valorização/desvalorização dos solos vizinhos, assim como o efeito elevado das externalidades de melhoramentos, como grandes empreendimentos e até da manutenção dos serviços públicos, como iluminação e limpeza. Uma consequência das peculiaridades do mercado de solo e moradias é a historicamente observada baixa oferta de moradias direcionadas para a população de baixa renda que ocorre por que o retorno tanto direto como indireto (externalidades) sobre esse tipo de investimento tende a ser reduzido. “O resultado lógico disso é uma organização territorial da cidade na qual cada território contém um grupo provido de valores, funções de utilidade e comportamentos relativamente homogêneos” (HARVEY, 1980, p. 51).

O alto nível de mercantilização da terra e moradia, sobretudo no ambiente urbano, faz com que, hipoteticamente, o acesso à renda signifique acesso ao espaço físico, possibilitando um espelhamento da estrutura de renda no território. Essa forma de análise é tipicamente relacionada com as teorias de uso do solo de ascendência na economia. Derivada da microeconomia, a “síntese espacial neoclássica” (ABRAMO, 2007, p.17) aplica os pressupostos individualistas da ortodoxia econômica, de agentes racionais e maximizadores, de equilíbrio espacial do mercado e consequente eficiência da configuração espacial. Numa crítica à essa síntese ortodoxa, Abramo (2007), antes mesmo de questionar as premissas neoclássicas, chama a atenção para a desconsideração de outras dimensões sociais para além da renda no processo de escolha de localização, e para o fato de ser ignorada nessa síntese a interdependência das escolhas dos indivíduos, ou seja, as outras dimensões do espaço social e as relações entre os agentes na estrutura hierarquizada.

Na busca de uma teoria normativa que trate as desigualdades de maneira multidimensional e que relacione as questões estruturais e de agência individual na compreensão da desigualdade econômica e espacial, encontra-se na sociologia crítica de Bourdieu um aparato analítico que possibilita essa empreitada. Esta abordagem nasce, segundo Bourdieu (2002, p. 62), do desejo de “sair da filosofia da consciência [dos indivíduos racionais] sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto”. A escolha de utilizar o termo agente, de agora em diante, decorre da rejeição de uma visão atomizada do ser humano que a palavra *indivíduo* remete, assim como da recusa de uma subjugação completa do ser humano aos acontecimentos sociais, conforme sugere o termo *ator*.

Um conceito bourdieusiano chave é o de espaço social. Este espaço não é o espaço físico – apesar de este ser contido no espaço social conforme será tratado a seguir – mas uma categoria analítica de ordem social e multidimensional em que todos os agentes se encontram posicionados de forma hierárquica. As dimensões do espaço social são os campos e subespaços que, em constante relação, formam uma matriz hierárquica dos agentes.

Todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente a não ser construindo o princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade. Princípio que é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado – e que variam, portanto, de acordo com os lugares e os momentos (BOURDIEU, 2010, p. 50).

O posicionamento dos agentes nessa hierarquia social é determinado pela distribuição desigual dos seus capitais, que podem ser de natureza econômica, cultural e social, ou ainda, subcapitais de outras naturezas. Afasta-se aqui da definição de capital centrada exclusivamente na economia.

À teoria econômica foi permitido impingir uma definição da economia das práticas, a qual corresponde à invenção histórica do capitalismo; e, por reduzir o universo das trocas à troca mercantil, a qual é objetivamente e subjetivamente orientada para a maximização dos lucros, i. e., (economicamente) auto interessada, se definiu, implicitamente, as outras formas de troca como não-econômica e, portanto, desinteressadas. Em particular, definiu-se como desinteressadas aquelas formas de troca que garantem a transubstancialização através da qual os tipos de capital mais materiais – aqueles que são econômicos no sentido estrito – possam apresentar-se na forma imaterial de capital cultural ou capital social e vice-versa (BOURDIEU, 1986, p. 46, traduzido pela autora)²³.

²³ [Tradução livre] “Economic theory has allowed to be foisted upon it a definition of the economy of practices which is the historical invention of capitalism; and by reducing the universe of exchanges to mercantile exchange, which is objectively and subjectively oriented toward the maximization of profit, i.e.,

Os capitais podem ser materializados ou não, e aderem aos seus portadores (agentes ou grupo de agentes) de forma exclusiva, a partir de efeitos específicos conforme sua natureza e gerando a sua multiplicação, i. e., resultando em apropriação material, na concentração do poder de imposição de normas e na reprodução da hierarquia social (BOURDIEU, 1986). A desigualdade, portanto, não é resultado de carências que uma vez tratadas resultará automaticamente numa sociedade mais igualitária. Há uma estrutura de desigualdades que se manifesta de diferentes formas na economia, na cultura, na linguagem, no território, no sistema educacional, e assim por diante, e a compreensão de qualquer uma delas só pode ser feita em relação uma com as outras.

Os capitais podem ser adquiridos e desenvolvidos pelos agentes em um movimento de duas vias: o capital herdado, assim como a herança de práticas, expectativas e normas sociais direcionam as condições em que o agente delinea suas estratégias de ação e, ao mesmo tempo, a agência individual que, em tal conjuntura, altera os capitais individuais movimentando os agentes no espaço social e remodelando as condições para a redefinição de estratégias autônomas. Os agentes, portanto, constituem seu *habitus* de acordo com heranças, experiências, ações e percepções próprias em relação à matriz dos seus capitais materiais ou simbólicos, e a posse ou incorporação desses capitais que determina sua posição relativa no espaço social (BOURDIEU, 1986). É importante ressaltar que as estratégias dos agentes se diferem da escolha, ou seja, não é inteiramente racional, mas é guiada por um senso prático que esses possuem a partir do seu *habitus* pessoal e socialmente construído. A abordagem de Bourdieu, portanto, não retira autonomia dos agentes, mas condiciona a sua possibilidade de ação por serem submetidos ao campo de forças do espaço social.

A estrutura social é, nessa perspectiva, uma matriz de campos e subespaços em que os capitais se tornam passíveis de reprodução. A categoria campo é presente nas obras de Bourdieu (2010, 2008, 2002, 1986) como uma camada do espaço social, um subespaço com características especiais. Para que uma dimensão desse espaço social seja classificada como campo é necessário que: (1) essa dimensão tenha autonomia relativa na determinação de sua hierarquia interna; (2) produza seus efeitos sobre os capitais individuais, e; (3) se relacione com outros campos.

(economically) self-interested, it has implicitly defined the other forms of exchange as noneconomic, and therefore disinterested. In particular, it defines as disinterested those forms of exchange which ensure the transubstantiation whereby the most material types of capital – those which are economic in the restricted sense – can present themselves in the immaterial form of cultural capital or social capital and vice versa.” (BOURDIEU, 1986, p. 46).

Mas, mais importante, torna-se claro para mim que esse espaço social é a categoria-mãe, o conceito genérico do qual deriva logicamente o conceito de campo, como um espaço social especializado que emerge quando um domínio da ação e autoridade tornam-se suficientemente demarcados, autonomizados e concentrados em poucos agentes.²⁴ (WACQUANT; AKÇAOĞLU, 2017, p. 65, traduzido pela autora).

A forma em que o espaço físico é apropriado é uma reificação mais ou menos fiel do espaço social, pois reflete as hierarquias e posições relativas existentes no espaço social; contudo, este espelhamento não torna o espaço físico neutro, porque o mesmo retorna ao espaço social aspectos de sua própria hierarquia, moldando e sendo moldado constantemente (BOURDIEU, 2008).

A forma de interlocução do espaço físico com o espaço social ocorre através do uso estratégico da inércia espacial e seus efeitos: as relações espaciais possuem hierarquia própria e influenciam o *habitus* dos agentes e, por isso, identifica-se aqui a relevância do espaço físico como dimensão do espaço social. Dito isso, e tendo caracterizado a categoria de campo, confere-se aqui mais um aspecto na formação do espaço social: o campo físico-espacial. Este compreende a questão territorial como dimensão da estrutura social que, ao mesmo tempo, é estrutura estruturante, ao influenciar o espaço social e a hierarquia de outros campos através do poder simbólico neste latente, e estrutura estruturada, pois é afetado pelo espaço social e por outros campos.

O campo físico-espacial será categorizado pela sua capacidade de definir uma hierarquia de forma autônoma e de atribuir um capital simbólico específico aos agentes, segundo suas posições relativas na hierarquia espacial. Constitui, assim, um “campo de forças” (BOURDIEU, 2010, p. 50) que inflige sobre os agentes seu imperativo constante, ou seja, a forma exercida pela hierarquia existente, utilizando o território como instrumento, a “imposição ou legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço à sua própria força” (BOURDIEU, 2002, p. 11). Ressalta-se o papel do campo físico espacial como um “campo de lutas” (BOURDIEU, 2002, p. 11), onde os agentes podem competir por posições na estrutura do campo de forças de forma a conservar ou alterar a estrutura deste, conforme seus interesses. A forma que o poder simbólico associado ao espaço se propaga é através dos efeitos de lugar

²⁴ [Tradução livre] “But, most important, it became transparent to me that social space is the mothercategory, the generic concept from which logically derives the specific concept of field, as a specialized social space arising when a domain of action and authority becomes sufficiently demarcated, autonomized, and monopolized.” (WACQUANT, AKÇAOĞLU, 2017, p. 65).

(BOURDIEU, 2008). Os efeitos de lugar são os modos em que a localização e a posição relativa dos agentes se impõem à posição desses na estrutura social através dos ganhos de capital (os mais diversos) que o lugar proporciona.

O campo físico-espacial pode ser submetido a definições sociais historicamente construídas por uma associação de forças que definem lugar como território. Isso ocorre em diversas escalas, desde a constituição institucional, como as nações, até a escala informal, como as vizinhanças. Na escala institucional, o processo de territorialização/regionalização é a associação imposta por algum ente com autoridade para representações materiais e simbólicas como, por exemplo, insígnias e idioma/acentos, que identificam aqueles que pertencem ao território, tal como um estigma que surte efeitos diretos na estrutura social (BOURDIEU, 2002). O efeito de lugar, portanto, estende-se para além da escala local, ampliando-se em efeito de território (BIDOU-ZACHARIASEN, 1997) que ocorre nas mais variadas escalas.

Como consequências dos efeitos de lugar e efeitos de território, a boa localização relativa proporciona ganhos decorrentes da proximidade, através da economia de tempo e recursos de deslocamento até lugares centrais (BOURDIEU, 2008). Esses espaços centrais contêm aqueles bens e agentes que se encontram no topo da hierarquia dos mais variados campos, e os efeitos de lugar são utilizados para reforçar sua posição de dominação. Sob muitos aspectos – como segurança, educação e trabalho – a boa localização tem a capacidade de amplificar o poder de alcance dos esforços individuais e de grupo. Do ponto de vista contrário, uma localização relativamente ruim é capaz de restringir os resultados de tais esforços. Por outro lado, ressalta-se aqui o campo físico-espacial também como campo de luta (BOURDIEU, 2010). A sua utilização estratégica pode tanto reafirmar a estrutura social existente como deformar essa estrutura, tornando-se ativo potencial de transformação social.

Na contemporaneidade, os efeitos de lugar, principalmente a sua face simbólica, são levados ao estresse, explicitando o caráter autônomo do campo físico-espacial. Observa-se a busca pela apropriação de capital simbólico associado ao lugar no comportamento espacial de um estrato da população de elevado capital cultural, característica que se sobrepõe, inclusive, à sua identificação por faixa de renda, os popularmente chamados de *hipsters*²⁵. A caracterização desse grupo perpassa o seu comportamento em relação à habitação, que se manifesta na perseguição por locais que podem não ser valorizados do ponto de vista do valor

²⁵ Agentes propensos a explorar as fronteiras da cultura *mainstream*, seja no mercado das artes, da moda, ou até mesmo mercado imobiliário.

econômico, mas são as características dos moradores desses lugares, como bairro de artistas e profissionais da inovação, ou o tipo de arquitetura, como antigos bairros históricos degradados, que agregam valor no sentido de diferenciação cultural. Essas características sociais e culturais dos locais e de seus moradores atraem esse grupo diferenciado e de comportamento pioneiro por serem capazes de identificar aglutinações dessa forma mais sutil de capital: o capital cultural. Esse comportamento, ao fim e ao cabo, pode desencadear uma valorização fundiária desenfreada ao atrair capital econômico, caracterizando um processo de gentrificação, conforme observado em diversas cidades nas últimas décadas (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; FLORIDA, 2017).

Os novos polos de crescimento correspondem, frequentemente, a espaços urbanizados suscetíveis de atrair – em razão da oferta de equipamentos culturais, lazer, consumo e concentração de oportunidades de emprego que eles representam – camadas altamente qualificadas, muito solicitadas por essas novas formas de desenvolvimento nos países primeiramente industrializados, mas também nos países emergentes (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 24).

Outra forma de afirmação da estrutura social através do território está na lógica de territorialização dos pobres, que ocorre por um processo antagônico e complementar à utilização do espaço como prática de poder. A forte carga de poder simbólico do campo físico-espacial na contemporaneidade pode manifestar-se de forma mais perversa, conforme constatado por Marzulo (2005) em relação à formação identitária dos pobres urbanos na modernidade tardia. O autor define espaço dos pobres como o território das classes populares e que no Brasil se materializa no padrão favela, a partir de sua definição ampliada de configuração urbano-arquitetônica (MARZULO, 2007). O espaço dos pobres nas metrópoles da modernidade tardia possui efeito de instauração de identificação de classe popular “desde sua condição socioespacial” (MARZULO, 2005, p. 294)²⁶.

Há uma tendência de concentração de pessoas de características culturais e econômicas similares em um mesmo território, produto dessa estrutura, principalmente se há um mercado imobiliário não regulado ou pouco regulado. Esse processo de segregação, voluntária ou não, influi diferentemente sobre os agentes segundo sua posição na hierarquia social. Um dos efeitos que faz com que a localização física pese mais fortemente na condição daqueles mal posicionados na estrutura social é a restrição de mobilidade que esses possuem por haver limitação de capital econômico, a qual influencia na capacidade de arcar com os valores do mercado imobiliário ou com os custos da locomoção. A escassez de capital social e

²⁶ Versão revisada da formulação de Marzulo (2005) a partir de conversa com o autor.

capital cultural, em um sentido de cultura formal, associados à má localização, resultam em pouca capacidade de articulação com o poder público para ações direcionadas a essa população e a essas localidades. O distanciamento físico, juntamente com a diferenciação cultural da estrutura dominante, cria estigmas que tornam cada vez mais difícil a integração dos espaços segregados à cidade formal. “[A] falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 2008, p. 164).

Mais geralmente, as surdas injunções e os chamados silenciosos à ordem das estruturas do espaço físico apropriado são uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e em sistemas de preferências (BOURDIEU, 2008, p. 162).

Assim como a desigualdade de renda é um conceito relacional, a desigualdade urbana não diz respeito apenas à posição de um sujeito no espaço, mas à sua posição segundo uma ordem do espaço. A posição dos agentes no espaço hierarquizado é tanto um resultado de sua condição na estrutura social, que depende do seu capital econômico, cultural e social, como de um condicionante desses capitais, através de um campo de forças. O valor simbólico da posição no espaço físico atribui aos agentes o capital social simbólico da distinção que o lugar remete. A rigidez do campo físico-espacial e a inércia que esse causa à estrutura social, por ser um meio de exercício do poder dominante, isolam os diferentes grupos sociais ao ponto de interferir na sua formação identitária e, portanto, no capital cultural desses. Por fim, o posicionamento mais ou menos bem localizado proporciona aos agentes uma apropriação de renda não monetária propiciada pelo acesso aos bens e serviços distribuídos desigualmente nos diferentes locais, e pelos custos, monetários e de tempo, dos deslocamentos necessários, afetando diretamente o capital econômico. A potência que o campo físico-espacial possui, em amplificar ou reduzir os efeitos dos capitais, torna-o um campo de luta crucial por posicionamento na hierarquia social.

Numa visão de território como atribuidor de parcialidade na formação dos capitais, paralela à conceituação apresentada por Bourdieu, Kaztman (2011), a partir de uma perspectiva latino-americana, apresenta a separação física dos pobres como redutora da sua capacidade de melhorar a condição socioeconômica, não só porque esses possuem capital material e financeiro reduzido, como é óbvio pela sua situação econômica, mas porque o isolamento social reduz outros capitais importantes: o capital social individual, o capital social coletivo e o capital cívico.

Para explicar o funcionamento desses capitais intangíveis, Kaztman (2011) exemplifica o isolamento social em três âmbitos da vida: o trabalho, o estudo e a residência. O isolamento no trabalho tem sido causado pelo aumento dos vínculos instáveis ou informais; a desindustrialização e o aumento dos serviços geram polarização de salários e de condições de trabalho, criando barreiras para o convívio de classes nos ambientes profissionais. A educação é reconhecida como um importante fator de mobilidade social, tanto por seu valor intrínseco e por proporcionar um melhor posicionamento no mercado de trabalho, quanto por ser a escola um importante ambiente de interação social. Uma vez que crianças e jovens de diferentes estratos sociais vão a escolas de qualidades diferentes, a equidade de capital social individual é comprometida e a possibilidade de criação de redes de composição social heterogêneas é interrompida. Por último, o isolamento residencial dificulta a utilização dos mesmos ambientes pelos diferentes grupos sociais reduzindo, por exemplo, a exposição das crianças a diferentes modelos a seguir e o incentivo à criação de subculturas, que aumenta ainda mais o muro que separa os diferentes grupos sociais (KAZTMAN, 2011). Aquele autor recorda ainda que nem todas as interpretações sugeridas por ele podem ser largamente aplicadas a todos países, cidades ou favelas/bairros populares e, por isso, a investigação deve ser realizada através de estudos de caso.

Essa ausência de domínio sobre o espaço físico e a limitação de capitais de alguns, e o poder sobre esse espaço que a abundância de capitais proporciona a outros, dá origem a oposições espaciais que perpetuam as posições na hierarquia social. Essa apropriação diferenciada do espaço enraíza-se na lógica histórica e configura um elemento da formação identitária dos agentes que ali habitam e, por isso, o entendimento de campo físico-espacial no sentido de Bourdieu.

2 A ESTRUTURA DOS CAMPOS ECONÔMICO E FÍSICO-ESPACIAL NO BRASIL

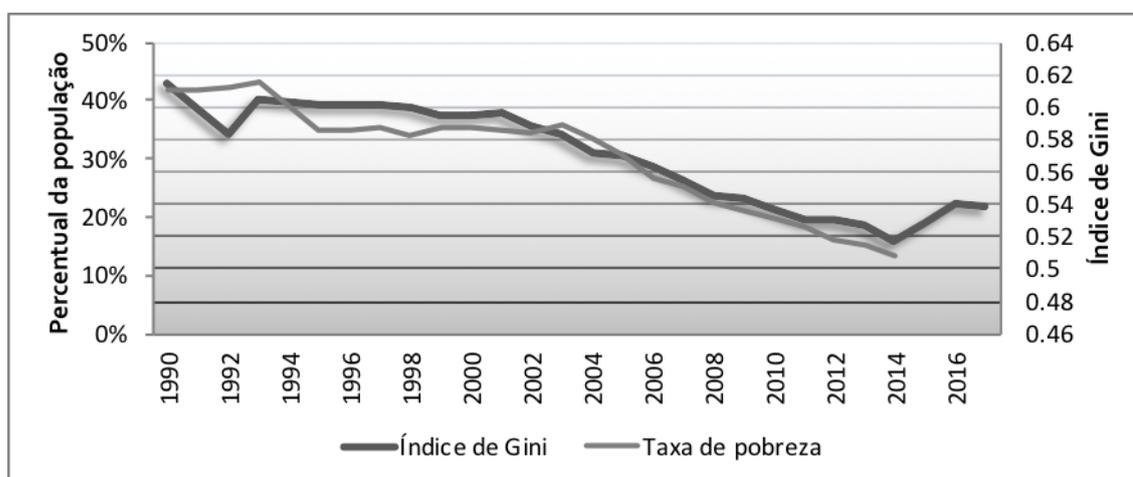
A partir da escolha em abordar de forma relacional os campos econômico e físico-espacial, torna-se necessário expressar as estruturas de tais campos. Compreender as estruturas nada mais é do que identificar a profundidade das desigualdades no campo econômico e no campo físico-espacial, o que será feito aqui, de forma geral, para o Brasil. O capítulo está subdividido em três itens: o primeiro traz de forma breve a situação de distribuição de capital econômico do país a partir dos dados oficiais de pobreza e de desigualdade, além dos fatores conjunturais que vêm alterando esses dados desde os anos 90 até atualmente. A apresentação dos dados oficiais é cotejada com informações de estudos recentes do WID sobre distribuição de renda no país, que indicam uma concentração de renda ainda mais profunda que aquela apresentada pelos dados oficiais (MORGAN, 2017). Apresenta-se, ainda no primeiro item, a estrutura de classes segundo a classificação elaborada por Santos (2002) para o Brasil, a partir do aparato multivariado e dinâmico neomarxista. O segundo item é dedicado à apresentação da estrutura urbana segundo critérios socioeconômicos das grandes cidades latino-americanas, e a influência das forças do mercado fundiário e imobiliário, dando origem a uma estrutura ao mesmo tempo compacta e difusa (ABRAMO, 2007, 2012). A mercantilização das cidades reforça o interesse pela investigação da correlação da estrutura do campo físico-espacial com a estrutura econômica, conforme apresentado por Mattos (2016) para as cidades latino-americanas e por Fix (2015), para a especificidade das cidades brasileiras, embora esses autores tratem do campo físico-espacial de forma subordinada ao campo econômico. Procura-se, no último item, apresentar o lado inverso da relação estrutura econômica/estrutura físico-espacial através da hipótese central aqui levantada de autonomia do campo físico-espacial. Defende-se a autonomia do campo físico-espacial, pois esse, além de realizar a reprodução da hierarquia social, pode ser fomento para estratégias de transformação dessa hierarquia. Exploram-se os efeitos de lugar (BOURDIEU, 2008) a partir de estudos realizados no Brasil sobre os espaços dos pobres (RIBEIRO, 2005; MARZULO, 2005; ABRAMO, 2002).

2.1 PANORAMA DA ESTRUTURA ECONÔMICA NO BRASIL

A desigualdade no Brasil é calculada anualmente através de informações de renda da população brasileira retiradas da PNAD e publicada através do indicador Gini. A série anual é

contínua desde 1976, com exceção dos anos em que o Censo Demográfico nacional é realizado. A aferição da renda é feita pelo questionamento da renda mensal (referente ao mês de inferência da pesquisa) segundo as fontes de renda, que podem ser provenientes do trabalho, pensão, aluguéis, e uma categoria única para renda financeira e renda proveniente de programas sociais (i.e. Bolsa Família e seguro desemprego). O IPEA apresenta o índice de Gini para o país na frequência anual. O Gini, conforme tratado anteriormente, é uma medida síntese da distribuição de renda e que possui um espectro de variação que vai de 0 até 1 (ou de 0 a 100), sendo que, quanto mais próximo de 1 (hum), mais desigual é a distribuição de renda e, quanto mais próximo de zero, mais igual é a distribuição.

Gráfico 1 – Índice de Gini e taxa de pobreza (P0)²⁷ no Brasil



Fonte: Gini: Anos 1990, 1992-1999, 2001-2009 e 2011-2014, IPEA (2016a); anos 2016 e 2017, IPEA (2018); e anos 1991, 2000, 2010 (anos do censo) e 2015 (ano de mudança da PNAD) foram estimados a partir da média aritmética dos anos contíguos. Taxa de pobreza (P0): anos 1990, 1992- 1993, 1995-1999, 2001-2009 e 2011-2014, IPEA (2016b); anos 1991, 2000, 2010 (anos do censo) e 1994 (ano de PNAD interrompida) foram estimados a partir da média aritmética dos anos contíguos.

O comportamento do Gini no Brasil, conforme observado no Gráfico 1, desde 1990 até sua estimativa mais recente, 2017, apresentou, resumidamente, quatro períodos: (i) a partir de 1990 até 2001, em que se manteve estável em torno de 0,60; (ii) um período de queda entre 2001 e 2014, alcançando o valor de 0,52; (iii) um período de escalada na concentração que foi de 2014 até 2016; e (iv) um último ano de estabilidade em aproximadamente 0,54 em 2017.

²⁷ Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). (IPEADATA, 2016b)

Os anos anteriores à estabilização econômica de 1994, alcançada com a implantação do Plano Real, apresentaram números erráticos na estimação de desigualdade, e a alta inflação e saída da década recessiva de 1980 fizeram o início dos anos 1990 um período de pobreza muito elevada. Entre 1993 e 1995 o percentual de pobres, segundo os critérios de mensuração do IPEA, caiu expressivos 11% em função dos efeitos redistributivos da estabilização e, em seguida, firmou em novo patamar refletindo o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real (ROCHA, 2000). Os efeitos da redução da pobreza sobre o Gini não foram significativos.

Como a desigualdade de renda está atrelada aos altos rendimentos no extremo superior da distribuição, ganhos do rendimento na base da distribuição, como os ocorridos após o Plano Real, pouco afetam o coeficiente de Gini, que declinou apenas de 0,58 para 0,57 entre 1993 e 1995. O aspecto distributivo é fundamental por ter o potencial de reduzir drasticamente a pobreza, mesmo sem qualquer aumento do produto, isto é, sem crescimento econômico (ROCHA, 2000, p. 14-15).

Após a estabilização, tanto do nível de pobreza quanto do índice de desigualdade a partir de 1997, observa-se uma tendência de queda sustentada tanto na taxa de pobreza quanto no Gini ao longo de onze anos. Dentre os fatores que influenciaram essa redução da desigualdade da renda domiciliar per capita está, em primeiro lugar, a valorização do rendimento do trabalho, seguida da maior expansão da cobertura da previdência social e valorização do benefício médio e, em terceiro lugar, os programas federais de transferência de renda, acompanhados nesse período para uma manutenção do crescimento do produto econômico do país que “se constitui num pano de fundo facilitador das mudanças institucionais e distributivas no sentido desejado” (ROCHA, 2012, p. 643).

Dado esse panorama geral com base nos dados oficiais de pobreza e de desigualdade, chama-se a atenção para a mensuração dessas variáveis. O caráter de auto declaração da renda na PNAD inspira certa desconfiança nos resultados das pesquisas, não tanto para a pobreza, mas substancialmente para a estimação da desigualdade de renda. Isso ocorre por que há uma forte tendência em subestimar os dados de renda declarada por aqueles com renda mais elevada, por motivos que vão desde a dificuldade de acessá-los para aplicação do questionário até a omissão de informações realizada pelos entrevistados (ROCHA, 2003). Essa omissão da renda do alto da pirâmide da renda nos dados da PNAD resulta em uma distribuição mais igualitária do que a realidade e em indicadores de renda subestimados. Pensando nessa limitação, pesquisadores do WID realizaram uma nova medição da desigualdade econômica do Brasil para o período de 2001 a 2015, utilizando a nova fonte de dados sobre a renda

fornecida pela Receita Federal conforme as declarações de imposto de renda dos brasileiros. Aqui, este levantamento é apresentado com o objetivo de denunciar um fator importante da distribuição da renda econômica que a apresentação do Gini *per se* não explicita a alta concentração de recursos no topo da pirâmide de renda brasileira. No relatório, recentemente lançado, optou-se por combinar os dados da PNAD com os números das declarações do imposto de renda divulgado pela Receita Federal, para identificar a distribuição de renda proveniente do capital, e com as contas nacionais a partir das Contas Econômicas Integradas divulgadas pelo IBGE, para captar a parte faltante do capital que é incluída na renda nacional. Essa nova medição da distribuição da renda entre os brasileiros pretende refletir a realidade de maneira mais completa do que a pesquisa oficial realizada pelo IBGE com os dados da PNAD. Os resultados mais gerais desse relatório mostram uma concentração de 28% da renda²⁸ no 1% mais rico da população do país, além de trazer indicativos de uma tendência concentradora (MORGAN, 2017). Para fim de comparação, em que pesem as diferenças metodológicas, os dados publicados pelo IBGE com base na PNAD apontam que o 1% mais rico da população do país possuía, em 2015, 11% da renda, 17 pontos percentuais a menos que o apresentado pelo WID utilizando a nova metodologia. A Tabela 2 traz os dados mais detalhados do relatório para os estratos da população. O que observamos é um achatamento da renda do estrato intermediário da população brasileira como consequência do aumento da desigualdade e redução da pobreza monetária no país. O percentil que teve o maior aumento *per capita* foi o dos 10% mais ricos.

Tabela 2 – Distribuição da renda nacional pelos estratos da população

Estrato da população	Faixa de renda mensal (valores de 2015)	Renda média mensal (valores de 2015)	Percentual da renda nacional	
			2001	2015
50% mais pobres	< R\$ 1.430	R\$ 735	11%	12%
40% intermediários	R\$ 1.430 - R\$ 4.993	R\$ 2.430	35%	33%
10% mais ricos	R\$ 4.993 - R\$ 23.979	R\$ 16.588	54%	55%
1% mais rico	> R\$ 23.979	R\$ 83.469	25%	28%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Morgan (2017).

Quando o foco passa da desigualdade para a pobreza monetária se vê que o Brasil experimentou, a partir de 2003, um conjunto de políticas que beneficiaram a camada mais pobre da população. Dentre essas políticas, estão o aumento progressivo do salário mínimo,

²⁸ O conceito de renda utilizado no relatório é a renda de salários e de capital, antes de impostos e transferências, e após pensões e seguro desemprego per capita.

que teve valorização real de 66% entre 2000 e 2009 (IPEA, 2018). O salário mínimo é um parâmetro importante na elevação da renda dos trabalhadores mais desqualificados (justamente aqueles que recebem o mínimo), além de ser balizador da taxa de salários tanto formais quanto informais e da renda de trabalhadores autônomos (MEDEIROS, 2009). Outro exemplo de política com o sentido de melhorar a renda dos brasileiros mais pobres tem sido o programa de transferência condicionada de renda, o Programa Bolsa Família. Este programa tem tido efeitos imediatos no consumo da camada mais pobre da população, gerando um aquecimento da economia interna nas regiões onde esses agentes habitam, devido a monetarização destes, e, também, trazendo benefícios relacionado às condições de provimento dessa renda e que possuem efeitos de mais longo prazo, como os efeitos da permanência na escola e o controle da saúde das crianças pobres, que são justamente as condições de repasse do auxílio. Osório, Soares e de Souza (2011) trazem que o número de brasileiros que viviam em condições de extrema pobreza foi reduzido à quase a metade neste período. A linha de extrema pobreza considerada pelos autores é a de renda mensal per capita de R\$ 50,00 e o número de brasileiros que viviam sob essa linha passou de 17 milhões em 2003 para 9 milhões em 2009 (OSÓRIO; SOARES; DE SOUZA, 2011). Outro fator econômico importante, em um período semelhante, foi o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil entre os anos de 2000 e 2009, que foi de 3,39% ao ano, ou um aumento acumulado de quase 40% no período. Para fins de balizamento, o Brasil teve, na década anterior (1990-1999), um crescimento médio do PIB anual de 1,75% ao ano e crescimento acumulado de 18,5% (BCB, 2018). A soma das medidas distribuidoras de renda com o bom desempenho da economia no período é chamada de crescimento pró-pobre, ou seja, um crescimento econômico que aumenta a fatia da renda nacional que é apropriada pelas camadas mais populares. Esse crescimento foi visualizado no Brasil principalmente nas áreas urbanas, conforme constatado por Oliveira e Jacinto (2015) e que está em conformidade com o apontado por Morgan (2017).

Ainda sobre a condição de vida dos mais pobres, Santos (2014) apresenta uma evolução no padrão de consumo da classe de menor poder aquisitivo que remonta, ainda, à segunda metade da década de 90, quando a capilarização das linhas de crédito – proporcionadas pelas financeiras e pelas grandes lojas varejistas – atingiram a população mais pobre, mesmo que sem um aumento imediato da sua renda familiar, o que só veio a ocorrer em meados de 2000 como apresentado por Oliveira e Jacinto (2015). O acesso ao crédito e o incremento posterior da renda mudaram a cesta de consumo básica e trouxeram outros

aspectos à situação dos pobres brasileiros, como a possibilidade de equipar melhor suas residências através da compra de móveis e eletrodomésticos. Porém, isso pouco alterou a posição destes na estrutura social, o que inclui a sua posição espacial (OLIVEIRA; JACINTO, 2015).

Sem questionar a importância que a elevação do padrão de consumo e o aumento da renda real tiveram na vida dos milhares de brasileiros, esses avanços não foram suficientes para mudar a estrutura de renda ao ponto de alargar a parcela da população de renda média, como seria o padrão de desenvolvimento almejado²⁹. Segundo dados da PNAD, 36,7% dos domicílios brasileiros ainda possuíam renda per capita de até meio salário mínimo (IBGE, 2018), indicando que, apesar de melhorias em diversos aspectos, parte considerável da população ainda se encontrava em posição de renda precária. Em relação ao indicador Gini, mesmo com avanços no campo da distribuição dos recursos sem precedentes na história brasileira, não foi possível mudar e nem mesmo estabilizar a situação de desigualdade de renda no Brasil – visto a escalada desse índice nos últimos anos da série do IPEA (2016a), quando o número de 2017 (0,539) ultrapassa aquele de 2010 (0,537). Esse fato é associado frequentemente à questão da desigualdade estrutural, estabelecida a tal ponto que se torna muito difícil uma mudança em curto prazo.

Como já visto, a renda, apesar de sua importância evidente, *per se* não é um bom indicador de posição na estrutura social. A dificuldade de estabilização de uma distribuição de renda mais igualitária nos anos mais recentes reflete o caráter transitório dessa variável quando analisada isoladamente. É possível enxergar as desigualdades de forma mais sofisticada ao caracterizar os indivíduos de acordo com categorias sociológicas, ao invés de observá-los de forma homogênea na pirâmide da renda (SANTOS, 2015). O entendimento de estrutura social, quando debatido a partir do aparato teórico das ciências econômicas, remete às classes, conceito que na teoria marxista possui caráter relacional e só se define a partir das relações sociais de produção, perpassando as limitações da renda. O posicionamento de classes seria, então, definido pela capacidade ou incapacidade de exploração de uma classe em relação às outras na esfera da produção. A ênfase na produção e não nas categorias não-produtivas é justificada pelo “tipo específico de interdependência que se cria entre explorado e explorador” (SANTOS, 2002b, p. 41) presente na categoria produtiva. O *approach* de classe

²⁹ “O processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 1).

neomarxista realiza uma relativização das forças socioeconômicas estruturalistas, incluindo-as como fator influenciador, mas não determinante, das condições de renda dos agentes: “o caráter de uma determinada posição [de classe] deve ser visto em termos probabilísticos” (SANTOS, 2002b, p. 48), apesar do seu alto poder explicativo. Indo um pouco além, ousa-se dizer que as forças socioeconômicas que definem classe no sentido neomarxista não representam todas as forças estruturantes, como procura-se frisar neste trabalho, mas, por ora, segue-se na apresentação dessas forças, exclusivamente.

A noção de classe no sentido marxista tem sofrido mudanças na direção de uma crescente heterogeneidade socioeconômica e de produção nas últimas décadas, e vem sendo considerada por muitos como superada (PAKULSKY; WALTERS, 1996 *apud* SANTOS, 2002b). Em relação a essa crítica da noção de classe, a abordagem neomarxista também se destaca por tratar classe de forma dinâmica e multivariável, tendo em conta a possibilidade de localizações contraditórias de classe, a depender das variáveis consideradas. Entretanto, essas variáveis continuam a pertencer exclusivamente à esfera da produção econômica. A tipologia de classe neomarxista consiste numa matriz que relaciona a posse de capital produtivo (proprietários e não-proprietários), autoridade nas relações de trabalho (exerce autoridade ou não exerce autoridade) e qualificação (especialistas e não-especialistas) como variáveis que, quando cruzadas, geram uma matriz de posições de classe (SANTOS, 2002b). A relevância da estrutura e da posição de classe é, de fato, altamente relevante, de acordo com pesquisa realizada por Santos (2002b). Considerando os dados para o Brasil no ano de 1996, o poder explicativo da posição de classe sobre a renda é de aproximadamente 39%.

Como retrato da divisão da população brasileira pelas classes criadas conforme o cruzamento dos ativos de capital produtivo, autoridade e qualificação, a Tabela 3 apresenta a distribuição da população por categorias de classe e a razão renda/população de cada categoria, para que se preserve a dimensão da renda individual, independentemente do tamanho de cada categoria, conforme traz Santos (2015).

Tabela 3 – Distribuição da população e relação renda apropriada / população por categorias de classe (Brasil – 1992, 2002, 2011)

Categorias de Classe	População			Renda/População		
	1992	2002	2011	1992	2002	2011
Capitalista e Fazendeiro	0,54	0,58	0,58	6,48	6,24	5,76
Especialista autônomo	0,58	1,12	1,26	3,98	3,69	2,89
Gerente	2,25	2,79	2,47	3,10	2,85	2,56
Empregado especialista	2,52	3,57	5,07	3,55	3,22	2,64
Pequeno empregador	3,74	4,00	2,93	2,49	2,59	2,20
Autônomo com ativos	6,78	7,46	7,22	1,41	1,22	1,17
Empregado qualificado	3,95	7,33	7,72	1,71	1,33	1,18
Supervisor	1,68	1,77	1,43	2,29	1,40	1,55
Trabalhador típico	37,00	33,90	39,46	0,91	0,76	0,76
Trabalhador elementar	14,24	11,81	10,01	0,37	0,38	0,48
Autônomo precário	10,46	10,78	9,55	0,64	0,58	0,67
Empregado doméstico	7,97	8,74	7,78	0,30	0,35	0,40
Agrícola precário	2,98	1,84	1,39	0,22	0,20	0,25
Autônomo agrícola	5,31	4,32	3,13	0,51	0,47	0,57

Fonte: Santos (2015); IBGE. PNADs (1992; 2011). Brasil, sem Norte rural, exceto Tocantins.

As cinco categorias de base com menor razão renda/população (Trabalhador elementar, Trabalhador precário, Autônomo precário, Empregado doméstico, Agrícola precário e Autônomo agrícola) tiveram uma queda de população conjunta de 22 pontos percentuais, passando de 41% para 32% da população considerada na análise, e foram as únicas categorias a terem variação positiva da razão renda/população entre os anos 1992-2011. A categoria que agrega a maior parcela da população, a de Trabalhador típico, teve um ganho populacional de 7%, alcançando 39,5%, e perda da razão renda/população de 16 pontos percentuais. As demais categorias, que possuem razão renda/população mais elevada, tiveram sua população acrescida em 30 pontos percentuais, alcançando 29%, mas a renda/população foi reduzida nesses quase 20 anos considerados na análise. Resumidamente, os trabalhos mais precários reduziram sua participação, e o salário médio nesses cargos se valorizou. Apesar de ainda comporem aproximadamente um terço das ocupações, os trabalhos típicos, que compõem o setor médio da hierarquia de classe, tiveram aumento populacional; porém, sua parcela de renda diminuiu, fato que vai ao encontro da análise realizada em Morgan (2017). Os outros setores que compõem o estrato médio e superior da classificação de Santos (2015) aumentaram a população e tiveram sua parcela da renda relativamente reduzida, fato que pode ser questionado em função da base de dados utilizada, a PNAD, que é reconhecida por subestimar a renda dos estratos superiores, conforme foi mencionado.

Esse tipo de análise possibilita a compreensão mais aprofundada da mudança na estrutura de classe brasileira entre 1992 e 2011, como observado no efeito sobre a renda proporcionado pela autoridade para aqueles despossuídos de ativos produtivos, sobretudo na segunda década da análise, assim como para aqueles possuidores de ativos produtivos, pelos ganhos associados à mudança de trabalhador autônomo para empregador, conforme observado em todo o período (SANTOS, 2015). Outro movimento relevante é a queda dos ganhos relativos de trabalhadores qualificados e não qualificados, sobretudo pós-2002 (SANTOS, 2015). Compreender como ocorreram as mudanças de renda da população brasileira lança luz à persistência de barreiras para haver uma estrutura de renda mais igualitária.

2.2 DIMENSÃO FÍSICO-ESPACIAL

Afirma-se a concepção de uma autonomia do campo físico-espacial e dos seus efeitos – atributos que o configuram como campo no sentido de Bourdieu (2010; 2008; 2002; 1986). Entretanto, as investigações que focam na estrutura social são frequentemente realizadas a partir de abordagens estruturalistas de viés socioeconômico, inclusive quando há análise do espaço físico, que é tido muitas vezes como extensão da esfera da produção e reprodução econômica ou subordinado a essa. Evidentemente, há aspectos relevantes da questão socioeconômica que se interseccionam com a questão espacial, como será apresentado neste item, antes de entrar nos aspectos da autonomia do campo físico-espacial, o que será feito no próximo item.

A configuração urbana brasileira, quando analisada a partir das questões socioeconômicas, apresenta uma estrutura estratificada que vai ao encontro daquela observada na estrutura econômica, ou seja, com desigualdades profundas que persistem ao longo das décadas, conforme apresentado no item anterior. Um aspecto dos efeitos de lugar que sustenta essa conclusão é a apropriação do território como elemento de exploração, conforme foi identificado por Kowarick (1979) ao cunhar o termo “espoliação urbana”, a forma em que a população pobre seria excluída dos espaços urbanos e negligenciada pela administração pública no que diz respeito a políticas de moradia e urbanização. Essa forma de lidar com a questão urbana da população pobre representaria uma segunda camada de exploração, sendo a primeira aquela que ocorreria no nível da produção (KOWARICK, 1979).

A somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e a moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta dele (KOWARICK, 2000, p.22).

O processo de estruturação urbana no Brasil e, em geral, nos países da América Latina, e a forma com que a estrutura urbana se torna um meio de espoliação compreende o enquadramento das cidades às dinâmicas de mercado; a mercantilização das cidades viria se aprimorando com o passar do tempo, ainda mais com a ascensão de políticas de diminuição do Estado e do seu papel como agente econômico a partir dos anos 70 (MATTOS, 2016). O aumento da financeirização proporcionado pela liberalização dos mercados e desregulamentação, deste período em diante, também incluiu no seu percurso os mercados de solo urbano e imobiliário. Ou seja, a forma de construção das cidades e de reprodução do capital imobiliário passou a ser menos calcada na produção por demanda para responder às necessidades da financeirização, i. e., a compreensão da cidade como ativo financeiro. A abertura da economia para dispositivos econômicos avançados faz com que os recursos entrem com facilidade, mas também que escapem com a mesma facilidade. Fundos de investimento em todo o mundo procuram por oportunidades de lucratividade, gerando um ambiente de competição por recursos que pressiona as cidades para se tornarem atrativas ao capital financeiro (MATTOS, 2016). Os meios para tanto são diversos: flexibilização do mercado fundiário, investimento ou desinvestimentos em áreas estratégicas, isenções fiscais, entre outros. A financeirização e a sua influência sobre a produção do espaço urbano impacta a estrutura urbana, e, no limite, criar um conflito de interesses para a gestão das cidades ao ter que conciliar a necessidade de manter o fluxo de recursos financeiros e as expectativas e necessidades dos seus habitantes.

Especificamente no caso das cidades brasileiras, os entraves para o desenvolvimento de cidades mais igualitárias remontam a momentos anteriores à financeirização. O circuito que conecta a época escravocrata, os cortiços, as expulsões e as favelas reflete a ausência de planejamento urbano inclusivo ao longo da história do país; a autoconstrução, pequenos construtores informais e pequenas empresas familiares foram, por muito tempo, os principais meios de acesso à moradia e continuam tendo um peso relevante até hoje (FIX, 2015). Em outras palavras, o Estado brasileiro em poucas oportunidades assumiu a posição de agente econômico no mercado fundiário e imobiliário, contribuindo, muitas vezes, para objetivos pontuais e com pequenos grupos detentores de poder, antes que com o planejamento de longo

prazo e com uma parcela mais alargada da população, como seria de se esperar principalmente após a constituição de 1988. Destacam-se dois momentos relativos a políticas para a habitação em larga escala: (1) a criação e a atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) de 1964 a 1985, que teve como principal efeito a criação de um enorme nicho no setor habitacional, o mercado de classe média, sem atingir de forma ampla, contudo, a população urbana mais pobre, e; (2) as mudanças nos anos 2000, lideradas pelo Ministério da Cidade, a partir de 2003, e pelo programa Minha Casa Minha Vida, a partir de 2009 (FIX, 2015). Nesse segundo momento, já se havia passado as décadas de 80 e 90, marcadas pela liberalização de diversos mercados, o que também incluiu a criação de um sistema financeiro para o mercado imobiliário e de habitação, mudando ligeiramente a composição dos fundos alocados para esses setores. Em outras palavras, com as incorporações realizadas nesse mercado, ampliaram-se os *stakeholders* envolvidos com o mercado de moradia e modificaram-se os interesses a serem atendidos.

Concomitantemente a este segundo momento, ocorreram conquistas institucionais no sentido do desenvolvimento de cidades mais inclusivas, alcançadas nos anos 2000 pela atuação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, movimento que unia diversos setores pela busca do direito à cidade para todos e que se formara no período da redemocratização (MARICATO, 2013). A atuação desse novíssimo aparato institucional e sua agenda progressista foi um importante contraponto aos avanços da financeirização e do avanço do capital especulativo no país, mas sua efetivação nesse sentido tem sido questionada.

O coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/imobiliária, foi esquecido. Os movimentos sociais ligados à causa se acomodaram no espaço institucional em que muitas das lideranças foram alocadas. [...] A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas, diante de urbanistas perplexos (MARICATO, 2013, sem página).

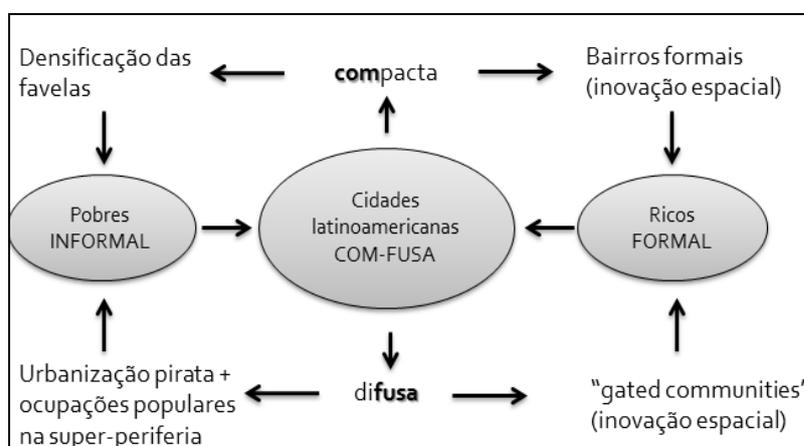
Com os programas estatais promovidos nos anos 2000, o investimento em moradias novas passou de 15% do SBPE em 2002, para 52% em 2014 (FIX, 2015). Sobre a origem do capital, esses programas tiveram financiamento estatal em grande medida e produção incorporada substancialmente por firmas locais de capital aberto. A livre aquisição de ações de empresas incorporadoras e a fluidez dessas transações que pressiona as empresas a atenderem os interesses dos investidores tem sido um canal de influência do setor financeiro nas decisões sobre a exploração do solo e da produção imobiliária no caso brasileiro (FIX, 2015).

As forças atuantes sobre o espaço urbano são, portanto, o Estado e o mercado no sentido formal, mas há uma terceira força muito presente no Brasil e demais países latino-americanos: a força impulsionada pela necessidade (ABRAMO, 2007). As políticas públicas voltadas para a habitação, como visto, falharam em erradicar essa última força e a necessidade ainda possui um peso relevante na formação das cidades brasileiras ao mover indivíduos e coletivos na construção das cidades informais.

A estrutura social extremamente estratificada e com grandes diferenciais de acesso à riqueza (concentração de renda) gerou o surgimento de ações urbanas coletivas ou individuais de ocupação de solo (organizadas e/ou espontâneas) movidas por uma lógica da necessidade de ter acesso à vida urbana (ABRAMO, 2007).

A morfologia das cidades brasileiras e latino-americanas é um resultado conjugado dessas forças (Estado, mercado e necessidade), derivando num padrão que se difere dos modelos morfológicos paradigmáticos das cidades europeias e anglo-saxãs, a saber, cidades compactas e cidades difusas. Segundo Abramo (2007), as cidades latino-americanas respondem tanto à lógica assumida pelos mais ricos, quanto à lógica assumida pelos mais pobres. Os interesses desses dois grupos são mediados nos mercados formal e informal, respectivamente, e a participação deficiente do Estado faz com que esses mercados criem uma cidade-aberração, a cidade “com-fusa” que combina as tendências de compactação e de difusão pelo espaço.

Figura 1 – Estrutura com-fusa das cidades latino-americanas



Fonte: Adaptação de diagrama 4 em Abramo (2012).

A Figura 1 apresenta as forças do mercado formal que, ao mesmo tempo, concentram-se em bairros nobres e formais, e lançam mão de segregação voluntária em cidades privadas

em áreas suburbanas; e as forças do mercado informal, que, seguindo a lógica da necessidade, densificam-se em favelas e ocupam novas áreas periféricas da cidade criando novas favelas. A cidade com-fusa é resultado da falta de controle público sobre o uso do solo e um agravador do problema a ser resolvido através de políticas urbanas.

A configuração da cidade que corresponde aos interesses do mercado é uma cidade que tende à segregação por estratos sociais, pois a diferenciação espacial é fonte de valorização espacial. Uma forma de compreender a situação da desigualdade nas cidades é olhar para os espaços segregados e menos favorecidos, em termos de urbanização, e comparar sua dimensão, características da população e condição de vida na cidade, com outras áreas. Dentre a população que mais sofre com a maneira com que as cidades brasileiras são desigualmente servidas, estão aqueles que habitam os espaços pobres e informais da cidade e que menos recebem atenção das políticas públicas urbanas.

Tabela 4 – População urbana e de aglomerados subnormais (AGSN) (milhares) e proporção da população de AGSN

	1991	2000	2010
População AGSN (a)	4.084	6.536	11.432
População total (b)	80.885	169.799	190.756
Razão (a/b)	5,0%	3,8%	6,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base em Mation, Nadalin e Krause (2014)

O crescimento das favelas brasileiras é medido pelo IBGE a cada censo (Tabela 4), desde 1980, a partir de uma categoria intitulada Aglomerado Subnormal (AGSN). Essa categoria leva em conta características de aglomeração mínima de habitações irregulares, características dos domicílios e da prestação de serviços públicos básicos a estes³⁰. A evolução da população de AGSN foi de expressivos 84% entre os censos de 1980 e 1991, contrastando com 30% do crescimento da população urbana; 60% entre os censos de 1991 e 2000 que, apesar de extremamente elevado, é abaixo do crescimento da população urbana de 110% no mesmo período; e de apenas 7%, frente à expansão demográfica urbana de 12%, entre os anos de 2000 e 2010. Ainda assim, a população de aglomerados subnormais no ano

³⁰ O fenômeno favela não é factível de mensuração trivial. Categorias como a AGSN/IBGE podem ser estressadas frente o poder explicativo do fenômeno que esta exerce, além da repercussão desta na construção de um senso comum, na produção acadêmica e, principalmente, na formulação de políticas públicas. A fim de apresentar um contraste que corrobore com essa afirmação, o cálculo de população de favelas apresentado para o Brasil pela ONU, de acordo com a categoria Slum desenvolvida por este órgão, foi de 45,5 milhões de pessoas em 2009, algo em torno de quatro vezes superior ao número apresentado pelo IBGE em 2010. Para mais informações sobre a questão, indica-se Carvalho (2017).

de 2010 era de expressivos 10,5 milhões de brasileiros (MATION; NADALIN; KRAUSE, 2014).

2.3 EFEITOS DE LUGAR

As favelas são o reduto típico das classes populares no Brasil (MARZULO, 2005). A população habitante das favelas brasileiras é aqui identificada como popular, apesar de não ser homogênea, pois diverge em termos socioculturais e mesmo em termos econômicos. Classe, nesse momento, é compreendida em sua definição sociológica mais ampla em relação àquela utilizada anteriormente no sentido neomarxista, que se referia às questões de produção econômica. Insiste-se na utilização de classe como importante categoria analítica em decorrência da sua centralidade na análise das relações sociais, tal como frisa Savage (1995):

[A análise de classes] deveria ser defendida como um esforço baseado empiricamente para explorar, de um lado, a inter-relação complexa e interdependência entre a estrutura social e as formas de agência, e de outro lado, como uma investigação sobre a relação entre os mecanismos que reproduzem desigualdades e as várias formas de identidade cultural³¹ (SAVAGE, 1995, p. 25, traduzido pela autora).

O tratamento de classes populares, em sua pluralidade, remete ao reconhecimento da heterogeneidade social, econômica e cultural daqueles menos favorecidos na hierarquia da estrutura social, o denominador comum da própria posição mais baixa em relação aos setores médios e superiores da estrutura.

As favelas diferenciam-se da cidade formal pelo seu descolamento do aparato institucional formal, pelo padrão urbanístico e ocupacional distinto, caracterizado principalmente pela alta densidade e pelo simbolismo social de efeitos degradantes atribuídos à sua população (RIBEIRO, 2005). Este atributo simbólico da condição de “favelada” e “favelado” teve seus efeitos identificados sobre os retornos no mercado de trabalho, conforme apresentado por Ribeiro (2005), a partir de dados das cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, onde os retornos salariais dos habitantes das favelas mostram-se

³¹ [Tradução livre] “It should be defended as an empirically based attempt to explore the complex interrelationship and interdependencies between social structures and forms of agency on the one hand, and as an enquiry into the relationship between mechanisms that produce inequalities and various forms of cultural identity on the other.” (SAVAGE, 1995, p. 25).

consideravelmente inferiores àqueles habitantes dos bairros formais, fato observado em todas as faixas de escolaridade e considerando a variável de cor da população.

Tabela 5 – Razão renda média (a/b) de chefes de domicílios de favela (a) e bairro (b), segundo escolaridade e cor

Município	Escolaridade			Cor	
	Sem instrução	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	Branços	Pretos e pardos
Rio de Janeiro	0,86	0,71	0,69	0,28	0,57
São Paulo	0,79	0,68	0,61	0,3	0,65
Belo Horizonte	0,81	0,66	0,61	0,27	0,54

Fonte: Ribeiro (2005); IBGE - Censo Demográfico (2000).

A Tabela 5 apresenta a razão entre a renda média de habitantes de favelas pela renda média dos habitantes dos bairros formais de três municípios brasileiros. Observa-se a inferioridade dos rendimentos daqueles habitantes de favela para todos os cortes apresentados. Além disso, em relação à escolaridade, observa-se entre aquelas e aqueles chefes de domicílio de favela com mais anos de estudo, maior dificuldade de converter o investimento educacional em renda quando comparados aos seus pares habitantes de bairros. Outro dado constatado é a maior disparidade identificada entre os rendimentos de pessoas brancas que moram em favelas e em bairros, do que entre pessoas pretas e pardas que moram em favelas e em bairros. Essa última constatação chama a atenção para o baixo salário médio da população brasileira preta e parda, habitantes ou não das favelas, que, por hipótese, possibilita essa menor disparidade.

Apresentando uma nova questão, Marzulo (2005), a partir de trabalho etnográfico realizado em favelas cariocas e em conjuntos habitacionais na periferia de Paris, constata que os efeitos negativos que frequentemente são atrelados às favelas podem ser observados em outros espaços que não configuram favela por características da irregularidade da posse, mas se aproximam da tipologia por ser espaço de classes populares, ou seja, pelas características da sua população. Em um estudo realizado por Ribeiro e Lago (2001) nas zonas da cidade do Rio de Janeiro, nota-se que em bairros localizados no Subúrbio ou na Zona Oeste da capital carioca e que, como um todo, possuem população mais pobre, há menor diferenciação entre o bairro e a favela em diversos indicadores, como escolaridade e proporção de crianças e jovens, além de as favelas dessas localidades estarem em posição inferior às demais favelas em relação à renda média. Isso mostra que o problema do estigma de favela não está apenas na questão habitacional pela carência de regularização das propriedades. Em outras palavras, identifica-se que pode haver e há uma lacuna entre favela e bairro popular, mas há uma lacuna

ainda maior entre espaços dos pobres, favelas ou não, e o restante da cidade. A favela não é a única tipologia que marca a segregação dos pobres no Brasil (MARZULO, 2005).

A influência da estrutura do campo físico-espacial sobre a posição de classe no seu sentido sociológico, ou seja, que relaciona o posicionamento na estrutura social com identidade social, realiza-se através de fatores simbólicos, como a estigmatização, e através de fatores de ordem prática, como a proximidade que possibilita a convivência e a construção de redes e laços sociais. A influência das redes e laços sociais sobre a constituição do *habitus* ocorre através da formação cultural, de normas sociais e de relações econômicas, uma vez que essas influenciam e são influenciadas pelo enraizamento³² social proporcionado pela convivência. Marzulo (2005), ao chamar a atenção para o tripé identitário moderno na contemporaneidade – indivíduo, nacionalidade, classe social –, aponta para o que se pode chamar de um desequilíbrio deste tripé, devido à atrofia da nacionalidade, causada pela redução do papel do Estado como provedor e interventor. Além disso, nota-se a crescente desassociação da identidade de classe calcada nas relações de produção, devido a uma desarticulação do mercado de trabalho. O resultado deste desequilíbrio é uma sobrecarga do indivíduo que, por sua vez, recorre às dinâmicas de enraizamento para forjar novas configurações identitárias.

O espaço habitado e frequentado é fator importante na formação de identidade social em todos os estratos sociais, sobretudo no Brasil, por sua formação urbana plena de redutos socioeconômicos. A informalidade do mercado imobiliário das favelas é expressão econômica da normatividade que é estabelecida através da formação identitária construída nas relações delimitadas pelo espaço – neste caso, os espaços informais das classes populares – e ocorre de forma paralela àquela estabelecida e institucionalizada na cidade formal, ou seja, o mercado imobiliário formal. Em um primeiro momento, a presença do mercado imobiliário informal – que muitas vezes possui preços mais elevados que o mercado imobiliário formal – coloca em cheque a racionalidade econômica dos habitantes de favelas, fato destrinchado pela compreensão da “economia da proximidade”, estabelecida nesses territórios; a economia da proximidade, diferentemente das normas estabelecidas pela teoria econômica, tem na proximidades física, jurídica (por ser irregular) e organizacional (por estar sob as mesmas forças e normas não institucionais) as fontes de ganhos econômicos que possibilitam a formação dos preços do mercado imobiliário informal (ABRAMO, 2002).

³² Enraizamento é termo sugerido por Marzulo (2005) para traduzir a expressão *embeddedness*, originalmente proposta por Granovetter (1985).

Os ganhos da proximidade identificados como ativo no mercado imobiliário informal – ou seja, um importante capital nos espaços das classes populares – nascem da normatividade criada a partir das barreiras de entrada no ambiente formal e, de certa forma, afastam-se da lógica formal. A compreensão de *path-dependence*³³, a delimitação do conjunto de decisões disponíveis como dependente das escolhas e eventos que ocorreram no passado, que nada mais é que a compreensão da realidade (inclusive a ação econômica) como sendo socialmente e, portanto, historicamente construída (GRANOVETTER; SWEDBERG, 2011), possibilita a compreensão do modo de vida nos espaços das classes populares. A lógica da necessidade que estimula o mercado informal pode inclusive não ser mais presente para todos os agentes desse mercado: é verdade que a falta de acesso à moradia formal e à infraestrutura das cidades é o problema origem que estimulou soluções informais de moradia e de ação econômica. Mas, uma vez que essas se estabelecem, não podem ser simplesmente substituídas, pois passaram a constituir uma normatividade paralela, possuindo certo grau de autonomia, ou seja, carregam as escolhas calcadas na necessidade que foram feitas no passado e tornam-se eficientes, dada essa carga temporal. Nessa normatividade, a proximidade física àqueles que compõem os laços sociais é o ativo implícito aos bens imobiliários do mercado informal. A importância das redes de sociabilidade na constituição de uma economia de proximidade que estabelece o enraizamento apresentado por Granovetter (1985), torna-se, para as classes populares no Brasil, algo próximo de uma dependência, uma estratégia, em resposta à necessidade que possibilita a subsistência.

³³ Tradução: Dependência da trajetória. É termo aplicado ao âmbito econômico primeiramente por Davis (1986).

3 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

A questão a ser investigada consiste no espaço físico como dimensão relativamente autônoma da estrutura social, ou seja, como configurando um campo sociológico no sentido de Bourdieu (2010; 2008; 2002; 1986). Propõe-se realizar essa investigação a partir das dinâmicas socioespaciais do espaço dos pobres (MARZULO, 2005) no Brasil. Essa ampla questão tem sido elaborada e discutida de forma teórica nos capítulos anteriores e é aqui empiricamente tratada em forma de estudo de caso, a partir da análise das relações de desigualdades na perspectiva do território das classes populares em uma metrópole brasileira. Propõe-se um estudo de caso realizado em duas escalas: cidade e localidade. Na análise de cidade tem-se como lócus Porto Alegre, uma metrópole com experiência ímpar que combina a alta desigualdade social de seu território com experiência de participação popular no planejamento urbano largamente reconhecida, o Orçamento Participativo. Na escala localidade, o lócus é composto pelo loteamento Jardim Cascata e pela vila Glorinha, duas comunidades de classe popular localizadas em contiguidade na região pericentral de Porto Alegre e que apresentam variedade de normatividades espaciais e vasta experiência com o Orçamento Participativo. No primeiro item deste capítulo são apresentadas as questões de método de investigação que compreende a justificativa dos loci e do período que a análise compreende: as décadas de 90 e de 2010. Apresenta-se em continuidade a proposta de análise de dados secundários para a caracterização da estrutura social pelo viés das estatísticas oficiais; as fontes de dados que consistem, majoritariamente, nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010; e as técnicas de pesquisa utilizadas. O segundo item traz a apresentação de Porto Alegre iniciando com um histórico do espaço dos pobres da cidade, seguido dos indicadores socioespaciais. Tal análise é realizada de forma análoga para a localidade Cascata-Glorinha no terceiro item. As análises e conclusões do capítulo serão apresentadas no último item.

3.1 UM ESTUDO DE CASO EM DUAS ESCALAS

A eleição de um estudo de caso baseia-se no fato de que este método possibilita a análise em profundidade devido à restrição do universo pesquisado e, pretende-se, assim, alcançar seu duplo propósito: compreender de forma abrangente um caso e desenvolver declarações teóricas mais gerais a partir do caso escolhido (BECKER, 1999). Assim como

todos os métodos de pesquisa, existem vantagens e desvantagens no tipo de investigação de casos. Dentre as vantagens que se adaptam a presente problemática está a possibilidade de perseguir metas abrangentes através da observação, da coleta de informação e da análise experimental de fenômenos inter-relacionados (BECKER, 1999). Para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento de um método artesanal adaptado para o caso estudado, no sentido de modos de fazer: um conjunto de técnicas que se faz necessário para que se consiga retirar as propriedades genéricas da situação historicamente única do caso em análise, propriedades que podem lançar pistas para um modelo com utilidade para análises sociológicas futuras. Dentre as desvantagens do estudo de caso tem-se que, ao fim e ao cabo, trata-se de um caso capaz apenas de lançar hipóteses (BECKER, 1999).

Como lócus da primeira etapa, tem-se uma metrópole brasileira, a cidade de Porto Alegre, uma capital com renda per capita alta em comparação à média das capitais brasileiras, além de ser bem colocada em outros *rankings* de indicadores que possuem a média como instrumento, como o IDHM. Ao mesmo tempo, Porto Alegre possui um território marcado pela segregação dos estratos sociais e um índice de Gini elevado e em tendência crescente de difícil reversão – como mostra a resistência desse indicador em manter-se alto quando o mesmo apresentou quedas consecutivas no Brasil nas décadas estudadas. Porto Alegre, para além dessas características socioeconômicas, que serão apresentadas com mais detalhes em seguida, destaca-se das demais cidades brasileiras por ser berço do Orçamento Participativo (OP), sistema de participação popular na decisão dos investimentos municipais com características igualitaristas e distributivas, considerado uma das mais importantes inovações da democracia contemporânea (LÜCHMANN; ROMÃO; BORBA, 2018). Espera-se verificar que a ampliação do poder de agência dos habitantes de localidades menos favorecidas trazido pelo OP tenha refletido nas condições de vida e prosperidade das classes populares portoalegrenses.

Uma primeira etapa da investigação consiste na apresentação de um pequeno histórico da formação do espaço dos pobres em Porto Alegre, seguido do que é a principal abordagem do capítulo: a caracterização da cidade segundo variáveis socioeconômicas e espaciais da década de 90 e da primeira década dos 2000, a fim de mostrar a face da estrutura social da cidade explicitada pelo viés das estatísticas oficiais. O foco da análise está no espaço das classes populares, mas compreender esse espaço na estrutura urbana só pode ser feito de forma relacional à toda a estrutura.

Inicia-se apresentando a cidade de acordo com a divisão das regiões do OP, estrutura territorial que guiará a análise espacial. As variáveis trabalhadas são a distribuição da população pelo território, seguido de dados em relação à população, como IDH, índice de Gini e a classificação da população e do território segundo a cor ou raça dos habitantes. A análise segue com a apresentação da estrutura espacial segundo a renda.

Tendo em vista o caráter relativo do posicionamento na estrutura social, elege-se uma classificação de renda que respeite este viés relacional em que o ponto de referência será a renda média da cidade em cada período. Para tanto se seguiu a metodologia de Silva (2011) que tem os seguintes passos: (i) definir a renda média da cidade; (ii) calcular a renda média de cada setor censitário a partir dos dados da renda do responsável por domicílio; e (iii) classificar cada setor censitário segundo sua renda média em relação à renda média da cidade a partir da tipificação do Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Tipificação dos setores censitários conforme a renda

Tipo I	setores com renda inferior à média
Tipo II	setores com renda entre 1x e 2x a média
Tipo III	setores com renda superior ao dobro da média

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Silva (2011).

Para além da tipificação proposta por Silva (2011), é proposto aqui a criação de um novo nível de classificação segundo a renda média, o “Tipo 0”, que corresponde a setores censitários com renda média inferior à metade da renda média da cidade, conforme apresentado no Quadro 2 juntamente com os tipos I, II e III. Torna-se conveniente a criação desse estrato de renda mais baixa, pois o tipo de menor valor utilizado por Silva (2011), o tipo I, que corresponde a rendas de até a renda média da cidade, não permite distinguir classes populares de classes médias pelo viés da renda. A renda média dos trabalhadores formais em 2016, por exemplo, foi de 4,1 salários mínimos, ou seja, R\$ 3.608,00 em valores correntes, sendo que o último recenseamento apontou que 25,6% dos porto-alegrenses viviam com menos de meio salário mínimo (R\$ 440,00 em valores correntes) (IBGE, 2018).

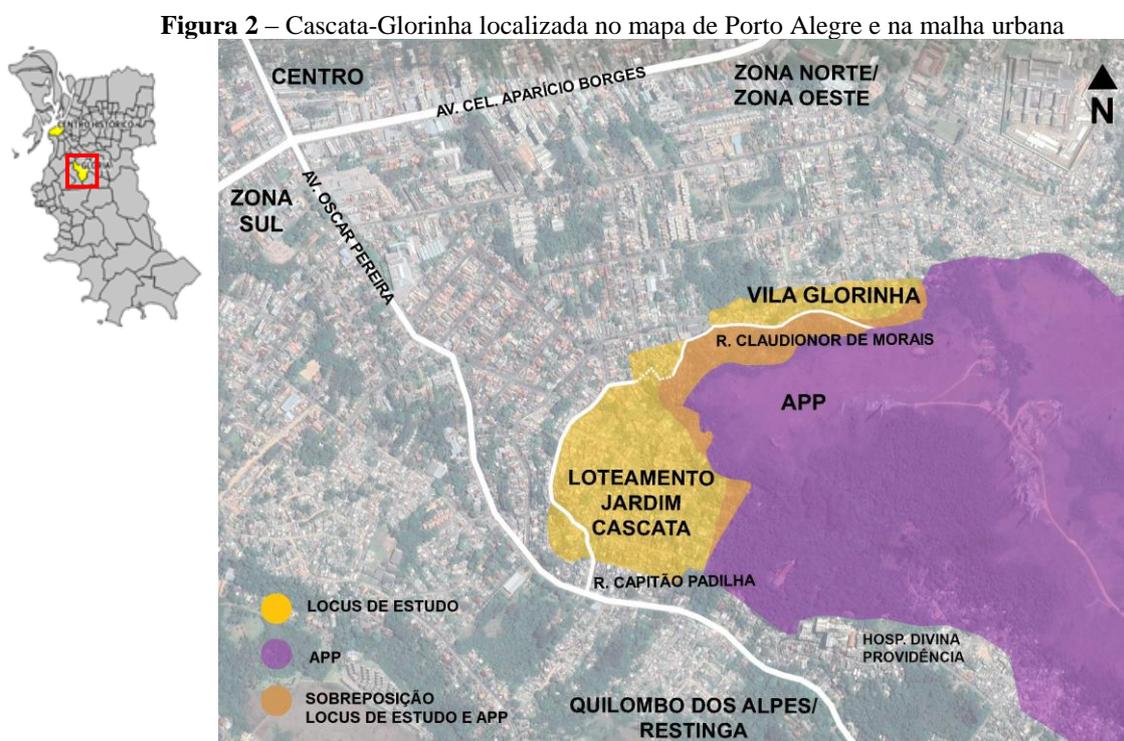
Quadro 2 – Tipificação dos setores censitários conforme a renda

Tipo 0	setores com renda inferior à metade da média
Tipo I	setores com renda inferior à média
Tipo II	setores com renda entre 1x e 2x a média
Tipo III	setores com renda superior ao dobro da média

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Após a apresentação de um panorama geral e tipificação do território segundo a renda, a cidade é caracterizada a partir de qualificações do próprio território segundo indicadores de condição de habitação. Escolheu-se a divisão territorial utilizada pelo IBGE de aglomerados subnormais (AGSN) para diferenciar os espaços das classes populares das áreas de classes médias da cidade. As variáveis utilizadas para a condição de vida relacionada à moradia foram inspiradas no Índice de Carência Habitacional³⁴, que considera indicadores de abastecimento de água, instalação sanitária e destino do lixo, todas essas variáveis disponíveis no recenseamento nacional.

Para identificar a forma com que o espaço físico influencia as classes populares no seu posicionamento na estrutura social, se propõe uma mudança de escala de análise para localidade, de forma complementar à escala da cidade. A área estudada também foi lócus da pesquisa “Como anda a favela no Brasil? O discurso em definições e imagens”³⁵, e corresponde a uma comunidade formada pelo loteamento Jardim Cascata e Vila Nossa Senhora da Glória (vila Glorinha) que será, daqui em diante, chamada apenas de Cascata-Glorinha (Figura 2).



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

³⁴ Índice desenvolvido pelo laboratório Metrodata, equipe de pesquisa do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal IPPUR/UFRJ.

³⁵ Edital CNPq/ MCTI Nº 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Tal localidade é situada em área pericentral, no interior do bairro Cascata, na encosta do morro da Glória. Essa possui configuração urbanística e arquitetônica que se aproxima do que é popularmente caracterizado por favela e é habitada por agentes de classe popular. A Cascata-Glorinha é composta por áreas regulares urbanizadas, áreas em processo de regularização e urbanizadas (parcela da área que se denomina loteamento Jardim Cascata), e áreas irregulares com pouca urbanização e que se sobrepõe a uma área de preservação permanente (APP) (área da face norte e mais ao topo do morro denominada vila Glorinha), todas em contiguidade. Além da proximidade física do loteamento Jardim Cascata e da vila Glorinha, os seus moradores convivem dia a dia e partilham aspectos socioculturais e compõem as mesmas redes sociais.

A variedade de normatividades em relação à urbanização e à regularização foi o principal critério de escolha da localidade para a realização do trabalho de campo. Foi observado que, dentre as áreas da cidade classificadas como subnormais pelo IBGE (ao todo são 266 aglomerados subnormais), 16 dessas áreas estavam em processo de regularização, de acordo com a Procuradoria Geral do Município (PGM-PMPA, 2015). Esses dezesseis casos foram ordenados pelo tamanho de sua população e pela presença de associativismo, resultando em quatro áreas de destaque que foram identificadas como possíveis locais para a realização do trabalho de campo. Como critério de seleção, foi avaliada a logística da pesquisa, como a segurança das pesquisadoras e pesquisadores para a realização do trabalho de campo, a disponibilidade de transporte público e o tempo de deslocamento, resultando, então, numa localidade respondente a todos os critérios: a Cascata-Glorinha. O processo decisório completo encontra-se no relatório final da pesquisa “Como anda a favela no Brasil? O discurso em definições e imagens” (não publicado).

A segunda etapa da apresentação do caso, contida no terceiro item deste capítulo, consiste na caracterização da localidade Cascata-Glorinha de forma análoga àquela realizada para a escala cidade para assim situá-la no contexto urbano que essa se insere, conforme houve disponibilidade de dados.

As fontes de dados utilizadas na construção do caso em duas escalas são predominantemente os censos de 1991, 2000 e 2010, na unidade geográfica de setores censitários (IBGE, 1991; IBGE, 2000; IBGE, 2010b). Os setores censitários são as unidades territoriais mais desagregadas do levantamento censitário e possuem dimensão e número de domicílios que permitem a aferição de informações em campo por um único agente recenseador (IBGE, 2019). De forma minoritária, outras fontes de dados foram utilizadas e

serão especificadas conforme apresentadas. As malhas georreferenciadas de 2000 e 2010 foram retiradas diretamente das bases cartográficas do IBGE (IBGE, 2017c) e manipuladas em Sistema de Informação Georreferenciada (SIG)³⁶. Já para o ano de 1991, não há malha disponível oficialmente e, por esse motivo, esses dados serão apresentados em outros formatos.

3.2 ESPAÇO SEGREGADO E CIDADANIA PARTICIPATIVA

A realidade segregada do espaço das classes populares em Porto Alegre foi construída historicamente através de uma gestão do território da cidade de natureza elitista e higienista que foi traçando suas linhas de segregação desde o início do século XX (PESAVENTO, 1999). Porto Alegre experimentou seu primeiro salto populacional no final do século XIX, devido ao atrativo da atividade industrial que despontou nesse período e no início do século XX. Em 1914, foi lançado o primeiro plano urbanístico para a cidade com o fim de resolver questões relacionadas ao rápido crescimento populacional. Esse plano que previa diversas melhorias urbanísticas não tratava, contudo, da questão de moradia. Já nesse período se multiplicavam as habitações do tipo cortiços e malocas³⁸ que abrigavam a população mais pobre e, especialmente no caso das malocas, a população negra da cidade (MELLO, 2016). Além de não haver estratégia para o problema de habitação nesse momento, políticas higienistas que consistiam na destruição dos cortiços e das malocas foram realizadas deliberadamente nesse primórdio de expansão de Porto Alegre, restando aos moradores sem teto a fuga para áreas mais afastadas da cidade (PESAVENTO, 1999).

Desde então, o posicionamento do Estado e da sociedade frente à questão da moradia popular adaptou-se e despontaram casos em prol do problema de habitação dos pobres da cidade na primeira metade do século XX. Destacam-se os episódios de organização por parte de instituições de classe para habitação, como foi o caso do Conjunto Residencial Passo d'Areia (ou IAPI, como é chamado em referência ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários) além de programas governamentais, como a Fundação Casa Popular e,

³⁶ A ferramenta utilizada para o desenvolvimento dos mapas foi o *software* QGIS 2.18, desenvolvido por QGIS Development Team e disponibilizado gratuitamente. Para o desenvolvimento das tabelas e para manipulação dos dados, foi utilizado o *software* Microsoft Excel 2010, desenvolvido pela Microsoft Corporation.

³⁸ Maloca era o termo utilizado para definir as sub-habitações em áreas irregulares. A definição de malocas segundo a prefeitura de Porto Alegre era a seguinte: “A maloca, para o porto-alegrense, é o pequeno casebre, geralmente feito de tabuas velhas, equivalente a favela carioca e ao mocambo pernambucano” (POA, 1951 *apud* POA, 1999).

posteriormente, a atuação do Departamento Municipal da Casa Popular (MELLO, 2016). Contudo, episódios de expulsão de pobres e, sobretudo, da população negra da área central da cidade continuaram a acontecer sob essas iniciativas, mas de forma mais planejada, através de realocações dessa população para áreas mais afastadas, como foi o caso, nos anos 1960, da realocação das comunidades do Arraial da Baronesa e da Ilhota, hoje bairros Cidade Baixa e Menino Deus, próximos em menos de cinco quilômetros do centro da cidade, para o bairro Restinga, que se encontra a mais de vinte quilômetros do centro da cidade (MELLO, 2016).

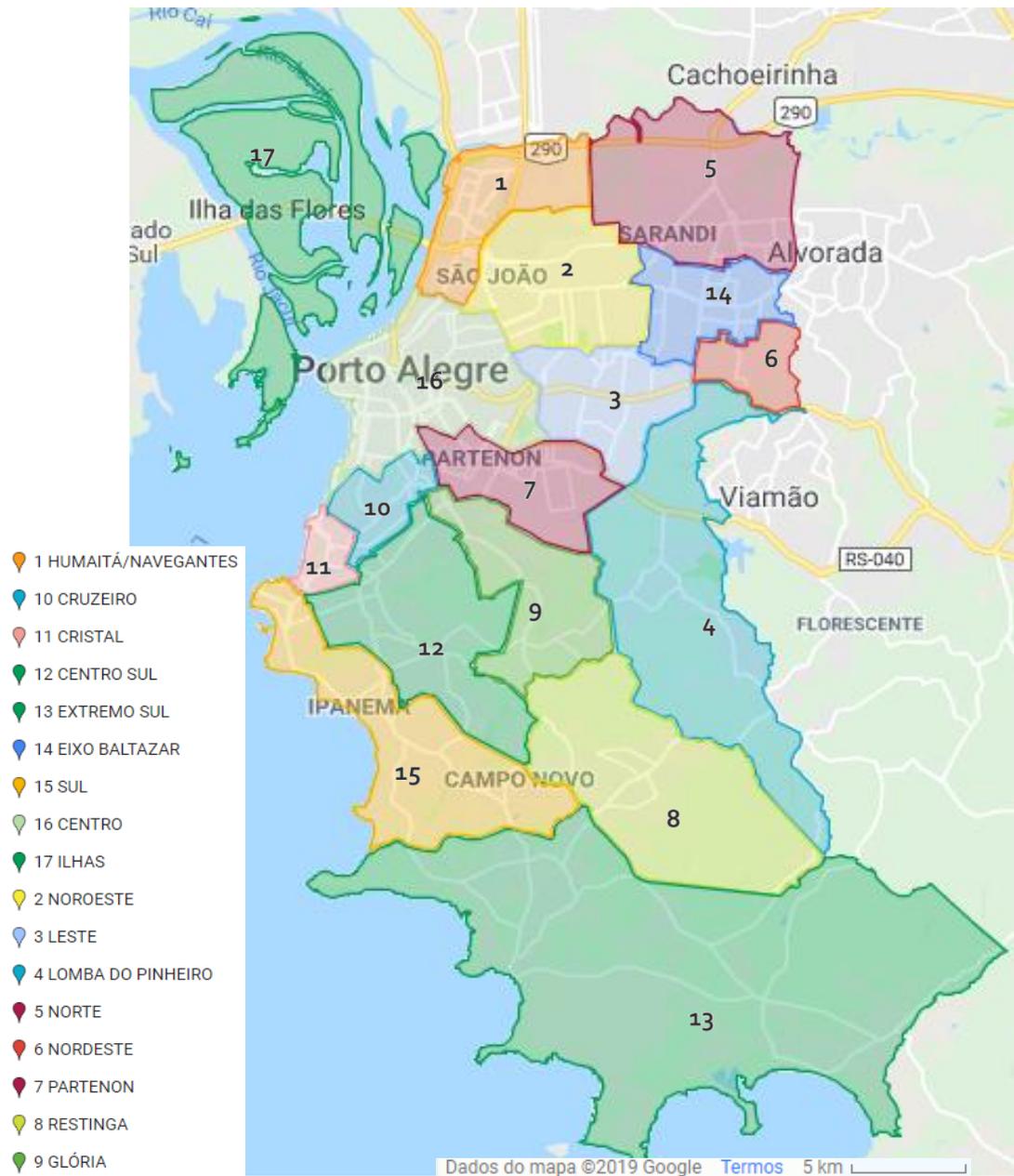
A situação adversa fruto do déficit de habitação popular e do manejo insatisfatório dos pobres da cidade suscitou a reação das classes populares. Em meados da década de 80, com a diminuição da repressão aos movimentos sociais por parte do Estado que estava nos seus últimos anos de ditadura militar, despontou em Porto Alegre a atuação de organizações de moradores, como a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (LIMA, 2014). A esfera política refletiu, já no fim dos anos 1980, a intenção de reverter a gestão elitista do território, quando foi eleita a Frente Popular³⁹ para a prefeitura municipal que veio a implementar, no mesmo ano, o Orçamento Participativo.

3.3 ESCALA URBANA EM DADOS

Antes de trazer efetivamente os dados da cidade, vale apresentar a divisão do território por Regiões do Orçamento Participativo (Figura 3). Essas dezessete regiões reúnem os 84 bairros da cidade (Quadro 3) a partir de características em comum, para simplificar a organização da população para o levantamento de demandas. Tal forma de territorialidade será referência útil para a leitura dos mapas apresentados na sequência.

³⁹ A Frente Popular foi uma coligação partidária que concorreu para a prefeitura de Porto Alegre nas eleições de 1988, a segunda após a redemocratização, saindo vitoriosa. A coligação unia na mesma chapa o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Figura 3 – Regiões do OP de Porto Alegre



Fonte: Elaborado pela autora com base em PMPA (2019a).

Quadro 3 – Regiões do OP e bairros de Porto Alegre⁴⁰

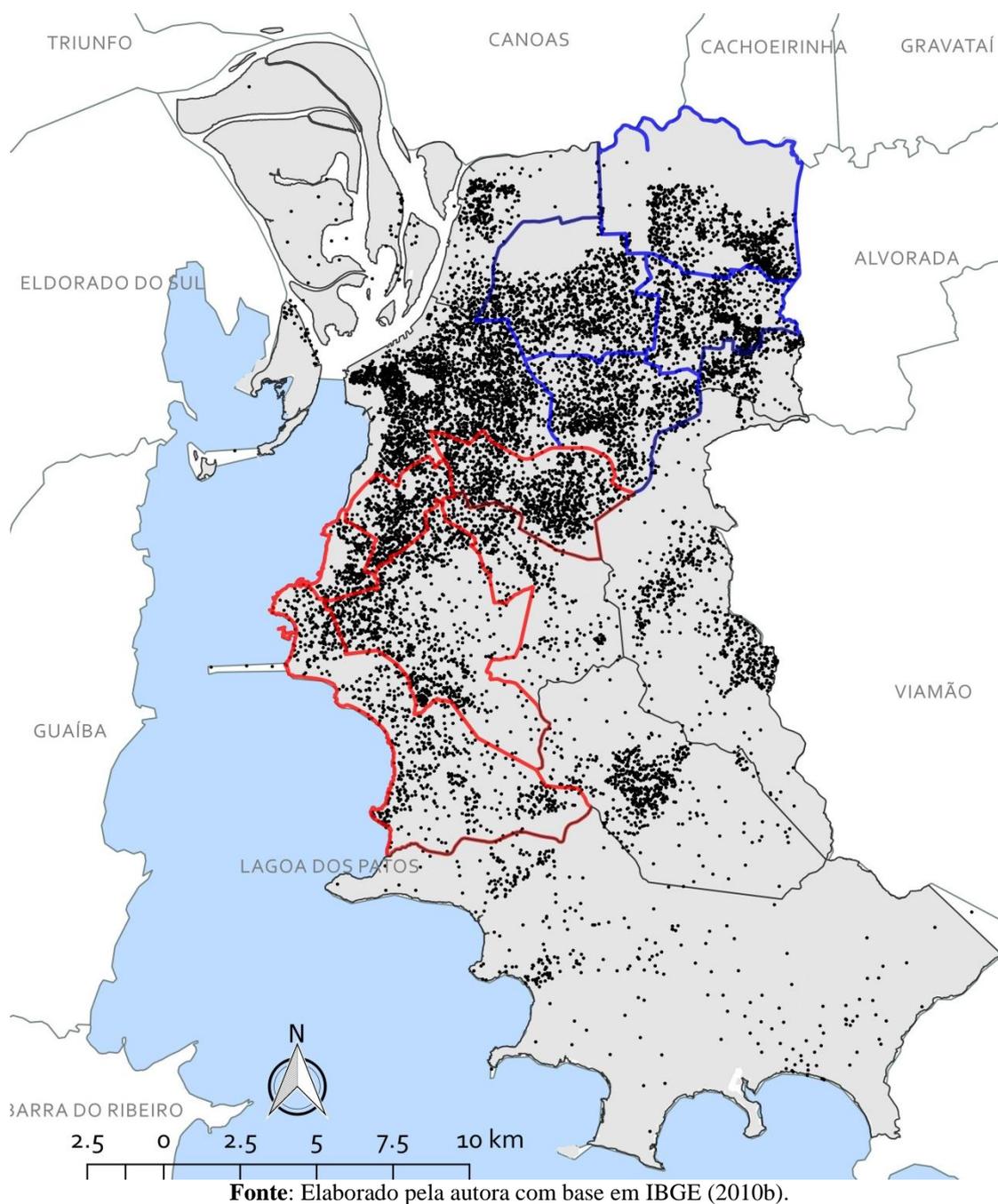
#	Nome região	Bairros
1	Humaitá / Navegantes	Anchieta - Farrapos - Humaitá - Navegantes - São Geraldo.
2	Noroeste	Boa Vista - Cristo Redentor - Higienópolis - Jardim Itú - Jardim Lindóia - Jardim São Pedro - Passo D'areia - Santa Maria Goretti - São João - São Sebastião - Vila Floresta - Vila Ipiranga
3	Leste	Bom Jesus - Chácara das Pedras - Jardim Carvalho - Jardim do Salso - Jardim Sabará - Morro Santana - Três Figueiras - Vila Jardim
4	Lomba do Pinheiro	Agrografia - Lomba do Pinheiro
5	Norte	Sarandi
6	Nordeste	Mário Quintana
7	Partenon	Cel. Aparício Borges - Partenon - Santo Antônio - São José - Vila João Pessoa
8	Restinga	Restinga
9	Glória	Belém Velho - Cascata - Glória
10	Cruzeiro	Medianeira - Santa Tereza
11	Cristal	Cristal
12	Centro Sul	Camaquã - Campo Novo - Cavalhada - Nonoai - Teresópolis - Vila Nova
13	Extremo Sul	Belém Novo - Chapéu do Sol - Lageado - Lami - Ponta Grossa
14	Eixo Baltazar	Passo das Pedras - Rubem Berta
15	Sul	Espírito Santo - Guarujá - Hípica - Ipanema - Pedra Redonda - Serraria - Tristeza - Vila Assunção - Vila Conceição
16	Centro	Auxiliadora - Azenha - Bela Vista - Bom Fim - Centro Histórico - Cidade Baixa - Farroupilha - Floresta - Independência - Jardim Botânico - Menino Deus - Moinhos de Vento - Mont Serrat - Petrópolis - Praia de Belas - Rio Branco - Santa Cecília - Santana
17	Ilhas	Arquipélago (Ilha das Flores, da Pintada, do Pavão e Ilha Grande dos Marinheiros)

Fonte: Elaborado pela autora com base em PMPA (2019b).

A população da cidade de Porto Alegre é de 1.409.351 de pessoas, a décima capital mais populosa do Brasil, segundo o recenseamento mais recente (IBGE, 2017b). O crescimento populacional da cidade nos últimos 10 anos, a contar do censo de 2000, foi de 3,6%, quando a população brasileira aumentou em 12,3%, tornando-se a capital com menor crescimento populacional no período. Na década anterior, de 1991 a 2000, o crescimento populacional da cidade foi de 7,7%, a terceira capital com menor crescimento no período, enquanto o do país foi de 15,7%.

⁴⁰ A cidade de Porto Alegre foi dividida em 17 Regiões do Orçamento Participativo. Até o Ciclo do OP 2006/2007, a cidade comportava 16 regiões. A partir deste Ciclo (2007/2008) a Região 01 foi dividida, oportunizando a criação da Região 17. Reivindicação antiga das comunidades das Ilhas, a Região 17 foi aprovada pelo COP e ficou denominada de Região Ilhas. A partir do Ciclo de 2007/2008, a Região 01 do OP passa a denominar-se de Humaitá/Navegantes. Na esfera da Região se discute e define os investimentos e serviços específicos da Região, enquanto as discussões sobre a cidade como um todo são elaboradas nas Temáticas.

Figura 4 – População de Porto Alegre (2010) com divisão das regiões do OP



A Figura 4 traz a distribuição da população pelo território e consiste num mapa de pontos⁴¹, onde cada ponto corresponde a 100 habitantes. Observa-se que a distribuição da

⁴¹ Mapa de pontos é uma técnica de representação cartográfica que permite a visualização da distribuição geográfica e a densidade da categoria escolhida para sua representação. A inspiração para o uso desta técnica vem do *The Racial Dot Map*, projeto realizado pelo *Demographics Research Group* da Universidade de Virgínia, Estados Unidos, para apresentar a distribuição geográfica e densidade dos cidadãos americanos segundo a sua cor (<https://demographics.coopercenter.org/racial-dot-map>). Para os mapas desenvolvidos aqui,

população ocorre de maneira muito disforme, havendo uma maior densidade na Região Central, além da existência de duas áreas de expansão da população: uma em direção ao nordeste, que abrange as regiões Noroeste, Norte, Leste e Eixo Baltazar (regiões contornadas em azul na Figura 4), e a outra em direção ao sul, que compreende as regiões do OP Partenon, Centro Sul, Sul, Cruzeiro e Cristal (regiões contornadas em vermelho na Figura 4).

Na Tabela 6 são apresentadas as proporções da população da cidade que cada região abarca em seu território nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 6 – Distribuição da população de Porto Alegre nas regiões do OP em 1991, 2000 e 2010

Nº região	Região OP	1991	2000	2010
1	Humaitá / Navegantes	3.1%	3.3%	3.4%
2	Noroeste	9.9%	9.4%	8.8%
3	Leste	8.9%	9.3%	8.8%
4	Lomba do Pinheiro	2.5%	3.3%	4.9%
5	Norte	4.7%	4.9%	4.7%
6	Nordeste	1.3%	1.8%	2.2%
7	Partenon	10.1%	10.0%	9.1%
8	Restinga	2.9%	4.0%	4.0%
9	Glória	3.0%	3.3%	3.1%
10	Cruzeiro	4.7%	4.8%	4.3%
11	Cristal	1.8%	1.7%	1.5%
12	Centro Sul	9.7%	9.6%	9.4%
13	Extremo Sul	1.6%	1.9%	2.5%
14	Eixo Baltazar	6.1%	6.3%	6.8%
15	Sul	4.5%	5.0%	5.0%
16	Centro	25.0%	21.1%	21.0%
17	Ilhas	0.2%	0.4%	0.6%

Fonte: Elaborado pela autora com base em PMPA (2019c).

Numa análise temporal, identifica-se que, entre 1991 e 2010, a concentração de população na região Centro diminuiu de 25% para 21% e a maioria dos bairros dessa região perdeu população (12 entre os 19 bairros que a compõem). Fora isso, destacam-se regiões de menor contingente populacional que tiveram aumento significativo em sua população: Lomba do Pinheiro (191,0%), Nordeste (67,8%), Extremo Sul (57,0%) e Ilhas (233,6%), em ambas as décadas, e Restinga (39,6%) na década de 90. Essas mudanças populacionais, entretanto, não

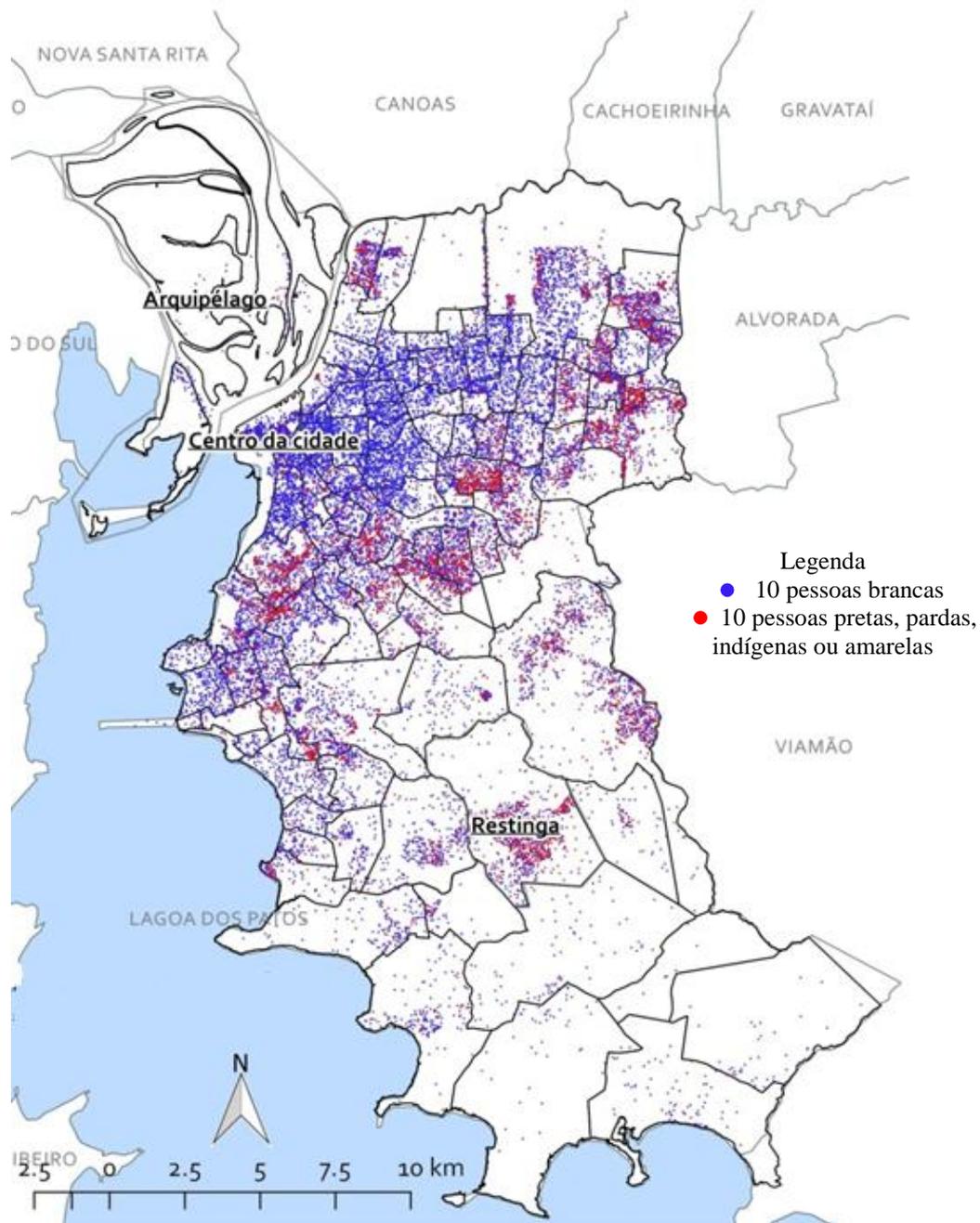
foi utilizado o programa de geoprocessamento *Quantum GIS* adicionado da extensão [1485] *Dot Map 0.2*. Tal extensão realiza a plotagem de pontos de forma aleatória no interior de um polígono, de acordo com o atributo escolhido.

foram suficientes para mudar o perfil de ocupação da cidade que continua sendo altamente concentrado na área central da cidade.

A desigualdade social vista a partir do território é primariamente identificada pelo aspecto de cor ou raça como indica o Mapa Racial do Brasil, cartografia em que a capital gaúcha se destaca por ser o primeiro lugar em segregação espacial por cor ou raça entre as capitais brasileiras (PATA, 2015). A composição da população de Porto Alegre por cor ou raça, conforme constatado no Censo de 2010, é de 79,2% de pessoas autodeclaradas brancas, destacando-se da proporção para o país como um todo (47,7% dos brasileiros declaram-se brancos). A distribuição da população por cor ou raça no território pode ser vista na Figura 5, em que cada ponto corresponde a dez pessoas brancas (pontos azuis) ou não brancas (pontos vermelhos)⁴².

⁴² Escolheu-se aglomerar as categorias de cor ou raça preta, parda, indígena e amarela, pois a representatividade dessas na população portoalegrense é diminuta em relação à população autodeclarada branca. Além disso, dentro dessa categoria “não-branca” a representatividade de pessoas pretas e pardas é predominante, como será mais a frente apresentado.

Figura 5 – Distribuição da população de Porto Alegre segundo a cor (2010)



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2010b).

Observa-se que a região centro possui um perfil muito definido de cor e raça da sua população; há ali uma grande concentração de pessoas autodeclaradas brancas. A população preta e parda concentra-se, por sua vez, na região pericentral, o que será chamado daqui em diante de arco pericentral, e de forma esparsa na periferia da cidade, podendo-se observar uma concentração no bairro Restinga. Tal caracterização do território mostra uma cidade extremamente segregada pelo critério de cor.

Quanto às características socioeconômicas da população, a Tabela 7 explicita o histórico do IDHM⁴³ da cidade e do país, aberto pelas áreas (renda, educação e longevidade) nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 7 – IDHM de Porto Alegre/RS e Brasil

Variável		Ano		
		1991	2000	2010
Porto Alegre	IDHM	0,660	0,744	0,805
	IDHM – Renda	0,779	0,830	0,867
	IDHM – Educação	0,494	0,612	0,702
	IDHM – Longevidade	0,748	0,811	0,857
Brasil	IDHM	0,493	0,612	0,727
	IDHM – Renda	0,647	0,692	0,739
	IDHM – Educação	0,279	0,456	0,637
	IDHM – Longevidade	0,662	0,727	0,816

Fonte: Elaborado pela autora com base em PNUD, IPEA e FJP (2013).

O IDHM de Porto Alegre atingiu o *status* de muito alto (acima de 0,800) em 2010, e encontra-se na 6ª posição entre as capitais brasileiras. Sobre a evolução desse índice nos anos apresentados, destaca-se o papel da educação, que aumentou 42% em Porto Alegre e 128% no país, seguido de um incremento na longevidade (14% em Porto Alegre e 23% no Brasil) e, por último, do incremento na dimensão renda (11% em Porto Alegre e 14% no Brasil). Apesar do melhor desempenho relativo do Brasil, recorda-se que Porto Alegre parte em patamar superior desde o primeiro ano da série, o que pode indicar uma equalização do índice no país. Na Tabela 8, é apresentado o *ranking* do IDHM nas capitais para os anos de 2000 e 2010.

⁴³ IDHM é o índice de desenvolvimento humano municipal, metodologia adaptada pelo PNUD e IPEA para a aferição do IDH em nível subnacional.

Tabela 8 – IDHM capitais dos estados do Brasil

Capital	IDHM 2000	IDHM 2010	Varição IDHM	Posição em 2000	Posição em 2010
Florianópolis	0.766	0.847	0.081	1	1
Vitória	0.759	0.845	0.086	2	2
Brasília	0.725	0.824	0.099	7	3
Curitiba	0.75	0.823	0.073	3	4
Belo Horizonte	0.726	0.81	0.084	6	5
Porto Alegre	0.744	0.805	0.061	4	6
São Paulo	0.733	0.805	0.072	5	7
Rio de Janeiro	0.716	0.799	0.083	8	8
Goiânia	0.715	0.799	0.084	9	9
Palmas	0.654	0.788	0.134	15	10
Cuiabá	0.692	0.785	0.093	10	11
Campo Grande	0.673	0.784	0.111	11	12
Recife	0.66	0.772	0.112	13	13
Aracaju	0.648	0.77	0.122	19	14
São Luís	0.658	0.768	0.11	14	15
Natal	0.664	0.763	0.099	12	16
João Pessoa	0.644	0.763	0.119	20	17
Salvador	0.654	0.759	0.105	16	18
Fortaleza	0.652	0.754	0.102	17	19
Boa Vista	0.649	0.752	0.103	18	20
Teresina	0.62	0.751	0.131	23	21
Belém	0.644	0.746	0.102	21	22
Manaus	0.601	0.737	0.136	25	23
Porto Velho	0.613	0.736	0.123	24	24
Macapá	0.622	0.733	0.111	22	25
Rio Branco	0.591	0.727	0.136	26	26
Maceió	0.584	0.721	0.137	27	27

Fonte: Elaborado pela autora com base em PNUD, IPEA e FJP (2013)

Porto Alegre perdeu duas posições no *ranking* das capitais dos estados brasileiros e foi a capital com menor variação no índice na primeira década dos anos 2000, com uma alteração positiva de 0,061.

Sobre o aspecto específico da renda, observa-se a partir da dimensão renda do IDHM (Tabela 7) que houve elevação da renda per capita em Porto Alegre no período de 1991 a 2010 em Porto Alegre, apesar dessa já estar em patamar elevado no contexto brasileiro. Como observado anteriormente, a renda per capita, quando analisada isoladamente, falha em apresentar o nível de desenvolvimento humano. Por esse motivo, é apresentado na Tabela 9 o índice de Gini que indica o grau de concentração da renda da cidade.

Tabela 9 – Índice de Gini de Porto Alegre (RS) e sua colocação entre as capitais brasileiras

	1991	2000	2010
Gini Porto Alegre	0,569	0,606	0,614
Gini Brasil	0,604	0,585	0,527
Colocação entre as capitais	4 ^a	4 ^a	13 ^a

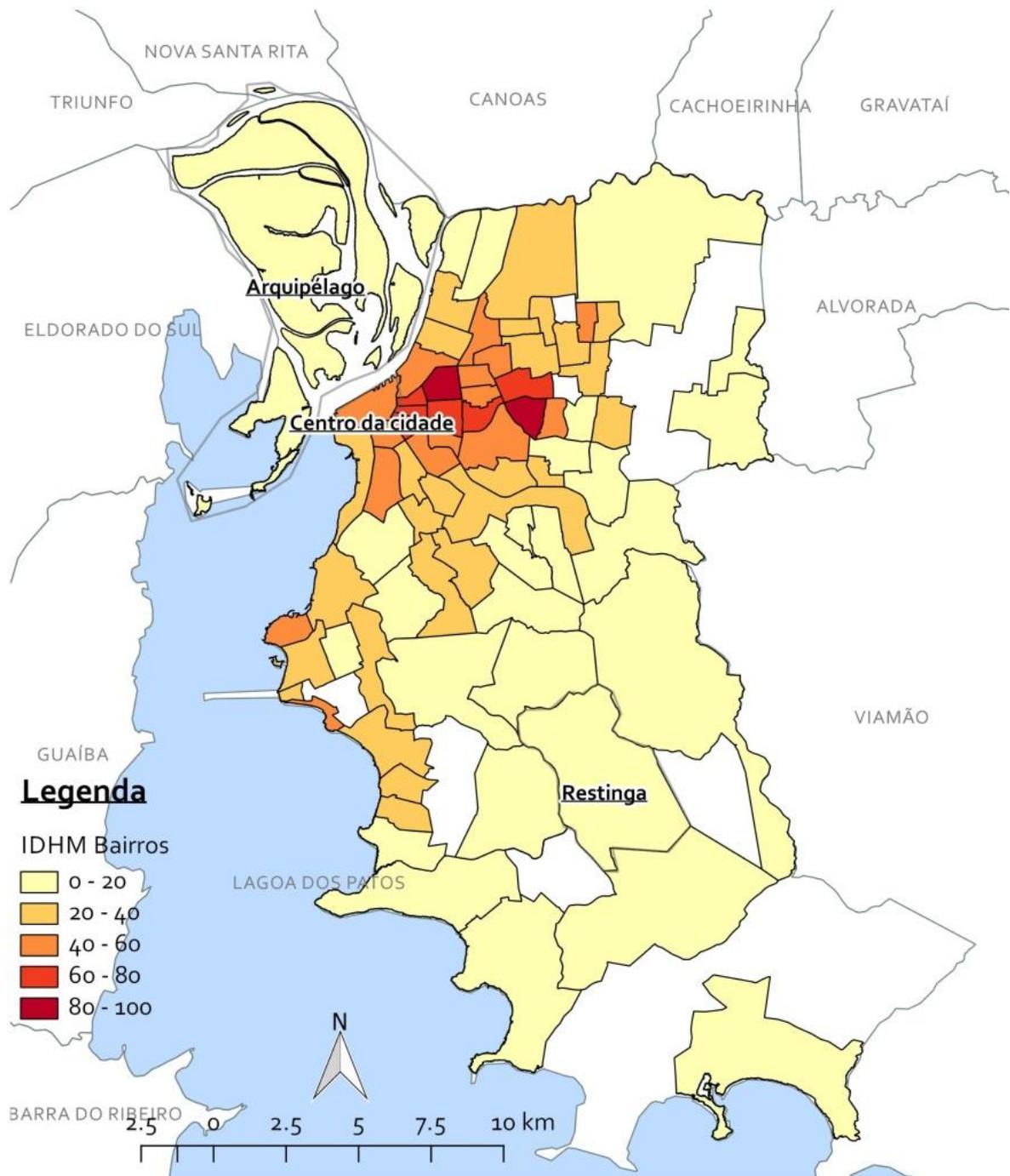
Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2017a) e DATASUS (2011).

O índice de Gini de Porto Alegre revelou um quadro de renda cada vez mais concentrada, o que pode ser observado a partir da elevação progressiva do Gini da cidade entre 1991 e 2010, realizando um movimento contrário ao observado no país como um todo. Um dado que chama a atenção é o posicionamento no *ranking* das capitais, conforme a distribuição de renda. Porto Alegre era a quarta capital com renda mais bem distribuída em 1991 e 2000. Em 2010, passou para a 13^a colocação nesse quesito.

A Figura 6 traz uma visão da desigualdade referente ao desenvolvimento humano a partir do território. Nessa, os bairros de Porto Alegre são classificados por cores que correspondem a um índice similar ao IDHM⁴⁴: quanto mais escuras as cores, mais elevado é o IDHM; os bairros em branco não possuem cálculo de IDHM disponível.

⁴⁴ O cálculo do IDHM dos bairros de Porto Alegre foi uma adaptação da metodologia da ONU realizada por Dagnino, Guadagnin e Snel (2006).

Figura 6 – IDHM (2000) dos bairros da cidade de Porto Alegre (RS)



Fonte: Elaborado pela autora com base em Dagnino, Guadagnin e Snel (2006).

Identifica-se na Figura 6 uma concentração de bairros com melhor desempenho no eixo centro-leste, que coincide com a região Centro do OP, e parte das regiões Leste e Noroeste do OP. Segundo estudo realizado por Maraschin, Campos e Piccinini (2010) o eixo Centro-Leste da cidade de Porto Alegre tem a característica de concentrar o maior volume de investimentos do mercado imobiliário, assim como investimentos do estado a partir do

estabelecimento da infraestrutura urbana que, juntos, garantem a valorização diferenciada dessa área da cidade. Essa concentração de riqueza apresentada por aquelas autoras e o nível de vida elevado revelado pelo IDHM através de dados de renda, educação e longevidade, evidenciam a existência no eixo Centro-Leste de “uma permanente renovação de investimentos e reafirmação do caráter de alto *status*, constituindo uma forte segmentação econômica com impactos socioespaciais” (MARASCHIN; CAMPOS; PICCININI, 2010, p. 114).

Para a visão da renda pelo território, os setores censitários foram classificados segundo a tipificação por proporção da renda média da cidade no período (Quadro 2, p. 69), proposta na seção anterior, de acordo com fração ou multiplicador da renda média da cidade. Para a elaboração dos dados especializados da renda dos habitantes de Porto Alegre foram utilizadas as informações de rendimento dos responsáveis por domicílio. A eleição dessa variável ocorreu pela limitação dos dados do censo de 1991, onde a renda para unidade geográfica de setores censitários é apresentada apenas para o responsável pelo domicílio. Por mais que esse não seja o dado ideal para identificar a renda domiciliar e per capita, pois essa dependeria do levantamento da renda de todos os moradores do domicílio e da quantidade de moradores, foi constatado que, para identificação da desigualdade entre os setores censitários e para a análise relacional entre censos, esse dado mostra-se satisfatório (SILVA, 2011; MELLO, 2009). As faixas da renda dos responsáveis pelos domicílios são apresentadas nos relatórios dos censos em número de domicílios por fração ou múltiplo do salário mínimo corrente no período da realização do respectivo censo. As oito faixas oficiais são: até meio salário, de um a dois, de dois a três, de três a cinco, de cinco a dez, de dez a quinze, de quinze a vinte e acima de vinte salários. A oscilação do salário mínimo no período, tanto pela inflação quanto pela sua variação real, deve ser considerada para uma comparação válida entre os censos. A Tabela 10 possui os valores nominais dos salários em cada censo e sua atualização para valores de 2018, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Tabela 10 – Valores de Salário Mínimo considerados nos Censos Demográficos e seus respectivos valores reais em base de 2018. Correção feita com INPC/IBGE

Ano	Salário Mínimo nominal	Salário Mínimo real (base: 2018)
1991	Cr\$ 36.161,60	R\$ 221,82
2000	R\$ 151,00	R\$ 470,99
2010	R\$ 510,00	R\$ 806,70

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (1991, 2000 e 2010b).

Nota: O Salário Mínimo de 1991 foi, além de deflacionado, convertido para Reais (R\$) pelo conversor 2.750.000, conforme sugerido por Corseuil e Foguel (2002).

Retornando às tipificações, são apresentadas na Tabela 11 as proporções de setores censitários por tipos nos anos de 1991, 2000 e 2010, e o valor referência da renda média da cidade em cada ano.

Tabela 11 – Renda média do responsável por domicílio dos setores censitários de Porto Alegre e percentual por estratos selecionados da renda para 1991, 2000 e 2010

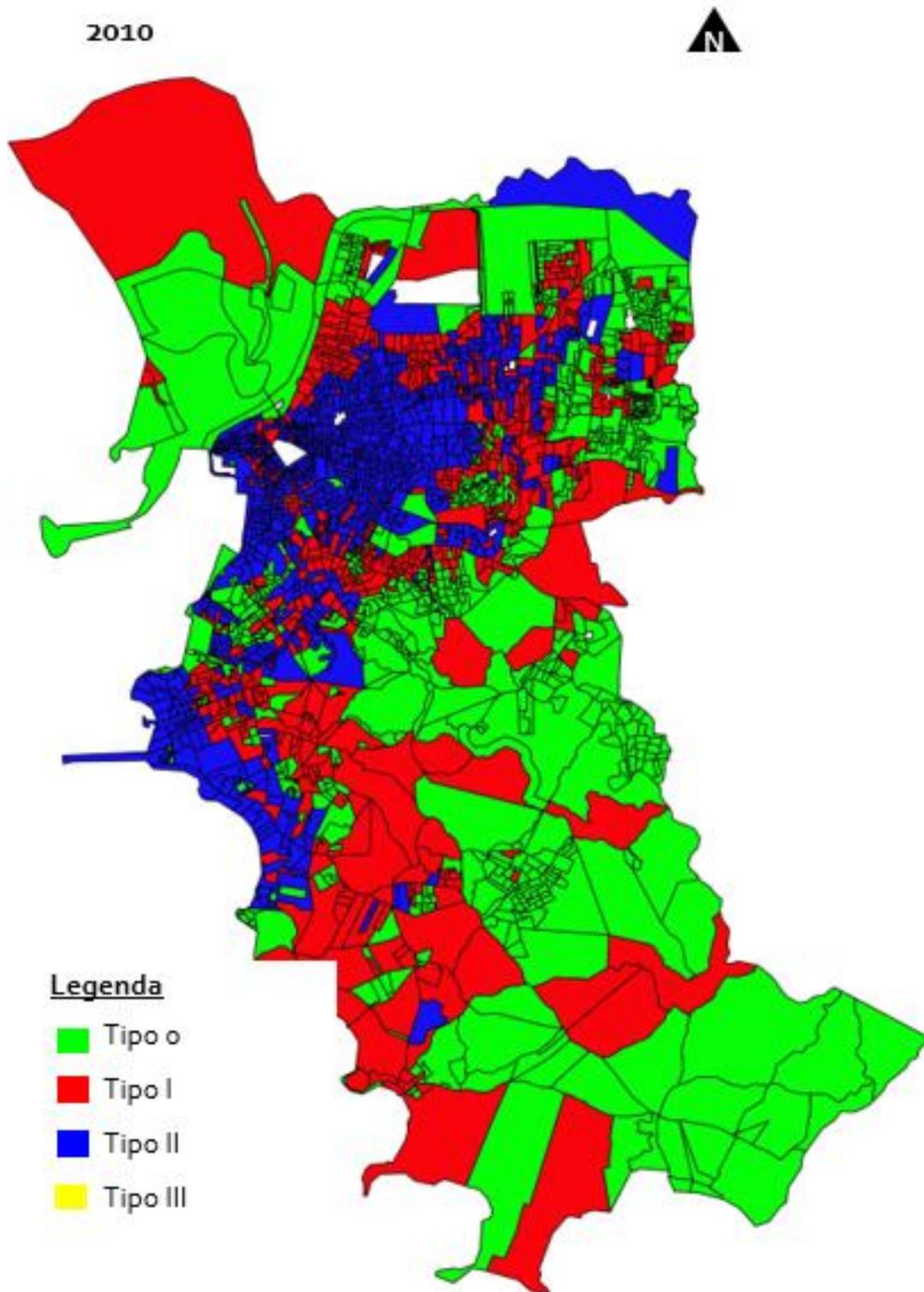
	1991	2000	2010
Renda média dos setores	R\$ 1,423.03	R\$ 4,489.09	R\$ 3,851.27
Tipo 0	28%	32%	33%
Tipo I	31%	29%	29%
Tipo II	33%	30%	38%
Tipo III	8%	10%	1%

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (1991, 2000, 2010b).

Observa-se que tanto o percentual do Tipo 0, quanto o percentual do Tipo I, encontram-se em sutil escalada ao longo dos anos. O percentual de Tipo II apresentou comportamento errático: em 2000 foi suprimido por um aumento dos tipos adjacentes, enquanto no ano 2010 foi o estrato que mais se expandiu, devido a uma redução de 9 pontos percentuais do Tipo III. Essa classificação dos setores pela média de renda dos responsáveis por domicílio é válida no sentido relativo da análise, mas não em termos absolutos, pois a renda média, que é a base para a tipificação, passou por muitas mudanças no período: observa-se um aumento de aproximadamente 215% na renda média real dos responsáveis por domicílios dos setores censitários de 1991 para 2000, seguido de uma queda de 14% de 2000 para 2010.

A espacialização dos setores conforme os tipos pode ser vista na Figura 7, com as informações para o ano de 2010.

Figura 7 – Cartograma de Porto Alegre segundo a tipificação de renda em 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2010b).

O Tipo 0, repartição aqui sugerida a fim de complementar a metodologia proposta por Silva (2011) e apresentada no mapa de 2010 (Figura 7), explicita um extenso território com

média de rendimentos inferior a metade da renda média da cidade e que se localiza principalmente nas regiões Restinga, Extremo Sul, Lomba do Pinheiro, Nordeste, Glória, Norte e Ilhas. As regiões que concentram os setores mais ricos da cidade são as regiões Centro, Noroeste e Sul. Os setores de tipo I, que possuem renda média de meio a uma vez a renda média da cidade, aglomeram-se no entorno das regiões Centro, Noroeste e Sul.

Parte-se para a caracterização do território da cidade de acordo com qualidades do espaço físico com o enfoque nos territórios na base na hierarquia espacial de forma parcial. Chama-se a atenção para a incompletude da análise por que a abordagem faz um recorte do espaço das classes populares ao selecionar apenas para o que é oficialmente favela, excluindo as outras manifestações de favelas contemporâneas (MARZULO, 2005).

A classificação para favelas aqui utilizada é a de aglomerados subnormais (AGSN). Tal categoria está presente nos censos demográficos nos documentos sobre as informações dos domicílios. No censo de 1991 os AGSN são apresentados de forma descolada dos setores censitários; a informação presente é o número de domicílios de aglomerado subnormal em cada setor. Já em 2000 e 2010, os AGSN são setores ou conjuntos de setores. Conforme tratado anteriormente, a definição de AGSN considera fatores de condições de moradia, regulamentação e de urbanidade para a determinação das áreas de favelas. Segundo o IBGE, configuram aglomerados subnormais conjuntos de, no mínimo, 51 unidades habitacionais que não tenham propriedade regularizada e careçam de serviços públicos essenciais e/ou que estejam fora do padrão vigente de ocupação do solo (IBGE, 2010a).

Um empecilho em trabalhar os levantamentos de AGSN de forma comparativa está no fato de que, no ano de 2010, o IBGE inovou o modo de mensuração do critério de urbanização devido à utilização de equipamentos mais sofisticados, conforme apontado pelo próprio órgão.

Apesar de o conceito de aglomerado subnormal ter permanecido o mesmo de censos anteriores, em 2010 o IBGE adotou inovações metodológicas e operacionais com objetivo de atualizar e aprimorar a identificação dos aglomerados. Foram utilizadas imagens de satélite de alta resolução, foi feita uma pesquisa específica, Levantamento de Informações Territoriais - LIT, sobre as características morfológicas das áreas, e realizadas reuniões sobre o tema nas Comissões Municipais de Geografia e Estatística - CMGEs (IBGE, 2010a, p. 26).

Para contornar essa questão, foi realizada uma reavaliação retrospectiva dos aglomerados subnormais de 2000 a partir das hipóteses propostas por Mation, Nadalin e Krause (2014), em publicação para o IPEA, de que (1) a melhor identificação de setores censitários foi feita em 2010 e de que, no censo anterior, houve uma subestimação das

residências precárias, e; (2) de que, uma vez que uma localidade é ocupada regularmente e urbanizada, essa não volta a ter características irregulares. A técnica de reformulação dos setores censitários de 2000 foi desenvolvida no contexto da pesquisa já citada (Nota 35, p. 70). Dessa forma, são apresentados na Tabela 12 a evolução de AGSN de 1991 para 2000, conforme os dados originais, e de 2000 para 2010, conforme a aferição recalculada do ano de 2000.

Tabela 12 – Informações de população dos aglomerados subnormais de Porto Alegre

	Total de habitantes	Total de habitantes AGSN	Proporção	Variação população POA	Variação população AGSN
1991	1.263.403	134.678	10,7%	-	-
2000	1.346.477	142.781	10,6%	6,6%	6,0 %
2000 recalculado	1.346.477	186.910	13,9%	-	-
2010	1.397.364	192.774	13,8%	3,8%	3,1%

Fonte: Elaborado pela autora com base em Mation, Nadalin e Krause (2014).

Os dados mostram um incremento da população de AGSN próximo, porém ligeiramente inferior ao crescimento da população em geral do município de Porto Alegre em ambos os anos. No último ano do registro havia mais de 190 mil pessoas morando em favelas em Porto Alegre, o que corresponde a 13,8% da população total da cidade. A Tabela 12 acima apresenta, além da variação citada, os dados absolutos e relativos da população de AGSN em 1991, 2000 (oficial e recalculado) e 2010. A taxa de reclassificação encontrada no recálculo realizado para o ano 2000 foi de 23,6%, valor muito próximo daquele encontrado por Mation, Nadalin e Krause (2014) quando esses o realizam para toda a região metropolitana de Porto Alegre (25,8%), o que é um indício da validade da adaptação da técnica realizada neste trabalho.

Tabela 13 – Condições de moradia dos setores censitários normais e aglomerados subnormais de Porto Alegre

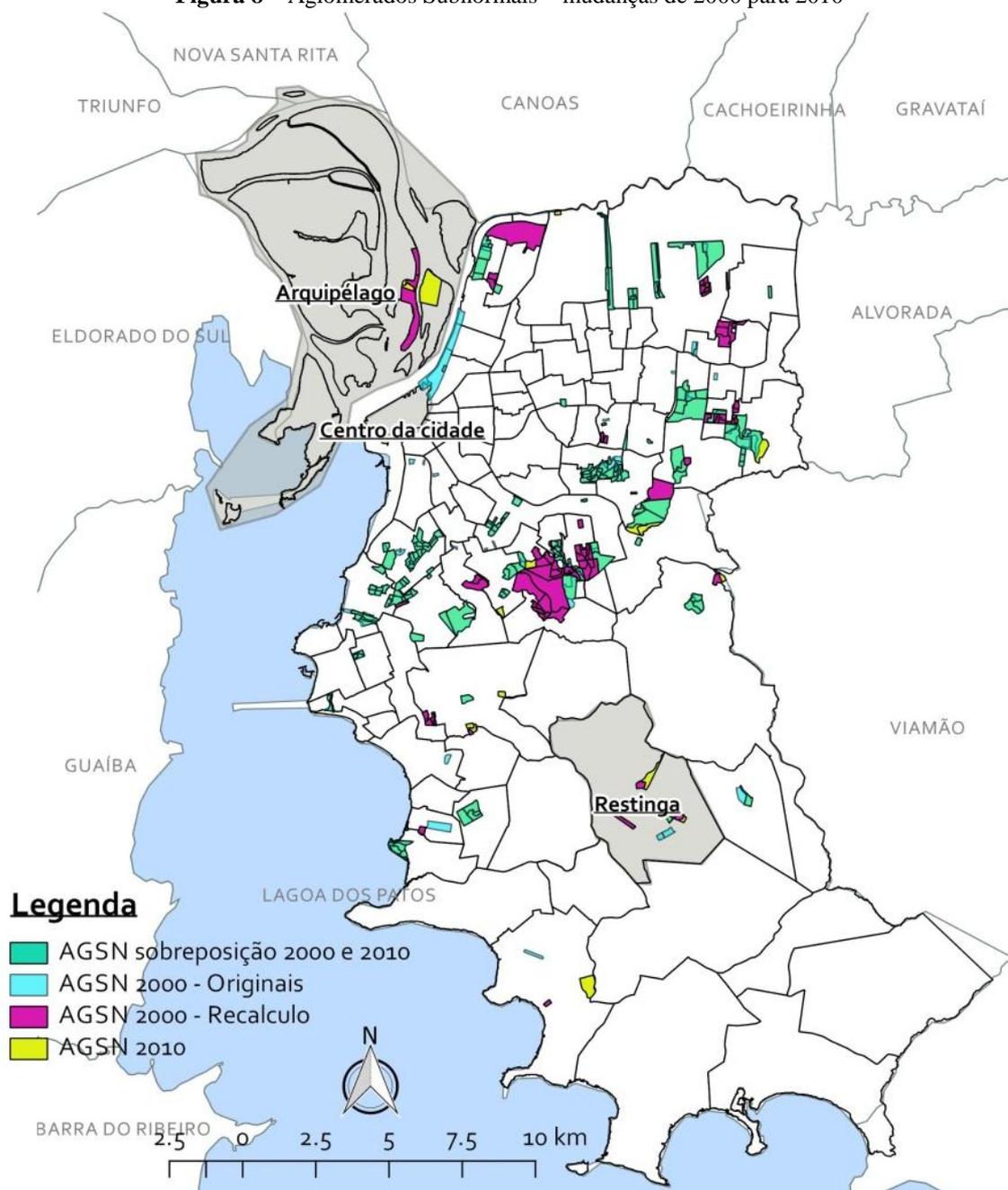
	2000		2010		Variação	
	Setores normais	AGSN	Setores normais	AGSN	Setores normais	AGSN
Esgotamento sanitário	94,0%	45,9%	95%	73%	13%	136%
Fornecimento de água	95,8%	94,4%	97%	97%	14%	45%
Dois ou mais banheiros	28,2%	9,5%	34%	14%	33%	112%

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2000, 2010b).

As condições de moradia das favelas de Porto Alegre variaram entre os censos de 2000 e 2010, como se observa na Tabela 13. Questões básicas, como o esgotamento sanitário por rede ou fossa séptica eram, nos anos 2000, ainda muito escassas nos AGSN; apenas 45,9% dos domicílios de AGSN eram providos dessa estrutura, diferentemente do observado nos demais setores, em que a proporção de domicílios atendidos por esse serviço era superior a 90%. Em 2010, esse número mudou para 73% em AGSN, representando uma melhoria de 136%. Em relação ao fornecimento de água, observa-se que, já em 2000, todos os setores possuíam níveis altos e semelhantes. Em 2010, 97% dos domicílios da cidade, de AGSN ou não, tinham à disposição o serviço de abastecimento de água pela rede geral da cidade. O número de domicílios com mais de dois banheiros sofreu mudanças mais acentuadas, apesar de manter-se baixo em toda a cidade, atingindo 34% nos setores normais e 14% nos setores de AGSN. As melhorias nesses três quesitos são mais evidentes nos setores subnormais, o que já poderia ser esperado, pois os AGSN partem de um patamar inferior de condição de moradia e apresentam uma maior margem para avanços.

A espacialização dos AGSN de 2000 e 2010 foram realizadas na Figura 8. Foram destacados aqueles AGSN originais de 2000, as sobreposições dos originais de 2000 e dos identificados em 2010, aqueles encontrados no recálculo para os anos 2000, que também foram identificados em 2010 e, por fim, aqueles exclusivos de 2010, que compõem a minoria.

Figura 8 – Aglomerados Subnormais – mudanças de 2000 para 2010



A maior concentração de AGSN encontra-se justamente no arco pericentral da cidade, assim como concentra-se a população preta e parda da cidade. Em termos de região do OP, o arco-pericentral abrange as regiões Glória, Cruzeiro, Partenon, Leste, Nordeste e Eixo Baltazar.

As vilas de Porto Alegre que sobrepõem aos aglomerados subnormais da cidade foram fundadas predominantemente na década de 50, seguidas daquelas fundadas nas décadas de 70 e 90 e, de forma residual, nos anos 30, 60 e 80 (DEHMAB, 2019). Portanto, a maior parte das

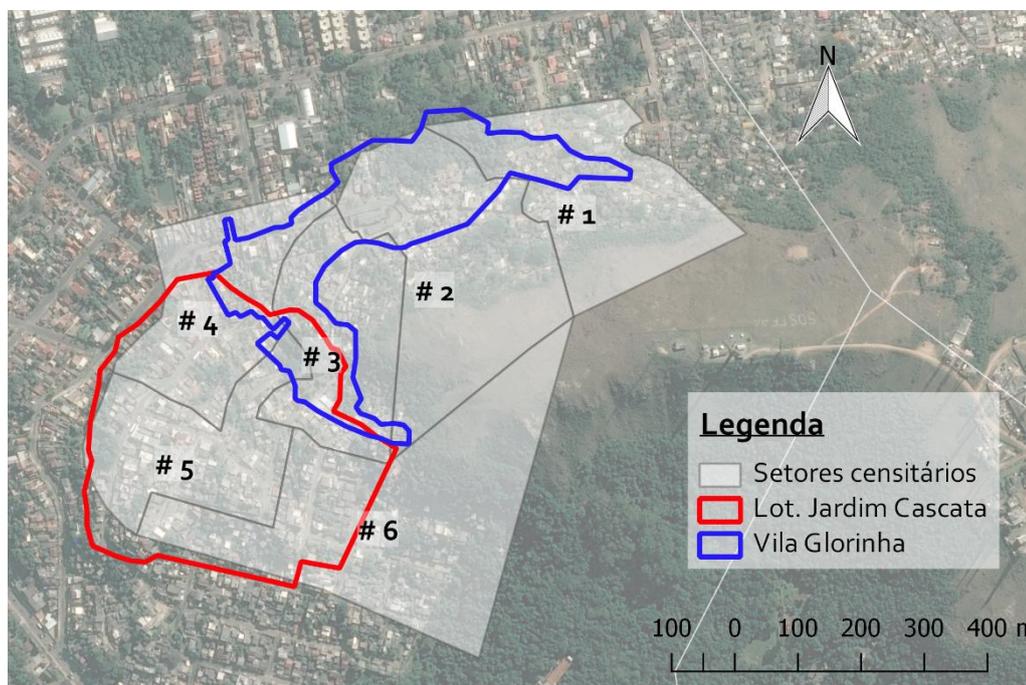
vilas da cidade está em condição de irregularidade há mais de 50 anos. Parte do arco pericentral de AGSN ocupa áreas de morros que são, de acordo com o Plano Diretor do município (PMPA, 2011) área de interesse ambiental, um empecilho para a regularização. Essa organização urbana das classes populares que hoje é tida como problema a ser resolvido foi a resposta à lógica de ocupação em décadas passadas, que procurava as áreas próximas à cidade para que fosse possível o acesso ao emprego e que, ao mesmo tempo, tivesse características que facilitassem a prática de ocupação, como a viabilidade econômica devido ao baixo custo ou custo nulo, o acesso à terra para o cultivo de subsistência, e a coexistência da rede social.

3.4 ESCALA LOCAL EM DADOS

A localidade Cascata-Glorinha, a segunda escala explorada nesse estudo, encontra-se em situação consolidada e vem de uma ocupação antiga, que data os anos 50, assim como a maioria das vilas do arco-pericentral de Porto Alegre. Na época da ocupação, a área onde essa se encontra era considerada arrabaldes da cidade. Hoje, a Cascata-Glorinha, assim como outras comunidades do entorno, foi engolfada pela expansão da urbanização e se encontra dentro da malha da cidade, inclusive com certo grau de permeabilidade devido aos avanços da urbanização na própria localidade. O ativismo comunitário teve êxito na reivindicação de diversas melhorias urbanas e de habitação, sendo a grande maioria alcançada através do OP. Apesar dos avanços, a localidade ainda se encontra em um patamar de urbanização muito abaixo do seu entorno historicamente formal e de classe média. A participação popular da Cascata-Glorinha no Orçamento Participativo foi intensa ao longo dos anos. Segundo dados apresentados por Tartaruga (2003), a região Glória, a qual a localidade pertence, recebeu o quarto maior investimento per capita entre as dezesseis regiões do OP entre os anos de 1996 a 2002.

Para a realização da análise de dados oficiais da localidade Cascata-Glorinha elegeu-se os setores censitários que se sobrepunham às localidades conforme observado na Figura 9 abaixo. Os dados serão apresentados conforme os códigos do Quadro 4 que os traz segundo nomenclatura oficial do IBGE para cada um dos setores selecionados, conforme os censos de 2000 e 2010 e a condição de normatividade oficial (normal e subnormal) de cada um destes setores.

Figura 9 – Setores Censitários que se sobrepõem à localidade Cascata- Glorinha



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O perímetro azul corresponde à vila Glorinha conforme o Mapa de Vilas de Porto Alegre (DEHMAB, 2019) e equivalerá aos setores censitários #1, #2 e #3 na análise que segue, e compõem, segundo o IBGE, o AGSN Glorinha. A vila Glorinha é a última área ocupada em direção do topo do morro da Glória pela face noroeste e possui urbanização mais precária. O perímetro em vermelho corresponde ao loteamento Jardim Cascata, segundo os limites indicados pelos moradores da área, e encontra-se imediatamente abaixo da vila Glorinha, no sopé e encosta do morro da Glória, face oeste. Os setores selecionados para corresponder à área do loteamento Jardim Cascata são os #4, #5 e #6, todos classificados como normais segundo a condição de normatividade oficial.

Quadro 4 – Código dos setores censitários que se sobrepõem à localidade Cascata – Glorinha

Sublocalidade	Código utilizado	Código Setor Censitário	Normatividade
Glorinha	# 1	431490205000868	AGSN
	# 2	431490205000869	AGSN
	# 3	431490205000870	AGSN
J. Cascata	# 4	431490205000866	Normal
	# 5	431490205000865	Normal
	# 6	431490205000871	Normal

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Observa-se que não há coincidência exata dos limites da localidade e dos setores censitários, mas a aproximação é tida como satisfatória, pois os setores cobrem praticamente toda a área da localidade do estudo de caso, além do que, a área sobressalente que não é pertencente à área estudada possui baixa ocupação e, portanto, espera-se que esta não influencie nos resultados de forma a invalidá-los.

Na Tabela 14, é apresentada a quantidade de habitantes de cada um dos setores censitários selecionados nos anos de 2000 e 2010 e a variação desses em percentual.

Tabela 14 – População Cascata-Glorinha em 2000 e 2010 e variação

Sublocalidade	Código utilizado	População em 2000	População em 2010	Variação
Glorinha	# 1	684	592	-13.5%
	# 2	789	711	-9.9%
	# 3	808	766	-5.2%
J. Cascata	# 4	858	937	9.2%
	# 5	1193	1091	-8.5%
	# 6	816	731	-10.4%
Total		5148	4828	-6.2%

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2000; 2010b).

A localidade Cascata-Glorinha apresentou, de acordo com os setores censitários que a compõem, uma queda de população de 6,2% entre 2000 e 2010, uma queda mais profunda que aquela observada na região do OP que a localidade se encontra, a região Glória, que teve sua população reduzida em 3,8%. O bairro Cascata ao qual a localidade pertence⁴⁵ apresentou movimento semelhante à região Glória, um decréscimo da população de 4,2%. Observa-se também uma variação populacional desigual entre os setores, indicando inclusive uma queda mais acentuada nas áreas subnormais, os setores # 1, # 2 e # 3.

A seguir, na Tabela 15, a população da área selecionada é apresentada conforme a sua divisão de cor ou raça. A fim de comparação, a mesma divisão é apresentada para a população total de Porto Alegre.

⁴⁵ Apesar de atualmente a localidade encontrar-se no bairro Glória, até a data do último censo analisado, 2010, essa estava situada no bairro Cascata, portanto, os dados desse último estão sendo utilizados como referencial.

Tabela 15 – Classificação da população de Porto Alegre e da localidade Cascata/Glorinha por cor ou raça autodeclarada em 2010.

Sublocalidade	Código	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	% Branca
Glorinha	# 1	373	117	0	101	1	63,0%
	# 2	346	212	0	152	1	48,7%
	# 3	423	124	0	218	1	55,2%
Cascata	# 4	451	333	0	153	0	48,1%
	# 5	571	397	1	122	0	52,3%
	# 6	417	202	1	111	0	57,0%
Total		2.581	1.385	2	857	3	53,5%
Porto Alegre		1.116.055	143.766	4.058	14.1294	3.307	79,2%

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2010b).

A localidade Cascata-Glorinha tem 53,5% da sua população autodeclarada branca, variando entre os setores de 48,1% a 63,0%. Dentre as pessoas que se declaram de outras cores ou raças, predominam as autodeclaradas pretas e pardas (46,4%). Aquelas autodeclaradas amarelas ou indígenas compõem fração muito pequena (0,1%). A localização da Cascata-Glorinha no arco-pericentral em que se concentra a população preta e parda da cidade segundo o mapa apresentado na Figura 5 (p. 79) explica a maior presença de pessoas pretas e pardas na localidade quando comparado com a cidade.

Seguindo a análise, depara-se com o empecilho de não haver cálculo de IDH ou índice semelhante para a territorialidade de setor censitário na cidade de Porto Alegre. A fim de viabilizar uma análise comparativa mínima das dimensões do desenvolvimento humano, são apresentados na Tabela 16 os dados escolhidos, de acordo com a disponibilidade de variáveis dos censos consultados, para compreender as três dimensões do IDH: longevidade, educação e renda. As variáveis escolhidas foram as de média de idade do setor censitário, média de anos de educação do responsável pelo domicílio e renda média per capita separadamente. Os dados são apresentados para cada setor censitário selecionado; a linha “Média” corresponde à média dos setores selecionados ponderada pela população e, a fim de comparação, são apresentados os dados para a cidade de Porto Alegre, valor obtido a partir da média ponderada por população dos dados de setores censitários.

Tabela 16 – Média de anos de estudos do responsável por domicílio, Média etária do setor e Renda média do responsável por domicílio (valores reais de 2018) em 2000 e 2010 para a localidade Cascata-Glorinha

Sublocalidade	Código	Média anos de estudos 2000	Média anos de estudos 2010	Média etária 2000	Média etária 2010	Renda média do responsável 2000 **	Renda média do responsável 2010 **
Glorinha	# 1	3.9	*	27.5	24.9	R\$ 984,59	R\$ 1.050,92
	# 2	4.9	*	28.9	26.0	R\$ 1.051,03	R\$ 1.032,03
	# 3	4.9	*	23.8	26.4	R\$ 1.025,03	R\$ 1.070,46
J. Cascata	# 4	6.2	*	25.0	28.3	R\$ 1.888,40	R\$ 1.677,17
	# 5	5.7	*	23.0	28.3	R\$ 1.517,23	R\$ 1.399,07
	# 6	5.6	*	27.6	30.3	R\$ 1.511,31	R\$ 1.621,03
	Total	5.3	*	26.1	27.5	R\$ 1.358,68	R\$ 1.337,77
	POA	8.7	*	32.3	33.6	R\$ 3.352,44	R\$ 3.207,11

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

* Variável não disponível no ano de 2010.

** Os valores foram atualizados e calculados utilizando os faixas de renda para comparação entre censos propostas na Tabela 17 (p. 95).

Todos os valores de Média da área estudada encontram-se em patamar inferior à média da cidade. Observa-se também a forma negativa com que os setores que correspondem a vila Glorinha se destacam dos demais setores da área selecionada, encontrando-se abaixo da Média em todas as variáveis trazidas.

Para uma análise um pouco mais aprofundada da renda, foi proposto, no item anterior e para a escala cidade, a tipificação da renda dos setores censitários por proporção da renda média da cidade. Como citado anteriormente, todos os setores censitários classificados como AGSN são do Tipo 0, ou seja, possuem renda média do setor inferior à metade da renda média da cidade, o que inclui os setores #1, #2 e #3 da área selecionada, ou seja, a vila Glorinha. Tem-se que, mesmo os setores normais da área selecionada são Tipo 0, colocando toda a localidade Cascata-Glorinha em posição de base em relação à cidade como um todo. A restrição dos setores censitários que compõem a localidade estudada permite a abertura um pouco maior desses dados para apresentar a composição de renda da localidade de forma que seja possível a comparação entre censos.

Considerando os valores de salário mínimo real (Tabela 10, p. 84) os dados de renda de cada censo foram reorganizados em faixas de acordo com o salário mínimo (SM) real de 2010. Na Tabela 17 abaixo, são apresentadas as faixas dos valores considerados para a reclassificação das faixas originais para que seja possível a comparação intertemporal.

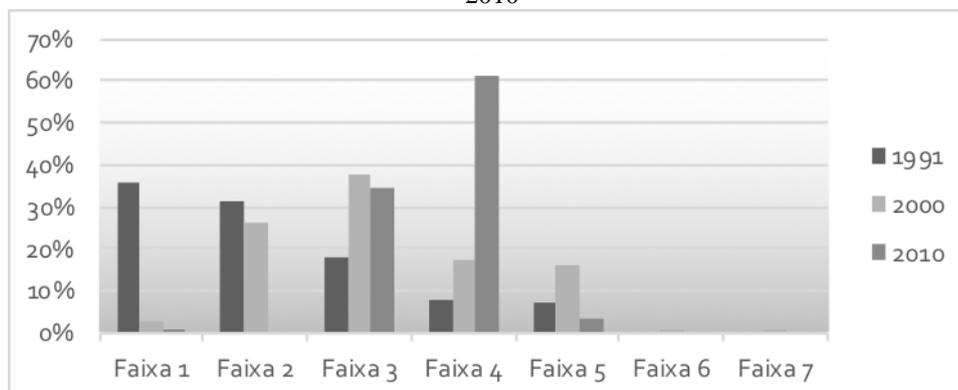
Tabela 17 – Faixas de renda para comparação entre censos

Faixas	Múltiplo do SM	Valor mínimo	Valor máximo
1	< ¼	R\$ 0,00	R\$ 202,00
2	1/4 - 1/2	R\$ 202,01	R\$ 404,00
3	1/2 - 1	R\$ 404,01	R\$ 807,00
4	1 - 2	R\$ 807,01	R\$ 1.613,00
5	3 - 5	R\$ 1.613,01	R\$ 4.034,00
6	5 - 10	R\$ 4.034,01	R\$ 8.067,00
7	10 >	R\$ 8.067,01	-

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2010b).

Os dados de responsáveis pelos domicílios foram organizados segundo as sete faixas sugeridas e são apresentados separadamente para a área normal (J. Cascata) e subnormal (Glorinha). O Gráfico 2 representa o percentual de domicílios por faixa de renda nos setores subnormais (total dos setores #1, #2, #3)⁴⁶.

Gráfico 2 – Faixas de renda do responsável por domicílio na vila Glorinha (AGSN) nos anos de 1991, 2000 e 2010

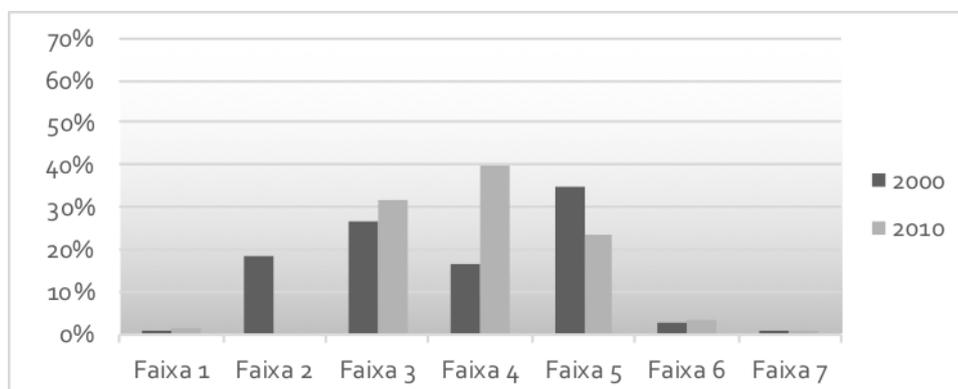


Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (1991; 2000; 2010b).

Observa-se uma mudança do perfil da renda na área subnormal. Em 1991, a maior parcela encontrava-se na Faixa 1 e essa parcela diminuía conforme avançavam as faixas. Em 2000, a grande maioria dos domicílios encontrava-se distribuídos entre as faixas de 2 e 3. Finalmente, em 2010, a concentração passou a ser entre as faixas de 3 a 4, indicando uma mudança de perfil de renda com o escalar dos anos nessa área. Uma representação semelhante foi feita para os setores normais da Cascata-Glorinha (total dos setores #4, #5, #6) no Gráfico 3.

⁴⁶ Para o ano de 1991, os dados apresentados são exclusivamente para esses setores que abrangem a vila Glorinha pois, para esses foi encontrado o setor correspondente no censo de 1991. Segundo o documento sobre AGSN e vilas de Porto Alegre desenvolvido pelo DEMHAB, o setor que corresponde à vila Glorinha em 1991 é o de número 1538 (POA, 1999, p. 14).

Gráfico 3 – Faixas de renda do responsável por domicílio no loteamento Jardim Cascata (normal) nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2000; 2010b).

O loteamento Jardim Cascata (Gráfico 3) possui um perfil de renda mais elevado daquele observado na vila Glorinha (Gráfico 2). Em 2000, a área normal possuía pouca concentração em faixa específica, distribuindo-se entre as faixas de 2 a 5. Em 2010, a concentração ocorreu nas faixas de 3 a 5, indicando uma convergência aos valores médios. As faixas mais elevadas da renda, 6 e 7, apresentaram números irrisórios em ambas as subdivisões da área em todos os anos.

Por fim, são apresentadas as variáveis relacionadas às condições de moradia, tal como a presença de serviço de fornecimento de água por rede geral, de saneamento por rede geral ou fossa séptica e por número de banheiros no domicílio para a vila Glorinha (Tabela 18) e loteamento Jardim Cascata (Tabela 19).

Tabela 18 - Condições de moradia dos setores censitários da vila Glorinha (AGSN) nos anos de 1991, 2000 e 2010

	1991		2000		2010	
Nº domicílios	196	-	604	-	618	-
Fornecimento de água	138	70,4%	566	93,7%	617	99,8%
Esgotamento sanitário	113	57,7%	290	48,0%	555	89,8%
Dois ou mais banheiros	-	-	19	3,1%	8	1,3%

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A evolução dos indicadores de condição de moradia selecionados para a vila Glorinha (Tabela 18) é evidente em relação ao fornecimento de água, que passou de 70,4% em 1991, para praticamente 100% em 2010, esgotamento sanitário, de 57,7% em 1991, 48% em 2000 (queda que pode ser relacionada a um aumento do número de domicílios considerados) e

praticamente 90% em 2010. A presença de domicílios com dois ou mais banheiros ainda é muito pequena, indicando que a melhoria ocorrida ainda é de nível muito baixo.

As mesmas variáveis de condição de moradia são apresentadas para o loteamento Jardim Cascata, os setores normais da área selecionada (Tabela 19).

Tabela 19 – Condições de moradia dos setores censitários do loteamento Jardim Cascata nos anos de 2000 e 2010

	2000		2010	
Nº domicílios	795	-	855	-
Fornecimento de água	787	99,0%	852	99,6%
Esgotamento sanitário	748	94,1%	846	98,9%
Dois ou mais banheiros	92	11,6%	148	17,3%

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2000, 2010b).

Assim como a vila Glorinha, o loteamento Jardim Cascata já havia sido contemplado com serviço de água em 2000, mantendo-se em patamar elevado em 2010. O esgotamento sanitário abrangeu primeiro a área do loteamento, pois a cobertura desse serviço já se encontrava com mais de 90% em 2000. Domicílios com dois ou mais banheiros são muito raros na vila Glorinha e no loteamento Jardim Cascata. Considerando a alta densidade (em 2010, a densidade dos setores selecionados era de 3,31, contra 2,75 da cidade como um todo), esse pode ser considerado um indicador de pauperismo dessa localidade.

3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM PORTO ALEGRE

Porto Alegre apresentou crescimento populacional de 7,7% de 1991 a 2000, e de 3,6% entre 2000 a 2010. A dispersão da população pelo território (Figura 4, p. 76) não apresentou grande mudança no período. Houve diminuição da população, sobretudo nos bairros da região centro e maior crescimento das áreas pericentrais e periféricas; entretanto, a densidade na região Centro do OP continua sendo elevada. Essa região concentra 21,0% de toda a população da cidade. Na localidade Cascata-Glorinha, situada no bairro Cascata e região Glória, observou-se um movimento de perda de população na ordem de 6,2% (Tabela 14, p. 93) entre os anos de 2000 e 2010. O fato de o bairro e a região em que a área estudada é situada terem tido sua população reduzida no mesmo período, mesmo que em menor ordem, faz com que seja possível presumir uma menor procura ou evasão por motivos de condições de habitação mais precária na localidade Cascata-Glorinha. O único setor censitário que

apresentou aumento populacional foi o #4, que se encontra no loteamento Jardim Cascata, na borda da área estudada e abrange parte da área que passou por regularização e parte da malha formal, urbanizada e nos padrões de construção da cidade.

O IDHM de Porto Alegre é alto e encontra-se em posição de destaque entre as capitais brasileiras (Tabela 8, p. 81). No entanto, esse índice de forma autônoma não apresenta uma fotografia dos habitantes da cidade de maneira fidedigna. Na análise do IDH por bairros, conforme metodologia apresentada por Dagnino, Guadagnin e Snel (2006), apenas 10 dos 84 bairros de Porto Alegre encontravam-se em patamar “muito alto”, segundo a terminologia dos autores, no ano de 2000, todos na região centro, conforme apresentado no mapa de IDH por bairros (Figura 6, p. 83). Essa visão pontual da desigualdade na cidade transparece quando o índice de Gini é apresentado (Tabela 9, p. 82). Na cidade de Porto Alegre houve progressiva concentração de renda nos anos de 1991, 2000 e 2010, movimento na contramão do observado na escala nacional, em que o índice de Gini regrediu entre 1991 e 2010. Vale ressaltar que estudos como aquele realizado por Morgan (2017) indicam a submensuração da desigualdade nos casos baseados em pesquisas que utilizam renda autodeclarada, como é o caso dos censos e PNADs. Contudo, como apresentado no Capítulo 2, a maior distribuição de renda no Brasil nas décadas de 1990 e 2000 ocorreu principalmente pelo aumento da renda dos estratos mais pobres e, uma vez que a proporção desse estrato em Porto Alegre é pequena quando comparada com as outras capitais brasileiras, levanta-se a hipótese de que uma melhoria no Gini não ocorreu de forma inercial a partir das ações do governo nacional, pelo motivo de sua população pobre ser relativamente baixa (IBGE, 2017a).

Foi realizado um levantamento de dados para que fosse possível comparar o desenvolvimento humano da localidade com aquele da cidade e foi verificado que estes são superiores nos indicadores do loteamento Jardim Cascata em relação à vila Glorinha. Comparativamente à cidade de Porto Alegre, há uma performance inferior da localidade Cascata-Glorinha em todos os indicadores que remetem ao IDH (Tabela 16, p. 95). A média de anos de estudos do responsável apresenta uma distância de 39,3% entre a localidade e a cidade de maneira ampla. A média etária, que quanto mais elevada pode indicar um menor número de nascimentos, menor mortalidade infantil e/ou uma maior longevidade, avançou em Porto Alegre em 4 pontos percentuais e, na Cascata-Glorinha, 5,3 pontos percentuais. Mesmo assim, a distância entre a área de estudo e a cidade continua sendo de 18,1%. A renda média do responsável pelo domicílio é o indicador em que a posição desfavorável da localidade mais se destaca: a distância entre a Cascata-Glorinha e a média da cidade foi de, 59,5% em 2000 e

58,3% em 2010. Observam-se, em suma, dois níveis de diferenciação: (1) o que é fruto da característica de vila (aglomerado subnormal, na nomenclatura do IBGE), que torna nítida a diferença entre vila Glorinha e o loteamento Jardim Cascata, e (2) aquele que diferencia toda a área selecionada no estudo de caso, um típico espaço das classes populares, do restante da cidade de Porto Alegre.

A questão racial no Brasil é um fator fortemente relacionado com a condição de pobreza monetária, de habitação precária, de baixa escolaridade (BRASIL, 2009) e a segregação nas capitais brasileiras, sobretudo em Porto Alegre, vai ao encontro da hierarquia observada no espaço social. A região Centro, que evidentemente ocupa posição privilegiada de acordo com as variáveis levantadas nesse estudo, possui sua população predominantemente autodeclarada branca. Enquanto que há maior concentração de pessoas pretas e pardas no arco pericentral e, de forma mais esparsa, nas regiões mais periféricas da cidade (Figura 5, p. 79), o que vai ao encontro do posicionamento dos AGSN na cidade (Figura 8, p. 90), fato que, dentre outros fatores, evolui a partir das ações oficiais de higienismo e branqueamento da área central que vêm ocorrendo na cidade desde o início do século XX, conforme tratado no item 3.2 (p. 72). A localidade Cascata-Glorinha torna-se um exemplo dessa repercussão: 53% da população dessa declara-se branca ou branco, contra 79% da cidade (Tabela 15, p. 94). Outra questão observada é a indiferenciação no quesito raça e cor dos setores internos à localidade estudada, que remete à ocupação conjunta desses e realça os fatores territoriais de condição de vila de forma a se sobrepor às questões raciais e de cor na pequena escala.

Na tipificação dos setores censitários de Porto Alegre segundo a renda média relativa, observa-se que o número de setores que apresentam renda média até a metade da renda média da cidade (Tipo 0) aumentou em 5% (Tabela 11, p. 85). O número de setores de renda média de uma a duas vezes a renda média da cidade (Tipo II) também se elevaram em 5%. Os tipos que diminuíram sua participação, portanto, foram aqueles de renda entre meio e uma vez a renda média e aqueles de renda acima de 2 vezes a renda média. A composição interna de cada setor possui caráter determinante para a leitura desses dados, uma vez que se trabalha com a renda média de cada setor. Apesar de não ter sido calculada a distribuição de renda interna de cada setor, o crescimento proporcional dos setores das extremidades (Tipo 0 e Tipo II) podem indicar uma maior seletividade residencial por renda em Porto Alegre. Essa hipótese vai ao encontro do que foi identificado por Silva (2011), quando este analisou a variação da desigualdade de renda do ponto de vista espacial em Porto Alegre nos anos de 1991 e 2000, e verificou um aumento da concentração espacial dos estratos de renda. A

criação de uma nova tipificação, o Tipo 0, que corresponde a valores de até a metade da renda média, trouxe uma contribuição complementar ao método de Silva (2011) pois, a partir dessa ação, pôde-se verificar a situação de renda dos aglomerados subnormais da cidade: a completude dos aglomerados subnormais apresentam renda inferior à metade da renda média da cidade.

Na escala da localidade, observa-se que todos os setores da área selecionada são do Tipo 0, e não apenas aqueles que são aglomerados subnormais, o que indica um posicionamento comum em relação à cidade como um todo quando analisados pelo quesito renda. Na abertura dos dados de renda pelos seis setores estudados e pela divisão de área normal e subnormal (Gráfico 2, p. 96 e Gráfico 3, p. 97), observa-se, contudo, uma diferenciação interna da composição da renda real dos responsáveis por domicílio. Enquanto na vila Glorinha passou-se de uma concentração nas Faixas 1 e 2 em 1991 para um perfil Faixas 2 e 3 em 2000 e Faixas 3 e 4 em 2010, o loteamento Jardim Cascata manteve-se no espectro das Faixas 3, 4 e 5. Isso indica uma evolução da renda mais acentuada naquela área subnormal, apesar de esta ainda se encontrar atrás do perfil de renda da área normal da localidade. A renda média da cidade esteve na Faixa 5 em todos os anos.

Por fim, foram caracterizadas as áreas subnormais da cidade. A população de aglomerados subnormais na cidade esteve em processo de crescimento, porém a uma taxa menor do que o crescimento populacional da cidade como um todo. Tal afirmação tornou-se possível através da compatibilização dos dados de AGSN dos anos 2000 e 2010.

Na Cascata-Glorinha, como comentado anteriormente, houve um decréscimo populacional, liderado, sobretudo, pela área subnormal. Quanto às condições de moradia, observa-se que o serviço de água tratada foi atendido já nos anos 90, enquanto a grande melhoria no serviço de esgotamento sanitário ocorreu nos anos 2000. Em relação às variáveis escolhidas para condição de moradia, a área estudada está em patamar semelhante ao patamar da cidade como um todo. Os avanços no oferecimento dos serviços básicos aqui apresentados revelou um aparente nivelamento da localidade Cascata-Glorinha em relação à cidade vista de forma ampla.

A figura construída de Porto Alegre e da localidade Cascata-Glorinha a partir dos dados de população, desenvolvimento humano, raça e cor, tipos de renda e condição de habitação revelou um perfil muito segregado. Foi possível identificar a concentração de pessoas privilegiadas em termos socioeconômicos e predominantemente brancas, conforme critério de cor ou raça, na região Centro e transbordo, sobretudo, para as regiões Sul e

Noroeste. A alta segregação na escala cidade é vista em relação a todas as variáveis analisadas, com exceção das condições de moradia, em que há, em período mais recente, um nivelamento no oferecimento dos serviços básicos monitorados. Na escala localidade, apenas com a exceção das condições de habitação, há uma lacuna muito grande entre o patamar médio da cidade como um todo e o patamar relativamente inferior da localidade. Ao mesmo tempo, internamente à localidade, observa-se uma diferenciação entre os setores normais e subnormais em todos os quesitos, com exceção da variável raça e cor.

4 COTIDIANO DE UMA VILA

A exploração por dados oficiais realizadas no capítulo anterior apresentam uma face da estrutura urbana e socioeconômica necessária, mas que, por sua característica de amplitude e objetividade do levantamento de dados, omite aspectos do âmbito cultural, das vivências e das relações que são a essência dessa investigação calcada na questão físico espacial como campo. A abordagem escolhida considera o capital social como importante impulsionador na estrutura social e, para a população estudada, que se situa na base dessa estrutura, ousa-se falar de capital social como elemento para a subsistência, inclusive de modo mais imediato que o capital econômico. O processo de enraizamento se traduz nas redes sociais que, no espaço dos pobres (MARZULO,2005), como no qual esse estudo foi realizado, são extremamente calcadas nas relações familiares e de vizinhança próxima em que a proximidade física possui um peso considerável. No primeiro item desse capítulo são apresentados os preceitos de etnografia urbana que foram guia para a realização do trabalho de campo e as questões de técnicas conforme foram utilizadas. Em seguida, são apresentadas as informações coletadas no trabalho de campo a partir dos relatos memorados e da observação de campo, conforme foram evidenciadas as relações de desigualdade, seja na estrutura social e econômica, seja na estrutura físico-espacial. Por fim, são apresentadas três categorias de estratégias que os agentes assumem, a partir das diferentes relações com o espaço físico.

4.1 OBSERVAÇÕES DESDE O TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo foi realizado pelo corpo de pesquisadores⁴⁷ do projeto “Como anda a favela no Brasil? O discurso em definições e imagens”. Foi disponibilizado para a realização dessa análise o material composto de vídeos, fotos, áudios e caderno de campo desenvolvido por todos os pesquisadores, e não só pela autora dessa dissertação.

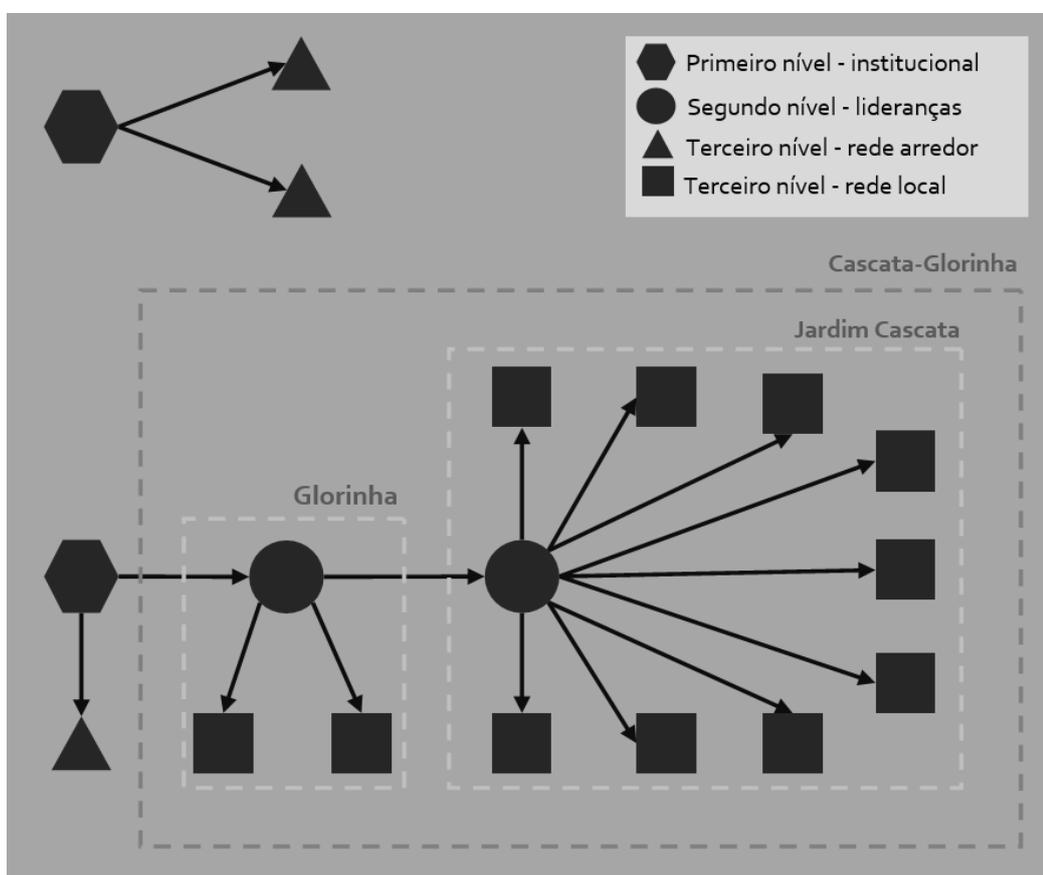
Realizaram-se entrevistas não diretivas (BOSI, 2009) com moradores e frequentadores da localidade Cascata-Glorinha e observação participante (BECKER, 1999), durante o período de novembro de 2017 a janeiro de 2019. Ressalta-se que a seleção de entrevistados não seguiu o princípio de amostragem, mas esses foram selecionados através da construção de

⁴⁷ Os pesquisadores que realizaram trabalho de campo foram o Professor Eber Pires Marzulo, a então mestranda Juliana Lang Pádua e o então bolsista de iniciação científica Dany Delfim Silberman, além da autora da dissertação.

rede de informantes. A temporalidade abordada nas entrevistas extrapolou o período de 1991 a 2010 proposto na análise de dados estatísticos.

A forma de tessitura da rede de informantes ocorreu em níveis: o institucional, o de lideranças e o de relações (conforme estrutura da Figura 11). A forma de acesso aos agentes entrevistados ocorreu através do circuito institucional, o primeiro nível quando visto do sentido de fora para dentro da rede social local.

Figura 10 – Representação da rede de informantes construída



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O primeiro contato foi realizado com uma creche localizada nos arredores da localidade, mas esse não foi frutífero no sentido de colocar os pesquisadores mais próximos da rede social local. O segundo contato, ainda no primeiro nível, foi com uma escola pública da localidade. Esse possibilitou a realização de entrevistas com funcionários da própria escola, além da provisão de outros contatos. Dentre os contatos disponibilizados pela instituição de ensino, os que renderam frutos foram aqueles de lideranças comunitárias, o segundo nível de aproximação. A partir disso, houve acesso às relações familiares, de

vizinhança e associativismo das lideranças locais, o terceiro nível de aproximação, e as entrevistas foram realizadas a partir da constituição de uma rede de informantes. Procurou-se diversificar os perfis dos entrevistados de acordo com a idade, gênero e local de moradia para a construção dessa rede de informantes; porém, esse movimento foi sendo traçado conforme as possibilidades das relações entre os moradores da localidade. A seleção dos agentes entrevistados, assim como as informações que foram trazidas nessa apresentação, são âmbitos de arbitrariedade da pesquisa e, portanto, de responsabilidade da autora (VELHO, 1986).

As entrevistas consistiram em encontros de duas a três horas de duração em que se questionou a história de vida dos agentes entrevistados, com direcionamento para as questões pertinentes à pesquisa, como seus hábitos de lazer e trabalho, de uso da cidade e suas impressões sobre a localidade através do tempo. A história de vida foi utilizada como dado (BECKER, 1999) e foi considerada a existência de viés por parte dos entrevistados e pelos próprios entrevistadores.

Os relatos devem levar em conta os fatores que influenciam a construção da narrativa, tais como a contaminação com a experiência da narrativa e a reflexão posterior por parte do narrador na reconstituição da memória. O contraponto feito a partir da presença do entrevistador, que neste caso vem de um ambiente externo e representa uma possibilidade de alavancar o poder de alcance dessa narrativa, além de pertencer a uma realidade alheia, também deve ser considerado como fator de influência na narrativa da memória. (PÁDUA et al., 2019, p. 3)

Não se tem o objetivo de retirar esses vieses das narrativas. Considera-se que os vieses fazem parte do dado de pesquisa. Os dados, por passar pelo filtro dos entrevistadores, portanto, não são considerados puramente da autoria dos entrevistados, mas derivado da experiência do contato entre entrevistado e entrevistador. Os dados das entrevistas e observações dos participantes foram utilizados para a constituição, a partir da memória dos habitantes da localidade, de um relato coletivo que foi sendo tecido desde a primeira entrevista, ganhando detalhamento e complexidade conforme foram sendo adicionados outros relatos, formando o corpo da memória coletiva (BOSI, 2009). Foram realizados diários de campo e gravações de áudio das entrevistas com o consentimento dos entrevistados. Algumas entrevistas foram individuais, outras, principalmente aquelas com idosos, tiveram a presença de familiares ou amigos. Destaca-se uma entrevista com uma senhora septuagenária, realizada na área externa de sua casa, em que estavam presentes mais sete membros de sua família ampliada, sendo todas mulheres e compondo quatro gerações. De modo geral, os encontros foram realizados na residência do entrevistado, mas houve casos de entrevista em outra residência ou, em um caso, na dependência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS), em decorrência da entrevista com uma moradora que cursa graduação e trabalha na UFRGS. Ao todo foram realizadas dezenove idas ao local, totalizando dezoito entrevistas e duas visitas com o objetivo de reconhecimento da localidade. Estas visitas abrangeram toda a localidade estudada e foi possível conversar com diversos moradores, sem, no entanto, contar com a realização de entrevista direcionada. A Figura 11 traz o perímetro dessa área e os pontos de referências citados ao longo do capítulo.

Figura 11 – Localidade Cascata-Glorinha com referências dos pontos citados no capítulo



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os perímetros no Mapa indicam as sublocalidades que compõem a Cascata-Glorinha. Em vermelho, está delimitado o loteamento Jardim Cascata, segundo definido pela PGM de Porto Alegre em documento sobre as áreas da cidade em vista de regularização (PGM-PMPA, 2015). Já o perímetro da vila Glorinha, em azul, está informado em documento do DEMHAB sobre as vilas de Porto Alegre. Expõe-se a divisão, por parte dos órgãos institucionais, das sublocalidades por critérios de regularidade/irregularidade da ocupação. A sobreposição dos limites das sublocalidades indica, conforme os critérios tomados em conta, a fluidez das territorialidades. Nesse sentido, têm-se também os limites sugeridos pela divisão de AGSN, em que aquele que corresponde à vila Glorinha, formado pelos setores censitários #1, #2 e #3,

e sem correspondência com os limites indicados pelo DEMHAB, conforme tratado anteriormente (Figura 9, p. 92).

Para além das definições formais, observou-se que o loteamento Jardim Cascata também fora conhecido como vila Jardim Cascata, como se encontrou referenciado em documentos do OP de 1992 e 2006 (PMPA, 2015), um indicativo que mesmo a divisão regular/irregular não é tão clara na localidade Cascata-Glorinha. O loteamento Jardim Cascata e a vila Glorinha eram, como afirmam os entrevistados de primeira e segunda geração, uma só coisa; contudo, a forma de ocupação por loteamento informal ou sem estrutura viária, e as melhorias urbanas distribuídas de forma desigual, condicionaram uma diferenciação social interna à localidade, sendo o loteamento Jardim Cascata aquele de maior *status*, conforme é explicitado nas informações sobre a população e infraestrutura apresentadas no capítulo anterior.

O número de entrevistas realizado foi definido ao longo do processo. Um critério de interrupção da etapa de entrevistas foi a repetição das informações sobre o local e sobre as questões práticas da vida dos entrevistados que interessavam para os objetivos da pesquisa, apesar da multiplicidade de histórias pessoais. Outra questão colocada foi a dificuldade de acesso à população nas áreas mais acima do morro, pelo lado da vila Glorinha (face noroeste), onde as moradias são mais esparsas, o terreno possui vegetação mais densa, e há menos pontos de encontro onde se pudesse realizar uma abordagem menos invasiva (tal como um comércio ou escola). Esses moradores foram incluídos de forma conforme possibilitado pelas indicações da rede de informantes. A presença de habitantes da vila Glorinha em menor número está vinculada ao fato do menor contato dos moradores com os informantes, especialmente considerando a população mais ao topo do morro, apesar de ocuparem a mesma localidade. O Quadro 5 abaixo apresenta um resumo das principais características dos entrevistados.

Quadro 5 – Característica dos entrevistados: grupo de idade, gênero e nível de aproximação

Características	Número de entrevistados
Gênero	
Feminino	12
Masculino	6
Localidade	
Arredores	5
Sublocalidade J. Cascata	10
Sublocalidade Glorinha	3
Nível de aproximação	
Institucional	3
Liderança	2
Rede social (local e arredores)	13
Grupo de idade	
15-30	5
30-50	3
50-60	5
60-80	5

Fonte: Elaborado pela autora.

A realização de entrevistas predominantemente com mulheres revela um aspecto marcante não só dessa comunidade, mas de espaços dos pobres em geral, que é o papel de cimento social exercido pelas mulheres (PEARLMAN, 2002). Segundo observado, são predominantemente elas que trazem a estabilidade, se preocupam com as tarefas de manutenção da vida (como cozinhar, cuidar das crianças e dos velhos), resolvem conflitos e, como se vê em período mais recente, estabelecem o contato com as instâncias institucionais. Notou-se uma tendência das mulheres em se disponibilizarem e se indicarem para as conversas com o grupo de maneira mais frequente do que os homens. Por esse motivo, foi necessário buscar o subgrupo masculino através da ênfase na importância de diferentes pontos de vista para a pesquisa. Mesmo assim, o número de homens entrevistados foi muito inferior.

Em relação à localização espacial, os moradores foram divididos entre moradores dos arredores e moradores das sublocalidades que compõem a localidade Cascata-Glorinha, a vila Glorinha e o loteamento Jardim Cascata. As pessoas que habitavam os arredores foram aquelas contatadas pela primeira aproximação institucional em uma creche particular nessas localidades (Figura 11, p. 106). Neste primeiro momento, não havia o conhecimento de que o local em que a creche se encontrava não pertencia à localidade, pois está fisicamente muito próxima. Barreiras tanto naturais (uma estreita faixa de mata densa que separa a rua da creche da área Cascata-Glorinha), quanto subjetivas, pois há uma compreensão dos moradores do entorno de que eles próprios estão integrados à cidade formal, enquanto os moradores da

Cascata-Glorinha são os informais, separam a Cascata-Glorinha da área imediatamente ao lado. Por mais que esses primeiros contatos não puderam trazer a visão de locais, foram colhidas informações intermediárias importantes que facilitaram a escolha de abordagem quando houve a aproximação aos moradores da Cascata-Glorinha.

Foi necessário, portanto, um segundo contato institucional, realizado em uma escola pública de nível fundamental (Figura 11, p. 106), para acessar os moradores e frequentadores da área em foco. A concentração de entrevistas na sublocalidade Jardim Cascata ocorreu pela maneira como foi construída pela rede de informantes, que se consolidou mais imediatamente a partir de lideranças ali constituídas e através de laços de confiança mútua. Para a tessitura da rede de informantes na sublocalidade vila Glorinha, foi necessária uma postura mais atuante, pois se notou uma maior desconfiança com externos entre os moradores dessa sublocalidade.

O nível de aproximação foi afinando de forma gradual. A técnica de angariamento de entrevistados através de indicações partiu do primeiro e do segundo nível de aproximação: o institucional e lideranças comunitárias (Figura 10, p. 104). O pedido de indicação foi feito também aos entrevistados de terceiro nível que, ao final de cada entrevista, eram questionados sobre algum conhecido que por ventura aceitaria conceder entrevista. Nesse momento, procurou-se direcionar o questionamento para os subgrupos faltantes, como, por exemplo, através de perguntas do tipo: “Tu, por acaso, conheces algum homem de meia idade que se disponibilizaria a conversar conosco?”. Mesmo que diversos nomes tenham sido fornecidos a partir dessa solicitação, só se efetivaram aqueles contatos em que as lideranças comunitárias serviram como mediadoras. De certa forma, isso ocorreu por uma escolha dos pesquisadores em não se sobrepor à ordem local, e de garantir que os interesses da pesquisa fossem assimilados pelos contatados utilizando, com consentimento, da legitimidade que a mediação das lideranças proporciona. Este meio artesanal (BECKER, 1999) de construção de rede de informantes funcionou muito bem para a variabilidade de entrevistados por grupo de idade, como se vê no quadro anterior (Quadro 5, p. 108).

A divisão por ocupação não foi um critério utilizado como guia para a definição dos agentes entrevistados como foram idade, gênero e sublocalidade (Quadro 5, p. 108), entretanto, mostrou-se uma informação relevante na análise. O Quadro 6 abaixo apresenta de forma resumida a ocupação principal dos entrevistados. A ocupação principal foi deduzida a partir das narrativas do cotidiano de cada um e não através de autodeclaração. As narrativas revelaram a diversidade de atividades que o grupo exercia. Era comum ter aqueles que realizavam duas ou até três atividades para gerar renda, enquanto outros não realizavam

nenhuma atividade remunerada, apesar de se ocuparem com atividades de mesmo ou até maior reconhecimento social do que aquelas remuneradas. É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas em dias de semana e em horário comercial, restringindo o universo de variabilidade de ocupações. Dentre os entrevistados residentes da localidade, a maior parte se ocupava de atividades com horários flexíveis sendo, por exemplo, marceneiros, trabalhadores do comércio local, tele-entregadores e cuidadores. Muitos relataram mudanças frequentes de emprego. A maioria relatou a entrada precoce no mercado de trabalho, entre 14 e 16 anos de idade. Os menores de idade relataram experiência no Programa Jovem Aprendiz instituído em 2000 através da Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2000), em relatos que revelavam uma busca por trabalho em função do desinteresse na escola. Entretanto, o programa que estabelece o vínculo de trabalho desses jovens tem como exigência a matrícula e frequência na escola, gerando ires e vires tanto nas atividades laborais, quanto na escola. Os entrevistados aposentados relataram realizar, quando hábeis para tanto, trabalhos de manutenção doméstica e de cuidado com as crianças e idosos.

Quadro 6 – Ocupação principal dos entrevistados

Ocupação	Número de entrevistados
Aposentado (a)	5
Cuidados domésticos / comunitário	2
Estudante	2
Pequeno (a) empresário (a)	2
Serviços (com carteira assinada)	4
Serviços (sem carteira assinada)	3

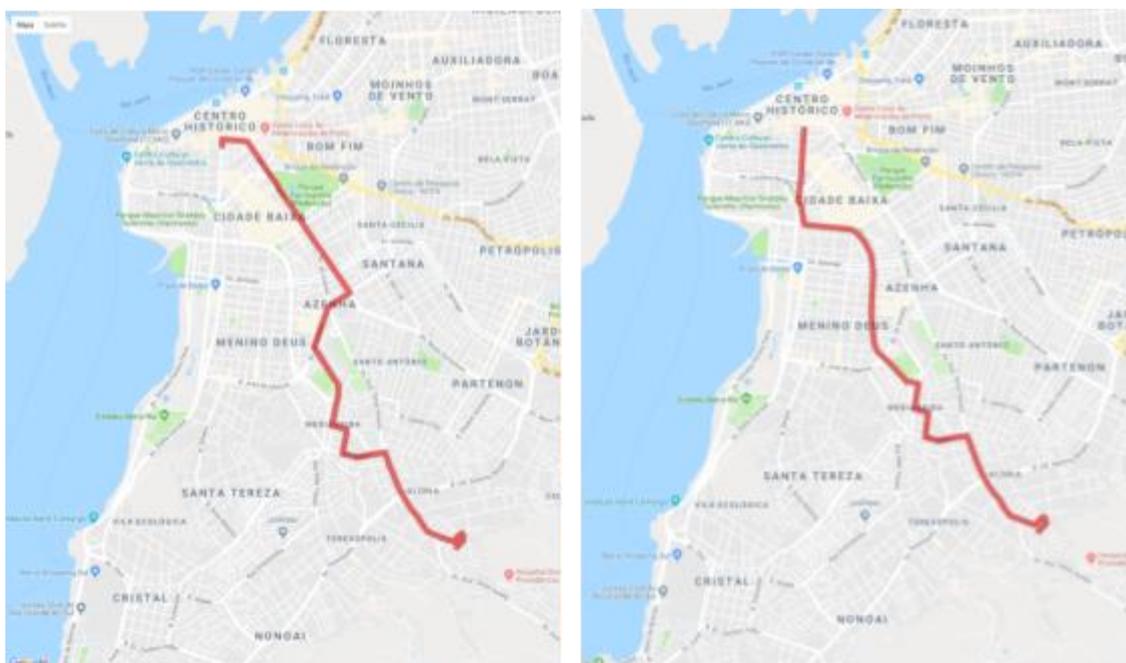
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nas entrevistas, foi revelado sobre a fonte de renda e ocupação da família e amigos dos entrevistados, de forma complementar às informações em primeira mão, possibilitando uma abrangência maior da análise desse aspecto. Observou-se, entre as mulheres, ser muito frequente as ocupações em salões de beleza e estéticas. Outras ocupações que apareceram foram de *telemarketing*, limpeza e portaria de edifícios (através de vínculo terceirizado), cobrador de ônibus e serviço em restaurantes. Dentre os mais jovens, foi mencionado que aqueles do sexo masculino em geral não tinham trabalho fixo e faziam pequenos serviços conforme demanda da vizinhança, com “bicos” na construção e corte de cabelo à máquina. Entre as jovens do sexo feminino, a situação não se diferencia muito; essas, em geral, não possuem uma ocupação fixa, mas procuram obter renda através da venda de produtos, como *lingerie* e produtos de beleza.

4.2 RELATO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

Os meios de transporte utilizados para percorrer o trajeto entre a Faculdade de Arquitetura da UFRGS, o ponto de encontro dos membros da pesquisa, e a localidade foram, de praxe, o serviço de transporte particular por aplicativo, para o trajeto de ida, e ônibus, para o trajeto de volta. A utilização do transporte público foi facilitada pela localização central do campus universitário, pois as duas linhas que servem à comunidade partem do centro da cidade, conforme é ilustrado na Figura 12.

Figura 12 – Trajetos das linhas de ônibus 274.1 (esquerda) e 274 (direita)



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As linhas 274 e 274.1 que servem à localidade fazem praticamente o mesmo trajeto: saem do centro e têm o ponto final no loteamento Jardim Cascata. A diferença entre as duas linhas está nos bairros que elas cruzam: enquanto a linha 274.1 percorre o bairro Farroupilha, Santana e Azenha, a linha 274 avança sobre o bairro Praia de Belas e Menino Deus. A frequência, conforme informado pela companhia de ônibus, é de 30 minutos nos dias da semana, alternando a saída de uma e de outra, tendo-se, portanto, ônibus até o centro de 15 em 15 minutos. Nos finais de semana o intervalo entre os ônibus é de 40 minutos no sábado e 50 minutos no domingo. Além dessas linhas que vão até um ponto dentro da localidade (Figura 11, p. 106), há um micro-ônibus chamado de alimentadora que percorre as ruas do loteamento

Jardim Cascata recolhendo aqueles mais distantes e os levando até o ponto de ônibus. O intervalo de passagem da alimentadora também é de 30 minutos, apesar dos entrevistados relatarem que o tempo de espera está mais próximo de 40 minutos.

A grande maioria dos entrevistados não possui veículo próprio e todos citaram o transporte público como principal meio de locomoção. A relação com a cidade é, portanto, condicionada pelo trajeto do ônibus, fator observado pela importância do centro da cidade na vida dos entrevistados de todas as gerações.

A estrutura de transporte de Porto Alegre é organizada de forma radial em que o centro concentra todos os canais de acesso à cidade, tornando a conexão com esse chave para os moradores da Cascata-Glorinha. Quanto ao serviço de transporte público, as principais observações feitas pelos entrevistados foram: a demora entre as linhas, a ausência de possibilidade de locomoção à noite e o alto preço da passagem que, atualmente (Abril de 2019), custa R\$ 4,70. O peso do preço da passagem no orçamento dos entrevistados é revelado quando muitos contaram que percorrem distâncias não irrisórias a pé ou de bicicleta, tomando horas do seu dia em função do transporte, apesar de se localizarem na periferia imediata do centro. As travessias a pé e de bicicleta são dificultadas pela altitude da localidade, que se encontra entre 100 e 200 metros, e pelos diversos desníveis do percurso da Cascata-Glorinha até o centro da cidade.

A utilização de transporte particular por aplicativo mostrou outro aspecto do isolamento social da Cascata-Glorinha. Algumas situações evidenciadas foram a reação negativa dos motoristas ao entrar nas ruelas do morro em plena luz do dia; a orientação, por parte de uma moradora local aos pesquisadores, de que solicitassem ao motorista que parasse o carro uma quadra antes do destino final para que esse pudesse manobrar com mais facilidade e segurança; e a ocasião em que foi necessário voltar de transporte particular por aplicativo de uma visita realizada no sábado e observou-se que quatro motoristas declinaram a corrida pelo aplicativo, fato que tinha sido previamente comentado nas entrevistas através dos relatos de que é costume caminhar até uma via fora da localidade para chamar o serviço de transporte particular por aplicativo, sobretudo à noite.

Apesar dessas limitações da locomoção que não são observadas nas áreas mais ricas e centrais da cidade, percebeu-se um reconhecimento de que, dentre os espaços das classes populares da cidade, a Cascata-Glorinha é privilegiada por ter ônibus e asfalto, apesar dessas estruturas serem restritas à área do Jardim Cascata e que a vila Glorinha se beneficia apenas pela proximidade. Houve comentários sobre os ônibus que vêm de vilas mais distantes que

jocosamente os entrevistados chamaram de “barrão”, o que remete à sujeira que os usuários do transporte público carregam em seus calçados para dentro do ônibus por caminhar por ruas sem calçamento, revelando um aspecto de diferenciação entre as vilas da cidade. Outra comparação feita foi entre o passado da própria localidade e os dias atuais. Nas primeiras décadas da ocupação da Cascata-Glorinha, entre os anos de 50 e 60, o único transporte público disponível era o bonde e esse tinha o fim da linha a aproximadamente 1,5 km de onde é o atual fim da linha do ônibus do Jardim Cascata. Os bondes de Porto Alegre foram completamente desativados em 1970, e então o transporte passou a ser de ônibus, mas este não entrava na localidade. Em 1994 e 1995, a partir de uma demanda atendida no OP (a relação completa das demandas da localidade no OP encontram-se no Apêndice A), algumas ruas do loteamento Jardim Cascata foram asfaltadas e foi construído ali um ponto de ônibus. Na Figura 13 está indicado o ponto da parada de ônibus com o número dois (2) tanto na planificação, para captar sua localização geográfica, quanto no corte, para captar a sua altitude.

Figura 13 – Pontos de referência em mapa planificado e mapa em corte



Fonte: Silbermann (2019) – pesquisador vinculado ao GPIT.

O percurso de entrada na Cascata-Glorinha, desde o sopé do morro até as últimas habitações, praticamente no topo do morro da Glória, apresenta uma diversidade de paisagens, conforme ilustrado nas Figuras 14, 15 e 18. Estas, respectivamente, trazem fotos dos arredores da localidade a partir do acesso ao Jardim Cascata no sopé do morro, de uma rua no interior do Jardim Cascata na face oeste do morro da Glória e de um acesso no alto da vila Glorinha, na face norte do morro. Esses três pontos estão indicados na Figura 13 (p. 113) como os pontos 3 (entorno), 1 (loteamento Jardim Cascata), e 4 (vila Glorinha).

Figura 14 – Face de quadra (acima) e rua asfaltada em arredores formais de Cascata-Glorinha (abaixo)



Fonte: Acervo de imagens do GPIT (2019).

Frame de vídeo realizado no trajeto de ônibus (acima) e foto elaborada em oficina de fotografia para mulheres (abaixo).

A mudança nas condições urbanas durante o percurso de entrada na Cascata-Glorinha passa de arredores com ruas dimensionadas para dois veículos, calçadas amplas e casas antigas e simples, porém com ocupação do lote padronizada, rebocadas e pintadas, na sua maioria em alvenaria. Um elemento massivamente presente nesse arredor imediato, mas também dentro da localidade, é a grade, o que indica a insegurança percebida pelos moradores.

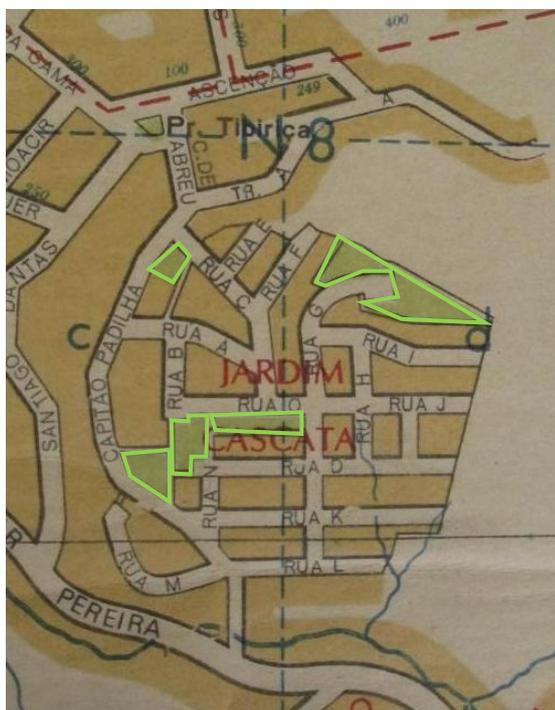
Figura 15 – Face de quadra (esquerda) e acesso ao pátio (direita) em loteamento Jardim Cascata



Fonte: Acervo de imagens do GPIT. Fotógrafo: Diogo Vaz (2018).

Ao entrar no Jardim Cascata ainda há presença de asfalto, mas as ruas se estreitam e as calçadas são quase inexistentes. Concomitante à presença de pavimentação, há caminhos de trilha de pedras e escadas que facilitam a locomoção dos moradores no terreno íngreme, conforme é apresentado na Figura 15, imagem à direita, que mostra o acesso a um pátio em nível mais baixo, visto a partir da rua. As casas são em sua maioria de alvenaria, sem reboco e com aspecto de obra em andamento. A forma de ocupação dos lotes é mais densa e desordenada, além de haver um transbordo dos lotes de forma que são tomados elementos do espaço público como a calçada e até mesmo de áreas previamente destinadas ao lazer, como foi informado pelos moradores da primeira e da segunda geração. Na Figura 16 são indicadas as áreas comuns em verde em um mapa antigo, e na Figura 17 uma imagem atual de satélite em que se observa como essas áreas foram loteadas e ocupadas.

Figura 16 – Indicação das áreas destinadas para área comum em mapa antigo



Fonte: Elaborado pela autora com base em Klettner (1993).

Na Figura 17 abaixo é possível identificar cinco áreas verdes no território do Jardim Cascata: três contíguas circundadas pelas ruas Capitão Padilha, B (atual Ocidente), O (Planalto), G (Jânio) e D (Irmãs Paulinas); uma área pequena mais próxima da Glorinha no cruzamento das ruas Capitão Padilha e C (Ulysses Guimarães); e uma no limite da rua G (Jânio Quadros), com a área de preservação em cor mais clara no mapa.

Figura 17 – Indicação das áreas destinadas para área comum em foto de satélite atual



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em foto atual de satélite é possível identificar que tais áreas verdes, que seriam destinadas a áreas de lazer ou preservadas por serem muito íngremes, foram loteadas e ocupadas, o que causa risco para as ocupações. Apesar de o loteamento Jardim Cascata ter sido delimitado por lotes e vias já nos primórdios do seu povoamento, a forma de ocupação não se afasta muito daquela vista na vila Glorinha.

Figura 18 – Vista de um pátio (esquerda) e entrada de acesso (direita) na vila Glorinha



Fonte: Fotos do acervo de imagens do GPIT. Fotógrafo: Diogo Vaz (2018).

Na sublocalidade vila Glorinha há uma via central parcialmente asfaltada e diversos acessos, vielas estreitas e peatonais, que são popularmente chamados de *becos*. Em alguns acessos da vila Glorinha foram construídas escadarias pelo poder público, em outros, os próprios moradores realizaram melhoramentos, como é o exemplo trazido na Figura 18 (direita), utilizando as pedras do local e alvenaria. Contudo, ainda há muitos becos sem melhoramento algum. A maioria das construções da vila Glorinha se assemelha às daquelas do Jardim Cascata, construções de alvenaria adaptadas, não padronizadas, com reaproveitamento de materiais e com ausência de revestimento externo (Figura 18, esquerda). Mais acima do morro, no limite com o mato, há habitações paupéries, barracos de madeira e de outros materiais improvisados.

Muitos entrevistados da primeira e segunda geração comentaram que quando chegaram na localidade, toda a família morava em uma única peça, alugada ou cedida por parentes que chegaram previamente. Relata-se que até o final dos anos 1970 as casas nessas áreas eram predominantemente de madeira e as construções nos lotes eram mais esparsas. Com o assentamento e ampliação das famílias, moradias do mesmo tipo, de madeira e com poucos cômodos, continuaram a serem construídas. Uma mudança generalizada nas técnicas de construção das casas em direção à alvenaria veio no final dos anos 80 e 90, e parte se deve a programas do governo de subsídio à autoconstrução, como o programa João de Barro do BNH. Ressalta-se, também, a concomitância do avanço das técnicas de construção com as melhorias urbanas na região, que começaram no final dos anos 80 e continuaram por toda a década de 90 e 2000.

A ampliação das moradias e a densificação dos lotes acompanhou o crescimento das famílias, quando a segunda e a terceira geração passaram a constituir seus núcleos familiares e a demandar espaço próprio. Define-se como núcleo familiar a emancipação, mesmo que parcial, de qualquer combinação de relações, como aqueles entes que passam a constituir família com uma terceira pessoa e seus descendentes, famílias monoparentais, ou ainda aqueles que se emancipam unitariamente. A emancipação dos núcleos é parcial por que há codependência entre eles, o que se chama de família ampliada. O modo de ocupação espacial da família ampliada denomina-se pátio, local onde são construídas unidades habitacionais conforme a família da ocupação inicial se expande, de praxe através das alianças conjugais praticadas pelas gerações seguintes, e partilha um espaço comum.

[O pátio é o] elemento socioespacial relacionado à organização habitacional da família ampliada de classe popular. Um elemento indissociável da ideia de pátio é o

tempo, pois é a sedimentação lenta da família e seu crescimento vegetativo que transmuta e requalifica um lote habitacional comum em um pátio. Esse transmutar-se, encontrar a solução mais viável para a ampliação familiar, dadas as condições da materialidade e também dada a importância de manter estreita a malha de relações no ambiente da vila, é o próprio estado de pátio: sempre em obras, sempre em movimento (HYPOLITO et al., 2019, p. 3).

A ideia de pátio é chave para a compreensão das relações na vila que são altamente dependentes do enraizamento. As unidades habitacionais de um pátio possuem autonomia uma em relação às outras, o que proporciona certa privacidade para os núcleos familiares. Porém, o conceito de privacidade deve ser relativizado uma vez que a convivência e o compartilhamento na família ampliada, aquela formada pelos diversos núcleos do pátio, são intensos. Exemplos dessa interação são os momentos de refeição compartilhados, em que há a otimização por ganho de escala nessa atividade; ao cuidado compartilhado de crianças e idosos mais debilitados por aqueles que eventualmente estão desempregados; e também pela constante manutenção da segurança do local, pois há presença constante de membros da família no lote, além de um movimento intenso de pessoas. A livre circulação de pessoas entre os núcleos habitacionais ocorre de forma mais intensa naqueles da primeira e da segunda geração, intensificando a necessidade de privacidade conforme há assimilação de valores individualistas. Estes são trazidos, principalmente, pelo contato com a cultura dominante, o que ocorre predominantemente com aqueles que trabalham com vínculo empregatício ou estudam fora da localidade. Esses valores individualistas estão presentes no cotidiano da localidade, mas de forma sutil. A coletividade incentivada pela lógica da necessidade e amparada pela existência da malha de relações estreitas ainda se sobressai.

A essa interdependência geracional, encontramos paralelo com a organização das famílias rurais, tendo em comum, entre essas, a lógica da necessidade. A configuração arquitetônica [do pátio], por sua vez, a forma com que as famílias respondem às necessidades da vida de pobres urbanos, tem sua raiz nas heranças africanas e nos hábitos religiosos, fator presente em diversos elementos nos pátios: as plantas que remetem à presença de entidades e a casa dos orixás, onde mora o Bará, orixá mensageiro, em geral vermelha, podendo ser de outra cor se for a tinta que a família dispuser (HYPOLITO et al., 2019, p. 4).

Foi citada a vinda das famílias em função de algum conhecido já estabelecido na capital, um amigo ou parente, que recebera os recém-chegados desde a constituição inicial da Cascata-Glorinha. Percebeu-se, também, que há famílias tradicionais que constituíram a comunidade e que se relacionam entre si, resultando em pouca abertura para pessoas sem vínculo com os moradores estabelecidos. Circular e estabelecer moradia onde já há rede social aparenta ser um aspecto comum a outros espaços dos pobres da cidade e é um aspecto

importante da lógica da informalidade. Tal conclusão foi possível pelos relatos de agentes que não possuem recursos para se sustentar devido uma eventual perda de emprego e que foram, nesse período de dificuldade, amparados pela família ampliada, ou seja, os habitantes do mesmo pátio; assim como pelo relato da jovem que não possui fonte de renda, mas se ocupa do cuidado das crianças das famílias coabitantes do pátio e que agora, recém-mãe, mudou-se para seu próprio apartamento dentro do pátio. Não só dentro do pátio que a cooperação está presente: foi relatado o episódio em que um líder comunitário que possui contatos particulares com funcionários da Central de Abastecimento (CEASA) angariou um carregamento de batatas que foi, a partir de sua rede, distribuído para os outros moradores da localidade. Outro caso relatado é de uma moradora que trabalha em uma gráfica e leva para casa material de embalagens para serem montadas e divide o serviço e o rendimento com aqueles, da família ampliada ou não, que estão precisando de dinheiro, prática que poderia ser classificado como uma terceirização informal de serviço.

A relação desse tipo de enraizamento observado, baseado na coexistência com os costumes religiosos, foi uma informação revelada aos poucos e, quando foi efetivamente evidenciada, conectou diversos pontos da narrativa. Muitos haviam relatado episódios em que doações entre os agentes eram realizadas, fato que era, em princípio, identificado como cooperação, sem que fossem questionadas as motivações dessas doações. Em um caso em que uma idosa contava como aconteceu a construção da sua casa até a configuração atual, essa comenta que recebeu de doação o material de construção de um vizinho que era seu “afilhado de religião”, fato que, ao ser questionado, mostrou-se como uma prática comum. As relações de apadrinhamento pela instância religiosa é uma maneira de expandir as relações familiares de sangue e ampliar a malha estreita.

Uma autoridade religiosa local disse, contudo, que as relações de religião aparentam estar em um momento de enfraquecimento. Esta autoridade havia perdido recentemente um ente de sua família, que iria suceder sua posição na religião, em um episódio de ação violenta do tráfico de drogas. Logo, o fato, que em si já possui motivos de sofrimento, intensificou-se pela violação da instância religiosa por parte do tráfico, o que há alguns anos não ocorria. Um dos motivos do aumento da violência está na disputa por território entre facções, que inclusive é mais um fator que impõe diferenciação entre as sublocalidades vila Glorinha e Jardim Cascata. Essas sublocalidades são rivais na instância do tráfico e, por esse motivo, seus moradores, envolvidos ou não com essa atividade, são tacitamente impedidos de frequentarem a sublocalidade vizinha por motivos de segurança.

O posicionamento na estrutura social local, além do seu papel passivo de servir como garantia de contratos e do aspecto ativo de ser chave para a subsistência, tem se apresentado como mecanismo de sobrevivência em tempos mais recentes. A presença do tráfico como força coercitiva reforça a necessidade de se aliar com as redes tradicionais. Esse fato foi revelado em entrevista, por jovem da terceira geração de moradores pertencente a uma família muito tradicional, em que a matriarca é uma senhora que possuía creche em sua casa e que, por esse motivo, é conhecida e querida por praticamente todos os moradores. Tal jovem relata ter levado amigos de outra vila da cidade a uma festa na localidade e esses acabaram por sofrer ameaças com armas de fogo pelo poder do tráfico local. A jovem conta que só conseguiu proteger a si mesma e a seus amigos por ser filha e neta de figuras conhecidas e queridas na comunidade. Contudo, foi observado que o poder do tráfico tem se sobressaído ao das autoridades tradicionais locais em tempos mais recentes, como absolutamente todos os entrevistados relataram. Houve uma mudança percebida nos últimos cinco anos no comportamento do tráfico, que passou a utilizar armamento mais pesado, a investir com violência mais frequente e em horários anteriormente raros, como durante o dia, e a praticar homicídios na própria localidade, motivados principalmente por rixas entre facções.

O uso da cidade pelos moradores da Cascata-Glorinha varia pela natureza das atividades praticadas. Os locais em que moram os conhecidos desses moradores são, em geral, outras vilas da cidade; a vila Cruzeiro e a Restinga foram citadas diversas vezes. A Restinga, principalmente, foi indicada pelos moradores como um local que concentra grande parte da população dos moradores que saíram da Cascata-Glorinha. Essa localidade se encontra a mais de vinte quilômetros do centro da cidade, uma troca que intrigou os pesquisadores, uma vez que a Cascata-Glorinha é muito mais bem localizada. Os entrevistados comentaram que uma das vantagens da Restinga é que já existe uma comunidade conhecida e apontam a violência como principal incentivo para deixarem a Cascata-Glorinha. Percebe-se que há uma conexão, do ponto de vista da relação entre moradores, da localidade com as vilas da cidade, e até das vilas das cidades ao redor, como Alvorada e Viamão, que não são cultivadas com os espaços do circuito da classe média da cidade. Outras partes da cidade são frequentadas para trabalhar, usar os hospitais e para lazer, como ir ao *shopping center*. O centro possui papel de destaque pelos serviços disponíveis e também por ser local de algumas festas populares de rua, como rodas de sambas e pagodes de tropa. Além dessas festas de rua, os jovens comentam que costumam frequentar os bailes de outras áreas da cidade, como o Baile da Tuca, localizado no

Campo da Tuca, bairro Vila João Pessoa, e que o fazem porque não há mais locais para diversão na localidade em que moram: todos fecharam em função da violência.

Outro motivo de deslocamento muito presente é o estudo. Há uma escola de ensino fundamental mantida pelo estado próxima à Glorinha e que atende, sobretudo, as crianças e jovens dessa sublocalidade. A escola, como foi relatado, enfrenta dificuldades para manter professores, que trabalham para mais de uma escola e se deslocam até a vila para lecionar poucos períodos e, muitas vezes, preferem abrir mão desse trabalho, pois avaliam que o risco que correm nesse deslocamento até a vila não compensa as poucas horas trabalhadas. Por esse motivo, torna-se difícil para a administração programar as grades de horários. Manter os alunos na escola também é um desafio, do ponto de vista dos funcionários e funcionárias da escola que, como mencionado, foi o primeiro contato dos pesquisadores do trabalho de campo com a localidade. Há maior expectativa de ascensão social por vínculo com o tráfico de drogas do que pelo estudo por parte dos alunos. As crianças e jovens que frequentam essa escola são muito pobres, mesmo na hierarquia do local, e não costumam sair do entorno da localidade. Além da escola estadual de ensino fundamental, há uma creche no interior da vila Glorinha que foi pleiteada no OP e construída no ano de 2010 (Apêndice A). Havia, no Jardim Cascata, uma escola de educação infantil, mas foi desativada. As outras escolas frequentadas encontram-se tanto no bairro Glória, quanto em bairros mais distantes, como Cidade Baixa, na região Centro do OP, que, apesar de distante, está próxima ao percurso do ônibus. A escola citada mais perto da localidade encontra-se a 1,5 quilômetros da localidade e a mais distante a seis quilômetros.

Como recém mencionado, não há muita expectativa de ascensão social através do estudo entre os moradores de Cascata-Glorinha. O abandono escolar e a repetência de ano são frequentes e normalizados. Os casos que se distanciam um pouco dessa lógica são, de acordo com as informações colhidas na rede construída, todos de jovens mulheres que enxergam na educação uma possibilidade de quebra do ciclo da informalidade. Essas, predominantemente, são a primeira geração de suas famílias a acessarem ensino superior. Essa possibilidade decorreu, nos casos em que se teve contato, pelas inovações nas formas de custeamento de estudo, através do Fundo de Financiamento Estudantil (BRASIL, 2001), da facilitação de entrada da população pobre e preta à universidade pública (BRASIL, 2012) e pela flexibilização dos horários das aulas que permitem que as jovens trabalhem. Mesmo assim, a raridade dos casos de pessoas que avançaram nos estudos mostra que os fatores casuísticos ainda se sobrepõem às facilitações de ordem institucional. Essas jovens que atingiram o

ensino superior não possuem tanto entrosamento na malha social da localidade – fato reconhecido por elas e por pessoas próximas –, e tendem a estabelecer relações e vínculos nos ambientes de trabalho ou de estudo, em que a concepção moderna de individualidade prevalece. Esse comportamento reflete a ambição dessas jovens, sem causar uma negação das normatividades sociais locais, mas uma percepção de não pertencer totalmente à mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quatro capítulos percorridos nessa dissertação foram elaborados na tentativa de apresentar uma face da relação entre a desigualdade econômica e a desigualdade urbana, a partir da perspectiva da posição dos pobres urbanos na estrutura social. Iniciou-se com a exploração do conceito de desigualdade, definindo aquele que fora carregado até aqui, que considera tanto valores das correntes da ética liberal, quanto da ética igualitária, duas vertentes filosóficas que possuem como ente chave o indivíduo e a estrutura social, respectivamente. Do ponto de vista da análise teórica, a questão foi esclarecida ao trazer a concepção bourdieusiana da desigualdade através da compreensão de que a desigualdade social pode ser associada à própria hierarquia da estrutura social, enquanto a desigualdade econômica seria, portanto, a hierarquia do campo econômico, e a desigualdade urbana seria a hierarquia do campo físico-espacial.

Esse *approach* direcionou o estudo para um objetivo de pesquisa amplo que não focou na correlação quantitativa entre desigualdade econômica e desigualdade urbana – o que, acredita-se, pode ser um possível direcionamento desse estudo no futuro, desde que se encontre ou desenvolva dados apropriados à abordagem. O método julgado apropriado para a amplitude almejada foi o estudo de caso.

Mostrou-se importante, antes de entrar no caso, a apresentação das estruturas dos campos econômico e físico-espacial do Brasil, enquanto condição de país periférico do capitalismo, pois os loci estudados estão sob os vetores de forças atuantes no país, portanto, além do que se pode identificar em suas especificidades. A dimensão econômica estudada não se afastou desse cenário, embora se tenha observado que a renda tenha apresentado um movimento distributivo nas décadas de 90 e 2000 a partir de ações de estabilização da economia nos anos 1990, e de políticas de combate à pobreza na década de 2000. Essas medidas melhoraram as condições de vida da população abaixo da linha de pobreza, mas foram insuficientes para gerar uma mudança na estrutura do campo econômico no país. Os dados trazidos pelo IBGE (Gráfico 1, p. 51) e pelo WID (Tabela 2, p. 53) sobre a renda dos brasileiros mostraram uma mudança na distribuição de renda no período e de fato, aumentou a renda da população mais pobre, mas o grupo que perdeu essa parcela de renda foi aquele da faixa de renda intermediária. Por outro lado, os mais ricos entre os brasileiros também tiveram incremento em sua renda. Esses foram os grandes beneficiários dos acontecimentos econômicos do período, tendo aumentado, como grupo, sua parcela de renda em 2% (Tabela

2, p. 53), e considerando que a base populacional, na qual essa parcela de renda é distribuída, é menor que a dos demais estratos.

A estrutura de renda que tem seus setores médios desvalorizados, mesmo tendo valorizada a sua ampla base em escala menor do que o seu topo torna-se mais estratificada. Assim, na análise a partir da renda, verificou-se que a estrutura econômica do ponto de vista das categorias de trabalho neomarxista (Tabela 3, p. 57) tiveram exatamente o mesmo movimento: valorização da base e do topo, este com maior valorização, e desvalorização dos setores intermediários. Os trabalhadores em situação precária tiveram um aumento da renda per capita e este grupo foi numericamente reduzido, sem, no entanto, deixar sua condição de precariedade. Esses compunham, em 2011, aproximadamente 30% da população. Os trabalhadores típicos, que corresponderiam aos setores intermediários e que compreendiam 40% da população em 2011, aumentaram em número, diminuindo sua renda per capita. A população que corresponde aos setores de renda mais elevada diminuiu e teve sua renda per capita elevada. A estratificação dessa estrutura, por mais rigorosa que seja, ainda não reflete o grau de desigualdade social brasileiro, uma vez que os dados utilizados para as estimativas apresentadas são subestimados devido ao caráter autodeclarado da PNAD (MORGAN, 2017).

A pobreza é subproduto da desigualdade, pois essa condiciona a imobilidade social dos pobres, portanto, é difícil sustentar a diminuição da pobreza sem redução das desigualdades sociais (KESSLER, 2014). Esta hipótese se mostrou verdadeira para o caso brasileiro, dado o crescimento da taxa de pobreza (P0) nos anos 2017 e 2018, após quase uma década de redução da pobreza e manutenção da desigualdade no país (IBGE, 2017a). A partir da abordagem de estrutura social, segundo a qual a redução das desigualdades sociais ocorre através da atuação nos campos que compõem a estrutura, sugere-se aqui aprofundar os estudos sobre o campo físico-espacial no seu papel de auxiliar na redução de desigualdades sociais.

A pesquisa identificou uma conexão do campo físico-espacial com os campos econômico e o político, e que ocorre pela estratificação da hierarquia espacial a partir do avanço dos valores neoliberais e da financeirização. Nesse sentido, se mostrou como ocorre a utilização do espaço das cidades através da espoliação produzida pelo capital econômico (KOWARICK, 1979; 2000). Tais análises estruturalistas exploram o espaço das cidades a partir da sua utilização como campo de forças por aqueles que possuem a maior parcela de poder econômico e pelo Estado. Entretanto, essas não são as únicas lógicas atuantes no espaço (ABRAMO, 2007), mas convivem com a lógica da necessidade, que também poderia ser

chamada de ímpeto pela sobrevivência, exercida individualmente ou coletivamente pelos agentes das classes populares urbanas.

No Brasil, as consequências físico-espaciais provenientes da necessidade não passam despercebidas. O espaço das classes populares é uma das marcas das metrópoles brasileiras e se manifesta na tipologia de favelas, em sua conceptualização ampliada (MARZULO, 2005; 2007). A base da hierarquia espacial brasileira foi o objeto de estudo para a compreensão dos efeitos do campo físico-espacial na estrutura espacial no presente trabalho. Dedicou-se, então, a lançar algumas conclusões desse estudo em resposta à hipótese lançada na introdução de que uma configuração urbana segregada e irregularmente provida de infraestrutura se coloca como um entrave para a redução da desigualdade de renda.

O estudo de caso realizado em duas escalas iniciou com a caracterização socioeconômica e espacial da cidade de Porto Alegre, revelando sua face estratificada quando analisada pelo viés do espaço-físico e considerando as variáveis: desenvolvimento humano, cor ou raça e renda relativa. A cidade apresenta bom desempenho em termos de desenvolvimento humano entre as capitais brasileiras (Tabela 8, p. 81), no entanto, foi a que obteve menor desempenho relativo entre 1991 e 2010. Ao abrir essa variável no território da cidade (Figura 6, p. 83), foram identificados bairros que, se fossem países, estariam classificados como de “primeiríssimo mundo”, mas esses, apesar de populosos, são apenas 10% dos bairros da cidade. O índice de Gini indicou a alta desigualdade de renda na cidade que, na contramão do país, teve esse indicador aumentado no período de 2000 a 2010. Nessa direção está a distribuição dos setores censitários por renda relativa à renda média da cidade, de acordo com a metodologia de Silva (2011) e chamando a atenção para a elevação da renda da cidade como um todo, com aumento da estratificação territorial dado pela variável “renda”.

Dentre os dados que mais chamaram a atenção está a estratificação do território por cor ou raça (Figura 4, p. 76), colocando Porto Alegre em primeira posição entre as capitais em segregação racial (PATA, 2015). A breve apresentação da formação do espaço dos pobres na cidade revela as raízes históricas que resultaram em tal situação de desigualdade.

A investigação em campo não se limitou ao período de 1990 a 2010. Buscou-se esclarecimentos sobre o período através de relatos do cotidiano rememorado na vida dos entrevistados. Essa volta ao passado, através da conexão dos relatos na teia da memória coletiva (BOSI, 2009), possibilitou a compreensão de aspectos do cotidiano, os problemas e as soluções encontradas pelos agentes no dia a dia e que são dependentes da trajetória e da história de vida de cada um (*path dependence*) (GRANOVETTER; SWEDBERG, 2011). Ou

seja, a compreensão da lógica por trás da condição de desigualdade só é revelada em seu aspecto mais amplo, a partir do conhecimento dos eventos interligados que ocorreram no passado, e a compreensão da realidade como sendo socialmente e, portanto, historicamente construída, possibilitando o desvendar da lógica guiada pela necessidade das classes populares urbanas habitantes de vilas.

Como resultado do trabalho de campo, identificou-se um persistente isolamento social das classes populares, expresso nas relações pessoais, no trabalho, na educação e no espaço-físico, devido ao local de moradia e do uso do espaço urbano do cotidiano. Este isolamento, sempre presente na história das classes populares, mesmo que apresentando aspectos diferentes ao longo do tempo, moldou o *habitus* (BOURDIEU, 1986) desses agentes em condição de isolamento, tal como um processo de aprendizagem. Este *habitus* guia a escolha de estratégias dos agentes para responder aos desafios da sobrevivência nas vilas da cidade. Foi possível diferenciar, a partir do relato coletivo tecido com a experiência do trabalho de campo, três categorias de estratégias: familiar, comunitária e individual. Essas categorias não possuem uma relação evolutiva, nem uma ordem de melhor ou pior estratégia. Foi, inclusive, identificada a coexistência das estratégias ao longo do tempo, conforme ocorria a adaptação do *habitus* em resposta aos incentivos da estrutura social. A seguir, são apresentados estas três estratégias como esses foram identificados no estudo de caso.

a) Estratégia familiar:

Tal estratégia parte da criação de vínculo e da coexistência com um grupo pequeno, família ou amigos próximos, praticada através de apoio mútuo para a sobrevivência e tomada em momentos de extrema necessidade. Esses laços remetem mais à codependência do que à utilização de rede para uma projeção na estrutura social. Quando a primeira geração de moradores chegou à Cascata-Glorinha, a estratégia familiar era praticada. As famílias contavam com poucos conhecidos e ainda não havia uma coesão social.

O fato de que estes moravam de aluguel ou em casa/peça cedida, dificultava a criação de raízes no território e, portanto, de comunidade. Segundo os relatos, muitas das famílias da primeira geração se mudaram, diversas vezes na cidade, até encontrarem um meio de se estabilizarem em um local. Nesse momento pré-estabilização, que ocorrera nos anos 60 e 70, havia pouca interlocução com os níveis institucionais para a melhoria das condições de vida das vilas da cidade. Foi nesse período que ocorreu a remoção de vilas da região central da cidade, como citado anteriormente nos casos da Ilhota e do Arraial da Baronesa,

desarticulando comunidades que se transferiram para outras áreas da cidade, como a Restinga e a Glória, inclusive para a localidade Cascata-Glorinha.

O espaço-físico se manifesta, para a estratégia familiar, primeiramente a partir do seu uso material, ou seja, para morar e plantar alimentos para subsistência. A localização e seus efeitos de lugar (BOURDIEU, 2008), vinculada ao capital econômico, também influencia esse momento da vida dos agentes. As possibilidades de transporte muito escassas, naquele período, colocavam a Cascata-Glorinha em vantagem frente a outras vilas que se encontram mais distantes de onde se concentram os postos de trabalho em que as classes populares habitavam, como a Restinga, por exemplo. Em geral, as mulheres trabalhavam em casas de família ou como cozinheiras em restaurantes e os homens eram trabalhadores da construção civil ou estivadores, e essas atividades eram mais abundantes nos bairros centrais da cidade, de acordo com os relatos. A proximidade física e a existência de transporte – na época, o bonde –, era um importante atributo da Cascata-Glorinha. Como efeitos de lugar com manifestação sobre o capital simbólico, foi identificada a existência de uma posição de destaque da região Glória em relação à cultura negra da cidade, já na época das primeiras ocupações da Cascata-Glorinha. Foi possível identificar, já naquela época, a cultura “paralela” que as classes populares desenvolveram.

A estratégia familiar ainda é utilizada nas áreas mais paupéries da vila Glorinha. Essa sublocalidade ocupa, em parte, uma área de preservação permanente e, por isso, enfrenta mais dificuldade que as outras áreas em avançar em processos de regularização das moradias. Houve melhorias importantes nos serviços urbanos básicos na sublocalidade, como se observou no capítulo anterior (Tabela 18, p. 97). Contudo, o trabalho de campo revelou que a qualidade desses serviços deixa a desejar, pois não condiz com as necessidades do local. Um exemplo é a distribuição de água. A falta de infraestrutura adequada, com bombas hidráulicas que se fazem necessárias para que se vença o desnível do terreno, gera frequentes faltas de água na vila. Há grande insatisfação com o ritmo das ações do ente público e uma descrença nas formas de ação política. Outra questão identificada é a insegurança de posse que assombra os moradores. Esses fatores são entraves para que haja um maior enraizamento através da utilização da rede de apoio mútuo de forma organizada para a ação comunitária.

Os dados mostraram uma evolução positiva da renda na vila Glorinha (Gráfico 2, p. 96). Em campo, a questão da renda dessa sublocalidade foi identificada a partir dos relatos sobre a melhoria de vida material. Como citado anteriormente, não foi possível diferenciar a qualidade da maioria das moradias da vila Glorinha daquelas do Jardim Cascata, assim como

não foram identificadas diferenças do nível econômico das famílias das duas sublocalidades. As condições de urbanização são, contudo, o grande fator de diferenciação. Tal diferenciação é aparente nos dados: a população dos setores censitários equivalentes à vila Glorinha teve queda de 9,3% entre 2000 e 2010, enquanto o Jardim Cascata teve perda de 3,8%, o mesmo desempenho observado para a região Glória (Tabela 14, p. 93). Foi ainda verificado que a média etária caiu (Tabela 16, p. 95), o que pode indicar uma evasão das famílias com condições para tanto. Importante salientar que esses dados são anteriores à emergência de altos níveis de violência, conforme indicado pelos entrevistados.

b) Estratégia comunitária:

O vínculo comunitário é criado através da estabilização, no espaço-físico, daqueles que até então praticavam a estratégia familiar. Mais especificamente, isso ocorre quando esses agentes fixam suas raízes em um local e se organizam, na busca do desenvolvimento do local onde moram através da ação comunitária. Observa-se que há incentivos que alimentam e validam essa forma de estratégia, tal como a lógica da necessidade, assim como a materialização de demandas comunitárias.

Em campo, se observou que essa estratégia é muito presente. O enraizamento se manifesta aqui além do apoio mútuo para a subsistência, mas como cooperação para atingir objetivos comuns. Os relatos, sobretudo os colhidos entre os líderes comunitários, revelou que essa articulação remete ao final dos anos 1960, já na segunda década de ocupação da Cascata-Glorinha, quando aqueles que ali moravam passaram a organizar-se em forma de associação de moradores para barganhar, junto à municipalidade, melhores condições de habitação e educação, as duas principais pautas da época. Esse comportamento associativo vai ao encontro do que ocorre em toda a região Glória, que possui histórico de organização popular (JOBIM, 2000). Nos anos 80 houve uma multiplicação das iniciativas populares, quando os melhoramentos urbanos na localidade começaram a despontar. Isto foi intensificado com o OP surgido em 1989. A forma de atuação comunitária em momento anterior ao OP indicava um ativismo contestatório, como são exemplos os episódios em que se foi “bater painelas no saguão da Prefeitura” para exigir da municipalidade recursos para a construção da escola primária, ou na organização de manifestação das crianças, estudantes de um colégio das redondezas, com o fim de chamar a atenção das autoridades para a ausência de água encanada na comunidade. O OP exigiu uma mudança nos modos de reivindicação importante em direção a um ativismo de articulação estratégica nos conselhos do OP. Essa burocratização da

ação comunitária coloca o risco de arrefecimento da participação popular, mas é parte do amadurecimento democrático e tem como principal qualidade a proteção, em certo grau, em relação ao clientelismo presente nos movimentos políticos locais, porque, sabe-se, também no movimento popular existe carreirismo político (SANTOS, 2002a), fato identificado e comentado pelos entrevistados.

A estratégia comunitária nos dias atuais é presente, principalmente, entre os moradores do Jardim Cascata, como foi revelado a partir dos relatos de cooperação entre moradores no item anterior. Dentre os fatores que influenciam essa situação estão a maior estabilidade da área em termos de posse das residências, menor presença do tráfego em relação às demais vilas e um retorno mais imediato das demandas comunitárias pelo ente público. A diferenciação do Jardim Cascata com a vila Glorinha em relação a esse último fator ocorre porque o Jardim Cascata não ocupa área de risco ambiental e de proteção permanente, e por ter tipologia mais semelhante à malha da cidade formal, podendo beneficiar-se do *know-how*, por parte dos executores das obras públicas, diminuindo os entraves para que os serviços solicitados sejam atendidos.

Essa estratégia, fortemente calcada no espaço físico, é utilizada em prol de benefícios para a localidade e atribuindo qualidade ao espaço-físico e incrementando os capitais de quem nele habitam, através dos efeitos de lugar. Observou-se que o grau de coesão comunitária e de condições de urbanização se inter-relacionam e são importantes na determinação do grau de enraizamento ao lugar. A população do Jardim Cascata apresentou um estacionamento socioeconômico (como apresentado em termos de IDH, Tabela 16, p. 95) com o aumento na média etária e queda sutil na renda, mas mostrou a capacidade de manter-se estável em termos de coesão social, o que reflete sua variação populacional (Tabela 14, p. 93), frente à variabilidade de conjunturas, de períodos mais favoráveis a períodos de crise.

Contudo, foi identificado um sentimento comum entre os entrevistados de que a "época de ouro" da estratégia comunitária (presente ainda entre as famílias tradicionais) ocorreu nos anos 1990 e 2000, período em que a comunidade foi capaz de angariar pavimentação, transporte, a escola primária e o posto de polícia (estes dois últimos estão atualmente desativados). Há uma nostalgia em relação a esse período e um descontentamento com a falta de engajamento, no presente, entre todas as gerações. Esse pessimismo em relação à participação popular condiz com o cenário político do município, que vem há alguns anos reduzindo os recursos para o OP; na instância estadual – em crise fiscal e cortando gastos, inclusive com educação, o que vem afetando diretamente as escolas da redondeza. Isso indica

um desincentivo à democracia direta, como mostrado pela extinção de diversos conselhos de participação social (BRASIL, 2019);

c) Estratégia individual

A estratégia individual pode ser identificada nos relatos sobre períodos mais recentes e ainda de forma mais pontual. Essa estratégia é vista de forma clara no relato das jovens que cursam o ensino superior e têm objetivos de vida que giram em torno de metas pessoais, tal como a carreira profissional. De forma mais sutil, essa estratégia está presente em todos os relatos – como era de se esperar – por estarem, os entrevistados, sob a força da cultura dominante característica do momento histórico atual: a modernidade tardia que, com o tripé moderno em desequilíbrio – Estado, trabalho, indivíduo –, faz com que a questão identitária pese sobre o indivíduo (MARZULO, 2005).

Porém, essa estratégia impõe pré-requisitos econômicos e culturais para que seja aplicada com um mínimo de retorno. A influência dos valores de mercado que a moldam, como a meritocracia decorrente de uma concorrência justa no campo econômico, e a validação social que ocorre através do consumo, fazem aumentar a percepção de concorrência entre os agentes das classes populares, sobretudo os jovens. A dificuldade de se enquadrar na cultura individualista moderna se coloca por dois fatores principais: a formação cognitiva em um ambiente de valores comunitários e a falta de capitais materiais e simbólicos para que seja possível concorrer com os agentes dos espaços formais. As consequências da absorção de valores individualistas pelos jovens das classes populares são: a criação de circuitos paralelos onde esses possam concorrer entre si em pé de igualdade, tais como os mercados informais e ilegais; o desinteresse pelas causas comunitárias e coletivas, e; a busca de meios acessíveis de distração da realidade material, como a construção identitária virtual através das redes sociais, a fim de incrementar seu capital simbólico.

Quando foi questionado onde estão e o que fazem os jovens da localidade Cascata-Glorinha, um dos entrevistados, também jovem, faz o forte comentário de que "os mais espertos estão no tráfico e os mais lentos são todos uns parasitas", ou seja, não trabalham nem estudam e sobrevivem da vida coletiva do pátio de seus familiares, onde o custo marginal de manter uma pessoa a mais é muito baixo. Tal situação reflete o impasse que os jovens da Cascata-Glorinha têm de conviver: por um lado, a dependência da rede comunitária e, por outro, a disseminação dos valores individualistas, da validação social através do consumo e da cultura da meritocracia.

Outra face desse impasse que ronda jovens e adultos da Cascata-Glorinha é a nostalgia de tempos em que predominavam os valores coletivos sobre os valores individuais em uma visão um tanto romântica do passado, onde prevalecia a cooperação e a segurança. Os comentários que refletiam o desejo de se mudar para vilas mais afastadas do centro, em direção ao extremo sul da cidade, foram associadas diretamente com uma fuga da violência do tráfico e, indiretamente, com a busca de um fortalecimento da comunidade, pois para esses, viver a partir da estratégia individual por meios formais não é uma opção.

A identificação das três estratégias de resposta ao isolamento dos pobres da cidade possui como manifestação final a criação de um circuito paralelo à cidade formal. A convivência das classes populares com as classes médias e superiores é muito restrita em termos de local de moradia e usos da cidade. A partir do critério renda relativa (Figura 7, p. 86), foi visto que as classes populares ocupam para moradia um arco pericentral, circundando, à distância, os estratos superiores da sociedade porto-alegrense e, também, cada vez mais, a periferia da cidade. Foi visto que tal posicionamento respondeu às ações do estado que, ativamente, tem afastado as classes populares das áreas mais centrais desde o final do século XIX, entrando no início do século XX com as ações higienistas e de embranquecimento do centro. As remoções seguiram a partir da segunda metade do século XX, mas de forma um pouco mais responsável, destinando áreas para que essa população fosse realocada. As forças atuantes do mercado sobre o posicionamento das classes populares no território não foram investigadas em profundidade, mas, de acordo com o trabalho de campo, a localidade encontra-se completamente alheia aos movimentos do mercado imobiliário, com exceção do sempre presente receio de uma possível remoção, que assombra principalmente aqueles que moram sobre ou mais próximos da APP, na vila Glorinha. A lógica da necessidade vigorou de maneiras diversas durante a narrativa coletiva. Enquanto nas décadas de 60 e 70 prevalecia a necessidade de manter-se próximo do centro da cidade, em função das possibilidades de emprego, atualmente, a tendência mostra um direcionamento à periferia para a fuga da violência. O desenvolvimento de uma economia informal ao longo do processo de enraizamento, combinado com avanços na infraestrutura urbana, sobretudo de transporte, diminui o peso das distâncias e possibilita a sobrevivência em locais mais afastados do eixo econômico da cidade.

A existência do OP como ferramenta de política pública municipal de participação popular e baseado em critérios de justiça distributiva, foi um fato de relevância na análise. Deste resultaram melhoramentos urbanísticos nos territórios mais pobres da cidade e maior

distribuição de equipamentos públicos pela cidade (SANTOS, 2002a). Esses ganhos em eficiência distributiva somam-se àquele que poderia ser o mais importante: a transformação na cultura política dos movimentos populares que passaram da política do confronto para a política da negociação (SANTOS, 2002a). Identificou-se que a experiência do OP modificou a relação das classes populares com o espaço-físico que se encontram, por que provê a essas um capital político antes inexistente, além de despertar o capital social latente, a partir da necessidade de engajamento comunitário demandada pela participação política, sendo esses dois capitais, nesse caso, imbricados na questão territorial.

Foi visto que as classes populares se adaptaram às situações de adversidade, através de soluções que percorreram um circuito paralelo à formalidade baseado na coexistência. Dessas soluções, foram identificadas duas categorias de estratégias calcadas no enraizamento: as estratégias familiar e comunitária. A estratégia familiar é aquela que se utiliza da malha estreita para a sobrevivência, mas não possui enraizamento tão profundo no espaço-físico. Quando esse enraizamento perpassa a rede de relações familiares e se entranha no espaço-físico, há o reconhecimento próprio e externo da vinculação da comunidade com o território por essa ocupado, através do angariamento de melhorias de moradia e urbanização, e alimenta-se o sentimento de pertencimento que se reflete na coesão comunitária. Além das estratégias familiar e comunitária, foi apresentada uma categoria que nega tal enraizamento, a estratégia individual. Essa última foi identificada de forma residual na narrativa criada.

Os efeitos das melhorias no espaço ocupado pelas classes populares foram identificados na análise das estratégias tomadas pelos agentes. Quando não há, ou há em escala insuficiente, por parte do ente público, o reconhecimento e a valorização do espaço apropriado pelas classes populares, o tipo de enraizamento experimentado se restringe à rede familiar sem se estender para a ação comunitária. A consequência dessa baixa coesão comunitária para os agentes é a menor capacidade de projetar-se como força política e de se proteger frente às adversidades, devido à rede de relações muito estreita.

Retomando o conceito de enraizamento apresentado por Granovetter (1985), cuja concepção teve o intuito de questionar as visões econômicas excessivamente estruturalistas ou excessivamente atomistas, tem-se a compreensão do comportamento dos agentes e das instituições como embebidos nas relações sociais. Situações hipotéticas de problemas econômicos de comportamento social – como o Dilema do Prisioneiro, onde indivíduos racionais agem em prol do autointeresse e consideram a possibilidade de oportunismo alheio e, por isso, escolhem a estratégia menos eficiente do que outra que poderia se realizar se os

indivíduos cooperassem entre si – podem ser compreendidas através da avaliação do enraizamento e dos resultados eficientes que as relações de sociabilidade concedem aos agentes.

A coesão comunitária, que tem como base a fixação das raízes da malha de relações no espaço-físico, equivale à condição de sobrevivência para as classes populares. A frequência de situações de necessidade, como a insegurança alimentar, e de riscos derivados do contato frequente com a violência e da vulnerabilidade ambiental, por exemplo, são os dilemas que exigem definição de estratégias por parte dos agentes. Se esses agem de acordo com a racionalidade individual, os ganhos são abreviados, gerando um aumento da situação de vulnerabilidade. Coloca-se então a importância da estratégia comunitária por parte dos pobres urbanos.

A relação entre desigualdade econômica e desigualdade urbana mostrou-se aqui em sua complexidade. A hierarquia altamente estratificada do campo econômico, identificado a partir do aprofundamento do caso de Porto Alegre, influencia um espaço urbano dividido entre os espaços das classes médias e altas e o espaço das classes populares. O espaço das classes populares é organizado a partir da lógica da necessidade, diferenciando-se da cidade formal em termos da normatividade cultural, econômica e social, além das discrepâncias da tipologia do espaço-físico. Essa diferenciação de normatividades não precisa representar desigualdade urbana no sentido de prestação de serviços e empreendimentos públicos, mas impõe um desafio para uma maior equalização urbana nesse sentido. Este fato pode ser abreviado pela participação daqueles regidos por essa normatividade informal na instância de decisão dos investimentos urbanos. Contudo, o que se tem nas cidades brasileiras é a estrutura do campo físico-espacial altamente estratificada e diversas barreiras de entrada à participação nas decisões sobre os investimentos públicos na cidade. A ocorrência de retornos das demandas de melhorias no espaço físico da localidade estudada e seus efeitos sobre a coesão comunitária mostrou-se um importante fator de otimização dos ganhos econômicos dos habitantes, apesar de que a escala diminuta dessas melhorias deixa pouco espaço para a visualização dos efeitos dessa sobre a estrutura econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, P. Uma teoria econômica da favela: quatro notas sobre o mercado imobiliário informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. **Cadernos Ippur**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 103–134, 2002.
- _____. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 25–54, 2007. Disponível em: <http://inctpped.ie.ufrj.br/spiderweb/dymask_5/5.3-1 Abramo.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.
- _____. La ciudad com-fusa: Mercado y producción de la estructura urbana en las grandes metropolis latinoamericanas. **EURE**, [s. l.], v. 38, n. 114, p. 35–69, 2012.
- BECKER, H. S. **Método de pesquisa em ciências sociais**. 4^o ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. La prise en compte de l' "effet de territoire" dans l'analyse des quartiers urbains. **Revue Française de Sociologie**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 97, 1997.
- _____. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização dos centros urbanos". 1^o ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- BIRD, B. M. **All The Ginis Dataset**, BIRD, 2013. Disponível em: <<https://datacatalog.worldbank.org/dataset/all-ginis-dataset>>
- _____. **New country classifications by income level: 2018-2019**. 2018. Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/opendata/new-country-classifications-income-level-2018-2019>>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade**. 1^o ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 16^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). **Handbook of Theory of Research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood, 1986.
- _____. **O poder simbólico**. 5^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. Efeitos de Lugar. In: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7^o ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 8.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 10^o ed. Campinas: Papirus, 2010.
- BOWMAN, D. **Sen and Bourdieu: understanding inequality**. Melbourne, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.

_____. **Lei nº 10.09, 7 de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF, 2000.

_____. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, Brasília, DF, 2012.

_____. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF, 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico.** Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

CABANNES, Y. Contribuições dos Orçamentos Participativos para a provisão e gestão de serviços básicos: experiências locais e lições aprendidas. Londres. Disponível em: <<http://pubs.iied.org/10713IIED>>.

CARVALHO, A. M. De. **Favela-discurso:** a constituição institucional do fenômeno. 2016. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, [s. l.], 2016.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Texto para discussão nº 897 - Uma Sugestão de Deflatores para Rendas Obtidas a Partir de Algumas Pesquisas Domiciliares do IBGE,** Rio de Janeiro: IPEA. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0897.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

DAGNINO, R. de S.; SNEL, G. M.; GUADAGNIN, F. Índice de Desenvolvimento Humano dos Bairros de Porto Alegre / RS. *In: V Simpósio de qualidade ambiental.* Porto Alegre: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), 2006.

DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita.** 2011. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09capc.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

DAVIS, M. **Planeta Favela.** 1º ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

DEATON, A. **A grande saída:** saúde, riqueza e as origens da desigualdade. 1º ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

DEMHAB, D. M. de H. de P. A. **Mapa de Vilas de Porto Alegre,** 2019. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?ll=-30.08858569559798%2C->

51.17380400000002&z=11&mid=12vy0QutnA4ZT4ljDCZuF2-bVSkw>. Acesso em: 24 abr. 2019.

FEDOZZI, L. Cultura política e Orçamento Participativo. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], v. 11, n. 22, p. 385–414, 2009.

FIX, M. The Real Estate Circuit and (the Right to) the City: Notes on the Housing Question in Brazil. **Housing after the Neoliberal Turn**. 1^o ed. Leipzig: Spector Books, 2015.

FLORIDA, R. *Confronting the New Urban Crisis*. [s. l.], 2017.

FMI, F. M. I.- **Report for Selected Countries and Subjects**, 2017. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/weorept.aspx?sy=1980&ey=2015&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=18&pr1.y=13&c=512%252C672%252C914%252C946%252C612%252C137%252C614%252C546%252C311%252C962%252C213%252C674%252C911%252C676%252C193%252C548%252C122%252C556%252C912%252>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 425–447, 2010.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflex es sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 3^o ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, [s. l.], v. 91, n. 3, p. 481–510, 1985.

_____; SWEDBERG, R. **The sociology of economic life**. 3^o ed. Londres: Routledge, 2011.

GREENSTEIN, R.; SMOLKA, M.; SABATINI, F. Urban spatial segregation: Forces, consequences, and policy responses. **Land Lines**, [s. l.], v. 12, n. 6, p. 1–12, 2000.

HAQ, M. ul. The Birth of the Human Development Index. *In*: FUKUDA-PARR, S.; KUMA, A. K. S. (Eds.). **Readings in Human Development**. 1^o ed. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. 1^o ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. Harvey: Reflexões sobre “O capital”, de Thomas Piketty. **Blog da Boitempo**, [s. l.], 25 maio. 2014. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/05/24/harvey-reflexoes-sobre-o-capital-de-thomas-piketty/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

HAYEK, F. A. The mirage of social justice. *In*: HAYEK, F. **Law, Legislation and Liberty**. 3^o ed. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1998.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. 3^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HURST, C. E.; GIBBON, H. M. F.; NURSE, A. M. **No Social inequality: Forms, causes, and consequences**. [s.l: s.n.].

HYPOLITO, B. et al. DA GLORINHA: Narrativas de atos de pesquisa. *In: 8º Simpósio imagem e identidade e território*. Rio de Janeiro: Rede Latino Americana Imagem e Identidade e Território, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Bases e referências:bases cartográficas: malhas digitais**, IBGE, 2017. c. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais - primeiros resultados**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **Censo Demográfico 1991: agregado por setores: resultados do universo: Brasil**, IBGE, 1991. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=293703&view=detalhes>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. **Censo Demográfico 2000: Dados do Universo: agregado por setores censitários: RS**, IBGE, 2000. Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. **Censo Demográfico 2010: Resultados do universo: Agregados por setores censitários: RS**, IBGE, 2010. b. Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018.

IBGE, I. B. de G. e E. **Materiais: guia do censo: operação censitária**. 2019. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. **Panorama Porto Alegre**, 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017. **Agência IBGE Notícia**, Rio de Janeiro, 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pobreza - taxa de pobreza (P0)**. 2016b. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. **Renda - desigualdade - coeficiente de Gini**. 2016a. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. Retrato das desigualdades de gênero e raça, 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____. Sistema de proteção social barra aumento da desigualdade entre 2016 e 2017. **IPEA na mídia**, Rio de Janeiro, 6 nov. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34380&catid=6&Itemid=4>. Acesso em: 26 abr. 2018.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

JOBIM, D. J. dos S.; KLAUCK, E. R. **Movimento popular da Grande Glória**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 2000.

KATZMAN, R. Seducidos y abandonados. El aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 75, p. 171–189, 2011.

KERSTENETZKY, C. L. Por que se importar com a desigualdade. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 45, n. 4, p. 649–675, 2002.

_____. Progresso e Pobreza na Economia Política Clássica: as visões de Smith e Malthus. *In: XXVIII Encontro nacional da ANPEC*. Campinas: ANPEC, 2000.

KESSLER, G. **Controversias sobre la desigualdad**. 1º ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

KIM, S. **Spatial Inequality and Economic Development: Theories, Facts and Policies** Working Paper. Washington.

KLETTNER, E. **Planta da cidade de Porto Alegre**, Livraria do Globo S. A., 1993.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIMA, P. G. **Instituições participativas e habitação popular: o arranjo institucional participativo vinculado à habitação popular em Porto Alegre (RS)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [s. l.], 2014.

LOPES, C. Crescimento econômico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 94, p. 03-20, 2011.

MARASCHIN, C.; CAMPOS, H. Á.; PICCININI, L. S. Dinâmicas do mercado imobiliário e estruturação urbana: o caso do eixo centro-leste de altas rendas em Porto Alegre - RS. **Cadernos Proarq**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 111–130, 2012.

MARICATO, E. Nunca Fomos Tão Participativos. **Revista Sem Terra**, Brasília, v. 43, p. 17–20, 2008.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, p. 1, 1 ago. 2013. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MARZULO, E. P. **Espaço dos Pobres: Identidade social e territorialidade na modernidade tardia**, 2005. Universidade Federal do Rio de Janeiro, [s. l.], 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33456/000790059.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MARZULO, E. P. A favelização ampliada. *In*: **XII Encontro nacional da ANPUR** Belém: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007.

_____.; MARX, V. Poder local y crisis global : cambios en la trayectoria de Porto Alegre
Local power and global crisis : changes in Porto Alegre city trajectory. **Cidob d'afers internacionals**, Barcelona, n. 104, p. 45–65, 2013.

MATION, L. F.; NADALIN, V. G.; KRAUSE, C. **Favelização no Brasil entre 2000 e 2010: resultados de uma classificação comparável** Texto para Discussão IPEA. Rio de Janeiro, 2014.

MATTOS, C. A. Financiarización, lógica mercantil y reconfiguración urbana: ¿ hacia una ciudad-mercancía? *In*: MATTOS, C.G.C., ÁLVAREZ; L.; LEAL, A.; DELGADO. **Los desafíos de la ciudad del siglo XXI**. Cidade do México: CEIICH, PUES, PUEC-UNAM, 2016.

MEDEIROS, C. A. De. A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 263–292, 2015.

MELLO, J. P. DE. **Morar: acesso a políticas públicas de habitação e o caso de Porto Alegre**. 2016. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [s. l.], 2016.

MELLO, O. da S. Análise da estrutura espacial da desigualdade de renda na RMPA. *In*: KRAFTA, R. **Análise espacial urbana: aplicações na região metropolitana de Porto Alegre**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 73–106.

MORAES, A. de O. **Dos aglomerados subnormais**. Porto Alegre.

MORGAN, M. **Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015**. Paris: Working Paper Series, 2017.

MOTTA, E. M. P. L. Segregação socioespacial e o Efeito-Vizinhança na diferença de localização de favelas em Belo Horizonte. *In*: LIBÂNIO, C. (Org.g). **Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência**. 1. ed. [s.l: s.n.]. p. 141–155.

OLIVEIRA, V. R. De; JACINTO, P. D. A. Crescimento pró-pobre ou empobrecedor? Uma análise para os estados brasileiros, no período 1995-2011. **Nova Economia**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 161–180, 2015.

ORAIR, R.; GOBETTI, S. Jabuticanas tributárias e a desigualdade no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 jul. 2015.

OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; DE SOUZA, P. H. G. F. **Erradicar a Pobreza Extrema: Um Objetivo Ao Alcance Do Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

PÁDUA, J. L. et al. Memória coletiva, história da favela: Conquistas, tesouros e violência no espaço dos pobres. *In: XVIII Encontro nacional ANPUR Natal: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 2019.

PATA, **Mapa racial do Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://patadata.org/maparacial/>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PESAVENTO, S. J. Lugares malditos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195–216, 1999.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. About Capital in the Twenty-First Century. **American Economic Review**, [s. l.], v. 105, n. 5, p. 48–53, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (PMPA). **Acompanhamento das Obras e Serviços**. 2015. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp.asp>. Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. **Comparativo da população por bairros - Censos do IBGE de 2000 e 2010**. 2019c. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=130>. Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. **Mapa Regiões do Orçamento Participativo**. 2019a. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/u/1/viewer?ll=-29.9215550015556%2C-51.1651133095703&z=11&mid=1KELz1gAEZuecNuTzzQ7MsqzGRnQ>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. 2011.

_____. **Regiões do Orçamento Participativo - Bairros**. 2019b. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?reg=2&p_secao=5>. Acesso em: 24 abr. 2019.

PNUD. **Human Development Report 1990**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1990.

_____. **Human Development Report 1996**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1996.

_____. Human Development Report 2016 Human Development for Everyone. Nova Iorque: Lowe-Martin Group, 2016.

_____. **Regional Human Development Report for Latin America and the Caribbean 2010**. Acting on the future: breaking the intergenerational transmission of inequality. San José: Editorama, S.A., 2010.

_____.; IPEA; FJP. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/porto-alegre_rs#idh>. Acesso em: 24 abr. 2019.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

RAWLS, J. **Justiça como equidade: uma reformulação**. 1º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RIBEIRO, L. C. D. Q. Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 79–104, 2002.

_____.; LAGO, L. C. DO. A OPOSIÇÃO FAVELA-BAIRRO NO ESPAÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. **São Paulo em Perspectiva**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 144–154, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100016&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 8 jun. 2017.

_____. Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. **Cadernos Metrópole**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 13, p. 47–70, 2005.

ROBEYNS, I. The Capability Approach in Practice. **Journal of Political Philosophy**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 351–376, 2006. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-9760.2006.00263.x>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real** IPEA. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-291010>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. A investigação da renda nas pesquisas domiciliares. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 205–224, 2003.

_____. O Declínio Sustentado da Desigualdade de Renda no Brasil (1997-2009). **Economia**, Brasília, v. 13, n. 3a, p. 629–645, 2012. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3ap629_645.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SANTOS, B. de S. Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. a. p. 455–559.

SANTOS, K. L. Dos. Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 153–167, 2014.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posição de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. 1º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. b.

_____. Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 79–110, 2015.

SAVAGE, M. Class analysis and social research. *In*: BUTLER, T.; SAVAGE, M (Org.). **Social Change and the Middle Classes**. 1º ed. Londres: Routledge, 1995. p. 400.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. 3º ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, E. V. Da. **Desigualdade de renda no espaço intra-urbano**: análise da evolução da cidade de Porto Alegre no período 1991-2000. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SUMNER, A. **The New Bottom Billion: What If Most of the World's Poor Live in Middle-Income Countries?** Brief. Sussex. Disponível em:
<https://www.cgdev.org/files/1424922_file_Sumner_brief_MIC_poor_FINAL.pdf>.

TARTARUGA, I. G. P. **O Orçamento Participativo de Porto Alegre – lugar e território do cidadão?** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [s. l.], 2003.

TILLY, C. **Durable Inequality**. 1º ed. Oakland: University of California Press, 1998.

VELHO, G. **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Barueri: Studio Nobel, 2001.

WACQUANT, L.; AKÇAOĞLU, A. Practice and symbolic power in Bourdieu: The view from Berkeley. **Journal of Classical Sociology**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 37–51, 2017.

WILLIAMSON, J. A Short History of the Washington Consensus. *In*: **From the Washington consensus towards a new global governance**, Barcelona: Fundación CIDOB, 2004.

APÊNDICE A – DEMANDAS DA CASCATA-GLORINHA NO OP (1990 – 2010)

Ano	Tema	Demanda	Descrição	Situação	Departamento
1990	Organização da cidade	19900370	RUA CAPITAO PADILHA	Concluída	SMOV
1991	Pavimentação comunitária	19910381	RUA ASCENCAO - PIMES III	Concluída	SMOV
1992	Organização da cidade	19920083	ILUMINACAO VILA JARDIM CASCATA - 15 PONTOS	Concluída	SMOV
1992	Organização da cidade	19920085	ILUMINACAO VILA GLORINHA - 10 PONTOS	Concluída	SMOV
1992	Saneamento básico	19920151	ESGOTO PLUVIAL RUA SANTIAGO DANTAS	Concluída	DEP
1994	Pavimentação comunitária	19940911	ANEL VIARIO JARDIM CASCATA- TRECHO DAS RUAS A,F,J,H,D,N - 630M E TRAV. "B" - SALDO DE PAVIMENTACAO 93 - 100 METROS	Concluída	SMOV
1994	Pavimentação comunitária	19940913	PAVIMENTACAO TRAVESSA "A"- VILA GLORINHA-ENTRE ASCENÇÃO E 200 M	Concluída	SMOV
1995	Saneamento Básico	19950726	ESGOTO CLOACAL NA RUA C - JARDIM CASCATA - 300 M	Concluída	DMAE
1995	Pavimentação comunitária	19950744	RUAS J, G, H, I - ANEL VIARIO JARDIM CASCATA - 390M	Concluída	SMOV
1996	Organização da cidade	19960081	ILUMINACAO ACESSOS GLORINHA - TRES PONTOS DE LUZ NO FIM DA RUA A	Concluída	SMOV
1997	Pavimentação	19970181	RUA "P" JARDIM CASCATA A PARTIR DA RUA IRMAS PAULINAS (COND. REG. SPM, REM. CERCAS, MUROS, CASAS) - 70M	Concluída	SMOV
1998	Pavimentação	19981614	RUA "A" - ASCENCAO (TRANSVERSAL AO BECO MANDUCA) A PARTIR DA TRAVESSA "A" - 100M - COND. REGUL.SPM	Concluída	SMOV
1998	Organização da cidade	19982232	MURO DE CONTENCAO NA VILA ASCENCAO - BAIRRO GLORIA	Concluída	SMAM
2000	Pavimentação	20000639	RUA NOVA PETROPOLIS - A PARTIR DA CAPITAO PADILHA - 180M	Concluída	SMOV
2000	Saúde	20000671	AMPLIACAO DO PSF DO JARDIM CASCATA	Concluída	SMS
2002	Saneamento Básico	20020257	EXTENSAO DE REDE DE ESGOTO CLOACAL NA VILA GLORINHA - 500 METROS	Concluída	DMAE
2002	Saneamento Básico	20020262	EXTENSAO DE REDE DE ESGOTO CLOACAL ENTRE AS RUAS INTERLAGOS E ULISSES GUIMARAES - 250 METROS	Concluída	DMAE

2002	Saneamento Básico	20020263	MANUTENCAO E LIMPEZA DOS RESERVATORIOS 1 E 2 - VILA GLORINHA	Concluída	DMAE
2002	Pavimentação	20020277	TRAVESSA "A" DA VILA GLORINHA, A PARTIR DO PAVIMENTOS EXISTENTE - 150 METROS - COM EXECUÇÃO DE 250 M DE MURO DE ARRIMO - 400 METROS	Em Obra	SMOV
2003	Saneamento Básico	20040218	REDE DE ESGOTO CLOACAL NO BECO " N"- VILA GLORINHA - 550 METROS	Concluída	DMAE
2004	Assistência Social	20040222	SASE- 40 METAS - LAR FABIANO DE CRISTO PARA ATENDER A GLORINHA	Concluída	FASC
2005	Saneamento básico	20050247	EXECUÇÃO DE PROJETO PLUVIAL DE MACRODRENAGEM DA TRAVESSA "A" DA VILA GLORINHA ATÉ A AV. OSCAR PEREIRA, PELA EQUIPE DO DEP	Concluída	DEP
2006	Habitação	20060555	URBANIZAÇÃO DA VILA GLORINHA. ATÉ O LIMITE DO VALOR PROPOSTO.	Em Andamento	DEMHAB
2006	Saneamento Básico	20060623	REDE DE ESGOTO CLOACAL FIM DA RUA JÂNIO QUADROS - 300 METROS. VILA JARDIM CASCATA.	Concluída	DMAE
2007	Habitação	20070465	CONTINUIDADE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA VILA GLORINHA.	Em Andamento	DEMHAB
2007	Desenvolvimento econômico, tributação	20070485	APOIO ÀS INICIATIVAS ECONÔMICAS POPULARES. CURSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO COLÉGIO MARISTA VETTORELLO.	Concluída	SMIC
2007	Saneamento Básico	20070501	ESGOTO CLOACAL NO BECO "ROBERTO PIRANHA" DA GLORINHA - 40M.	Concluída	DMAE
2009	Educação	20090062	COMPRA DE ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA GLORINHA. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA GLORINHA. CONDICIONADA A INDICAÇÃO DO TERRENO REGULARIZADO COM METRAGEM ADEQUADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE. EMENDA INDICATIVA DO COP. RECURSO ACRESCIDO EM R\$ 150.000,00. ATENDIDA PELA DEMANDA 20100159	Em Andamento	SMED

2008	Saneamento Ambiental	20090086	BOTA-FORA NA MICRO TRÊS. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA GLORINHA.	Concluída	DMLU
2009	Saneamento Básico	20090259	REDE DE ESGOTO CLOACAL DE FUNDO DE LOTE NA RUA ASCENÇÃO- 150M. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA GLORINHA.	Concluída	DMAE
2010	Educação	20100159	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA INFANTIL NA GLORINHA. DEMANDANTE: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA GLORINHA.	Em Andamento	SMED

Fonte: Elaborado pela autora com base em PMPA (2015).